

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ÉMERSON MARQUES QUEIROZ

**A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
ESCOLAR (PAAE) NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PASSOS: REFLEXÕES
SOBRE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO ENSINO MÉDIO**

**JUIZ DE FORA
2015**

ÉMERSON MARQUES QUEIROZ

**A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
ESCOLAR (PAAE) NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PASSOS: REFLEXÕES
SOBRE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Lina Kátia Mesquita de Oliveira

JUIZ DE FORA

2015

ÉMERSON MARQUES QUEIROZ

**A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
ESCOLAR (PAAE) NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PASSOS: REFLEXÕES
SOBRE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 14/09/2015.

Prof(a). Dr(a). Lina Kátia Mesquita de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Membro da banca

Membro da banca

Dedico este trabalho aos meus queridos filhos Miguel e Heitor e à minha esposa Kelem, pelo carinho, paciência, apoio e pela compreensão das minhas ausências durante esse período. Aos meus pais, irmãos, cunhados e sobrinhos, pelos incentivos para vencer esta etapa de meus estudos.
Amo Vocês!

AGRADECIMENTOS

À Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, pela oportunidade e condições oferecidas para que eu pudesse cursar o Mestrado.

À minha orientadora Professora Dr(a). Lina Kátia Mesquita de Oliveira, pela dedicação, carinho e apoio.

Ao Coorientador Leonardo Villardi e às agentes de suporte acadêmico Gisele Zaquini e Fernanda Amaral, presentes nos momentos de dúvidas e competentes nas orientações efetuadas.

Agradecimentos especiais à Superintendência de Avaliação Educacional da SEE/MG, pela presteza no fornecimento das informações solicitadas, pelo carinho e incentivo dedicados.

Aos meus colegas de SRE, e em especial à Maria Amélia, pelo apoio e incentivo em todos os momentos do curso.

Aos professores e aos colegas do Mestrado, por todo auxílio prestado nestes anos de estudo.

A todos vocês, os meus sinceros agradecimentos.

Monitoramento e avaliação são duas faces de uma mesma moeda que representa o cuidado e o interesse por determinar a qualidade efetiva do trabalho realizado.

Heloisa Luck

RESUMO

O presente trabalho expõe os resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. O objetivo desta foi analisar a eficácia do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE), que integra o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica (SIMAVE), no gerenciamento pedagógico e curricular no Ensino Médio das escolas Estaduais da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Passos e realizar uma comparação com Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB), que integra o mesmo sistema mineiro e possui uma metodologia diferente na sua execução. As análises foram feitas a partir de pesquisas em documentos orientadores dos programas, entrevistas com gestores da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais e com especialistas em avaliação sistêmica do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação/UFJF – instituição responsável pelo PROEB. Utilizou-se também da metodologia de *survey* e do instrumento questionário, para realizar a pesquisa nas 34 instituições da SRE de Passos junto aos diretores, EEBs e professores que desenvolvem diretamente o PAAE nas escolas. Ao final foram feitas propostas de intervenção com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar as informações fornecidas pelo SIMAVE para o planejamento de programas e ações que visem à garantia do direito de aprendizagem a todos os alunos.

Palavras-chave: Avaliação Educacional; PAAE; Ensino Médio.

ABSTRACT

This paper presents the results of a research carried out under the Master Professional Graduate Program in Management and Public Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora. The objective was to analyze the effectiveness of PAAE – School Learning Evaluation Program on School's pedagogical and curricular managements in High Schools of "SRE" in "Passos", as well as the comparisson of this program with the PROEB – Evaluation Program of Basic Education, a program that incorporate the same system in "Minas Gerais" but uses a different execution methodology. Those analyses have been made using guiding documents of the programs, interviews with managers of SEE/MG and specialists in systemic evaluation of CAEd/UFJF – institution responsible for the PROEB. Survey methodology and questionnaires were used as tools to research, in all 34 public High Schools of "SRE" in "Passos", the principals, basic education specialists and high school teachers that use the PAAE at the schools. As results of the analysis, interventions proposals were made in order to amplify and refine information provided by SIMAVE thereby improve planning of programs and actions intended to ensure the right of learning for all students.

Keywords: Education Evaluation; PAAE; High School.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CBC	Conteúdo Básico Comum
CEALE	Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita
DAAP	Diretoria de Avaliação da Aprendizagem
DAVE	Diretoria de Avaliação Educacional
DIRE	Diretoria Educacional
EEB	Especialista da Educação Básica
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
GAME	Grupo de Medidas Educacionais
IAE	Índice de Autoavaliação Estudantil
IC	Índice de Concordância
ICE	Índice do Clima Escolar
IDP	Índice da Dimensão Pedagógica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IRC	Índice de Relacionamento com a Comunidade
ISE	Índice Socioeconômico
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAAE	Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar
PAE	Plano de Ação Educacional
PMDI	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PNE	Plano Nacional de Educação
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB	Programa de Avaliação da Educação Básica
SABE	Sistema de Avaliação Baiano da Educação
SAE	Superintendência de Avaliação Educacional
SAEB	Sistema Brasileiro de Avaliação da Educação Básica
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SI	Subsecretaria de Informações e Tecnologias Educacionais
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública
SRE	Superintendência Regional de Ensino
TCT	Teoria Clássica dos Testes
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Modelo de questão com resolução justificada..	37
Figura 2	Modelo de relatório sobre os resultados da avaliação diagnóstica.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantidade de alunos avaliados no SIMAVE/PROEB. Minas Gerais. 2000 - 2013	24
Gráfico 2	Quantidade de matrículas na Educação Básica Regular. Minas Gerais. 2000 - 2013	25
Gráfico 3	Quantidade de alunos avaliados no SIMAVE/PROALFA. Minas Gerais. 2006 – 2013	27
Gráfico 4	Quantidade de alunos avaliados no PAAE. Minas Gerais. 2006 - 2013 (em milhares)	29
Gráfico 5	Quantidade de participações dos entrevistados nas edições do PAAE. SRE de Passos. 2008 - 2014	60
Gráfico 6	Índice de concordância sobre a utilidade do PAAE como instrumento de autoavaliação para o professor. SRE de Passos. 2015	73
Gráfico 7	Percentual de professores que comentaram ou solicitaram esclarecimentos sobre os itens das avaliações do PAAE e os resultados/respostas obtidos. SRE de Passos. 2015	78
Gráfico 8	Índice de Concordância sobre a utilidade do PAAE como instrumento de autoavaliação da escola. SRE de Passos. 2015	81
Gráfico 9	Percentual de utilização dos resultados do PAAE na priorização de atividades. SRE de Passos. 2015	93
Gráfico 10	Índice de concordância sobre a utilidade do PAAE no embasamento de análises diagnósticas. SRE de Passos. 2015	95
Gráfico 11	Índice de concordância sobre a abertura da Banco de Itens do PAAE. SRE de Passos. 2015	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Relação das escolas de Ensino Médio - Avaliação Diagnóstica <i>online</i> . SRE de Passos. 2014	32
Quadro 2	Índices dos acertos dos Professores, em porcentagem, na Avaliação Diagnóstica. SRE de Passos. 2011 - 2013	35
Quadro 3	Quantidade de questões do Banco de Itens da SEE/MG. Minas Gerais. 2006 – 2011	44
Quadro 4	Demonstrativo da quantidade de itens da Avaliação Diagnóstica do 1º ano do Ensino Médio. Minas Gerais. 2013 - 2014	45
Quadro 5	Relação de municípios, escolas e professores previstos para serem entrevistados. SRE de Passos. 2014	57
Quadro 6	Demonstrativo da quantidade de professores do EM pesquisados. SRE de Passos. 2015	61
Quadro 7	Demonstrativo das publicações dos relatórios contextuais do SIMAVE / PROEB. Minas Gerais. 2008 - 2014	83
Quadro 8	Demonstrativo da utilização do Banco de Itens para geração das Avaliações Contínuas. SRE de Passos. 2015	100
Quadro 9	Principais problemas identificados e propostas de intervenção	111
Quadro 10	Detalhamento das propostas de intervenção do PAE	114
Quadro 11	Distribuição das disciplinas avaliadas no PROEB – Ensino Fundamental e Ensino Médio	119
Quadro 12	Monitoramento da implementação das Propostas de Intervenção	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Cronograma de execução das ações para o desenvolvimento da Avaliação Diagnóstica (1ª Prova) do PAAE. Minas Gerais. 2013 - 2014	40
Tabela 2	Quantitativo de municípios jurisdicionados à SRE de Passos/MG. 2013	47
Tabela 3	Quantidade de gabaritos dos professores, não inseridos, por disciplina e etapa. SRE de Passos. 2009 - 2013	48
Tabela 4	Demonstrativo com o universo, amostra e entrevistados na pesquisa realizada nas Escolas de Ensino Médio. SRE de Passos. 2015	58
Tabela 5	Demonstrativo de respostas e Índice de Concordância. SRE de Passos. 2015	71
Tabela 6	Demonstrativo das opiniões dos colaboradores e Índice de Concordância. SRE de Passos. 2015	73
Tabela 7	Demonstrativo da quantidade de professores inscritos no PAAE e que realizaram comentários aos itens das provas. Minas Gerais. 2009 – 2013	77
Tabela 8	Quantidade de acertos dos professores por faixas e disciplinas. SRE de Passos. 2013	79
Tabela 9	Demonstrativo das respostas sobre a utilidade do PAAE como instrumento para a fundamentação de intervenções pedagógicas. SRE de Passos. 2015.....	92
Tabela 10	Índice de Concordância e as respostas dos colaboradores sobre o período de realização da Avaliação Diagnóstica do PAAE. SRE de Passos. 2015	96
Tabela 11	Índice de Concordância e respostas quanto à utilidade do PAAE no monitoramento do CBC. SRE de Passos. 2015	98
Tabela 12	Demonstrativo das respostas sobre a utilização dos resultados do PAAE para monitoramento do CBC. SRE de Passos. 2015	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
I. O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E O PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR (PAAE)	19
1.1 O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE)	19
1.2 Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB)	23
1.3 Programa de Avaliação da Alfabetização	26
1.4 Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar	28
1.4.1 Origens e objetivos do PAAE	28
1.4.2 A metodologia utilizada no PAAE	37
1.4.3 As etapas do PAAE e os responsáveis pelo desenvolvimento	41
1.4.4 Os instrumentos utilizados nas avaliações do PAAE	42
1.4.5 Utilização do PAAE nas escolas jurisdicionadas à SRE de Passos	45
II. ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PAAE COMO FERRAMENTA PARA O GERENCIAMENTO CURRICULAR E PEDAGÓGICO	51
2.1 Metodologia utilizada	51
2.1.1 Seleção da amostra de colaboradores	55
2.1.2 Caracterização dos colaboradores	57
2.2 Os sistemas de avaliação como Políticas Públicas	62
2.3 O PAAE e o PROEB como instrumentos de monitoramento da Política Pública	66
2.4 Informações para o crescimento e o aperfeiçoamento profissional e institucional	66
2.5 Publicidade dos resultados da política pública implantada	86
2.6 Definição de prioridades	

2.7 Utilização das ferramentas disponibilizadas pelo PAAE	100
2.8 Considerações para o Plano de Intervenção.....	103
III. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	106
3.1 Retomada do caso e análise	107
3.2 Relevância da Intervenção	108
3.3 Plano de Intervenção e dimensão das propostas.....	110
3.4 Avaliação e monitoramento da proposta	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS.....	126
APÊNDICES	132

INTRODUÇÃO

O estado de Minas Gerais foi um dos pioneiros na implantação de avaliações externas no seu sistema de ensino público. No ano 2000, foi criado o SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública) para monitorar a qualidade do ensino ofertado e subsidiar a reformulação e a implementação das políticas educacionais.

O SIMAVE é composto por três programas distintos – Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB), Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE). Este último, o PAAE, objeto de estudo desta pesquisa, foi criado para atuar na dimensão interna de cada instituição escolar.

Esta pesquisa teve por objetivo analisar se o PAAE, como política pública de avaliação, consegue efetivamente alcançar os objetivos propostos de ser uma ferramenta de uso interno das escolas, na realização de diagnósticos, de monitoramento do currículo e de fornecimento de subsídios para as intervenções pedagógicas necessárias, nas escolas estaduais de Ensino Médio da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Passos.

A SRE de Passos, localizada no Sudoeste de Minas Gerais, é uma das 47 regionais subordinadas à Secretaria de Estado de Educação (SEE) de Minas Gerais. Tem, em sua jurisdição, 16 municípios sob sua responsabilidade, onde 34 escolas estaduais participam do PAAE, com os alunos matriculados no 1º ano do Ensino Médio.

O PAAE tem como proposta oferecer ferramentas para a gestão curricular e pedagógica, da qual a escola pode apropriar-se para o sucesso na qualidade do ensino. Nesse sentido, pretendeu-se, com este trabalho, buscar os motivos que fazem com que, *a priori*, o PAAE não consiga cumprir com suas finalidades de monitoramento curricular e de fornecimento de diagnósticos do desenvolvimento pedagógico dos alunos nas escolas de Ensino Médio da SRE de Passos.

A temática da pesquisa surge da experiência do pesquisador, licenciado em Matemática e Física, que já atuou em sala de aula no Ensino Fundamental e Ensino Médio, assim como na Gestão de escola estadual e da Secretaria Municipal de Educação, na cidade de Fortaleza de Minas. Atualmente, na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, atua como Analista Educacional na função de

Supervisor Regional de Educação na Divisão de Equipe Pedagógica da SRE de Passos. Coordena, em nível regional, uma equipe de Analistas Educacionais, à frente dos Projetos Educacionais implementados pela SEE/MG e das Avaliações externas do SIMAVE: PROALFA, PROEB e PAAE. Esta trajetória, principalmente na coordenação das avaliações sistêmicas de Minas Gerais, contribuiu na análise deste caso de gestão.

O PAAE é uma avaliação interna da escola e tem, em sua proposta, o objetivo de fornecer subsídios para a equipe gestora diagnosticar a situação da instituição. O Programa tem, ainda, através de relatórios e gráficos emitidos no sistema, a pretensão de oportunizar para a escola a análise dos resultados de desempenho, identificar o domínio dos tópicos/habilidades dos Conteúdos Básicos Curriculares (CBC) e planejar e executar capacitação para os docentes (MINAS GERAIS, 2013a).

Esse Programa permite ao professor realizar uma autoavaliação, provocando-o a uma reflexão sobre o domínio do conteúdo ministrado e sobre as estratégias utilizadas. Dessa forma, essa ferramenta pode ser considerada como potencializadora de capacitação continuada.

A análise da metodologia utilizada no PAAE e de suas potencialidades tornam esta pesquisa relevante na avaliação da presente política pública e sua eficácia para o desenvolvimento do processo de ensino.

As conclusões iniciais que indicaram uma ineficiência no PAAE foram levantadas através de análises dos resultados obtidos pelas escolas nos relatórios consolidados emitidos pelo sistema do PAAE e pela SEE/MG. A apreciação de relatórios elaborados por Analistas da SRE de Passos, da Legislação e de documentos orientadores do programa, permitiu esta análise preliminar do Programa nas escolas de Ensino Médio da Regional de Passos.

Dessa forma, o capítulo 1 traz a descrição do SIMAVE e dos três Programas que o integram nas avaliações das escolas públicas do Estado de Minas Gerais, implementados com o objetivo de contribuir para o direcionamento de ações na busca de garantir aos alunos regularmente matriculados na Educação Básica o direito à aprendizagem.

Ênfase especial, nesse capítulo, é dada ao PAAE, explicitando sua origem, a metodologia utilizada, as etapas para o seu desenvolvimento e

informações acerca da utilização das ferramentas que ele disponibiliza para as instituições escolares.

Encontra-se, no capítulo 2, uma análise embasada em pesquisas documentais, entrevistas e questionários com os atores que desenvolvem o Programa nas instituições escolares e na SEE/MG. Com essas informações, acompanhadas das contribuições de Heloisa Luck, Alicia Bonamino, Sandra Zákia Souza, Nigel Brooke e outros, foi verificada a efetividade do PAAE nas escolas analisadas.

Nesse capítulo, também se encontrará uma comparação da metodologia utilizada no PAAE com a metodologia utilizada no SIMAVE/PROEB, implementado no Estado de Minas Gerais, nas avaliações externas da Educação Básica. Esse programa foi escolhido por apresentar uma metodologia que permite um gerenciamento pedagógico e curricular mais consistente pelos gestores escolares.

Já o último capítulo tem por objetivo apresentar sugestões para melhorias no Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE).

Dessa forma, pretendeu-se, com o trabalho completo, concluir se o PAAE, como Política Pública de Avaliação, consegue efetivamente alcançar os objetivos a que se propõe, no gerenciamento pedagógico e curricular, nas escolas estaduais de Ensino Médio da SRE de Passos. Espera-se, ao final, contribuir com sugestões de adequações para a melhoria do Programa no desenvolvimento do processo de ensino.

I. O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E O PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR (PAAE)

O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) foi implantado no ano 2000, por meio da Resolução SEE nº 14, de 03/02/2000, reeditada em 14/07/2000 (MINAS GERAIS, 2000).

O SIMAVE, conforme Revista do Sistema elaborada pela SEE/MG (MINAS GERAIS, 2009), é um conjunto de programas que tem por objetivo avaliar, de modo permanente e contínuo, o sistema mineiro de educação. Visa diagnosticar o desempenho dos alunos e, conseqüentemente, das instituições escolares, contribuindo positivamente para a melhoria da qualidade da educação mineira e subsidiando a reformulação e o monitoramento das políticas educacionais.

Esse sistema, criado como ferramenta para auxiliar no desenvolvimento da educação mineira, com o passar do tempo, foi concebendo programas específicos de avaliação sistêmica para atuar em diferentes áreas das escolas públicas. Um desses, o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE), objeto de estudo desta pesquisa, foi criado para atuar na dimensão interna de cada instituição escolar.

1.1 O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE)

A partir do ano de 2003, o Estado de Minas Gerais implementou, para todos os órgãos do Poder Executivo Mineiro, uma política de administração pública gerencialista, pautada na eficiência e eficácia. Com a descentralização de competências e atribuições para as Secretarias de Estado, baseada em resultados conclusivos através de objetivos e metas estipuladas para a melhoria da qualidade do serviço público prestado à sociedade mineira. Cada Secretaria ficou com a incumbência de desenvolver a política pública. O intuito era a redução de desigualdades regionais e à utilização eficiente dos recursos disponíveis.

Com base nessa reorganização político-administrativa, foi criado o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), através da Lei nº 15.032 de 2004¹,

¹ Atualizada em 2007 pela Lei nº 17.007, de 28/9/2007 e em 2012, pela Lei nº 20.008, de 4/1/2012.

que estabelece para todas as áreas do Governo Mineiro, os critérios e objetivos estratégicos para a operacionalização das ações governamentais (ALMG, 2014).

Na primeira etapa desse modelo de administração pública, denominada Choque de Gestão, entre os anos de 2003 e 2006, a ênfase foi no combate ao déficit fiscal e na formulação de Programas Estruturadores para a implantação e alinhamento das prioridades da política pública adotada. Essa fase recebeu o nome de Primeira Geração do Choque de Gestão e buscou, através de ajustes e adequação orçamentária, o equilíbrio fiscal no Estado.

Para que todas as etapas pudessem se concatenar e gerar os resultados esperados, foram planejadas ações estratégicas para que o serviço prestado fosse oferecido de forma integrada e com eficiência. Nesse sentido, foram criadas 11 (onze) Redes de Desenvolvimento Integrado, subdivididas em Programas Estruturadores, na busca da integração das diferentes áreas do governo mineiro. De acordo com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão:

Entende-se como Programa Estruturador um conjunto de Projetos e Processos Estratégicos relacionados e complementares, gerenciados de modo coordenado e sinérgico para gerar resultados transformadores e obter benefícios que não seriam alcançados se os mesmos fossem gerenciados individualmente. (BDMG, 2014, p. 54)

Esses programas receberam um tratamento distinto dos outros não estruturadores: gerenciamento mais intenso, maior diversidade de atividades, e garantia de recursos para seu desenvolvimento, de acordo com o PMDI, elaborado pelas diretrizes de atuação do Governo de Minas Gerais (BDMG, 2013).

Dessa forma, as onze redes de desenvolvimento criadas com o objetivo de superar os desafios de forma integrada são: (1) Atenção em Saúde; (2) Cidades; (3) Ciência, Tecnologia e Inovação; (4) Defesa e Segurança; (5) Desenvolvimento Econômico Sustentável; (6) Desenvolvimento Rural; (7) Desenvolvimento Social e Proteção; (8) Educação e Desenvolvimento Humano; (9) Governo Integrado, Eficiente e Eficaz; (10) Identidade Mineira; (11) Infraestrutura (BDMG, 2013).

A educação no estado de Minas Gerais ficou inserida na Rede de Educação e Desenvolvimento Humano e sua dinamização, a cargo da Secretaria de Estado de Educação, com a estrutura do Órgão Central em conjunto com as Superintendências Regionais de Ensino (SREs). Uma de suas finalidades é formular

e coordenar toda a política educacional no estado (MINAS GERAIS, 2011), e tem por missão

planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado relativas à garantia e à promoção da Educação, com a participação da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa e a seu preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho (MINAS GERAIS, 2014a).

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, para cumprir sua missão, desenvolve todas as ações educacionais baseada nos valores da ética, transparência, efetividade e inovação, princípios previstos na legislação vigente, que embasam a estrutura da administração pública do Poder Executivo do estado (MINAS GERAIS, 2014a).

Dentro da Rede de Educação e Desenvolvimento Humano, no estado de Minas Gerais, existiam três programas considerados estruturadores: Programa Pró-Escola, Programa Melhor Emprego e Programa Educação para Crescer. No caso desse último – o Programa Educação para Crescer –, o objetivo é

promover educação básica de qualidade, objetivando o crescimento pessoal, a formação cidadã e a emancipação dos estudantes, visando ao aumento da proficiência e a permanência do aluno na sua trajetória escolar. (MINAS GERAIS, 2014b).

De acordo com documento orientador da política adotada (MINAS GERAIS, 2014a), esse Programa possui, em sua estrutura, vários projetos com objetivos distintos, tais como: i) aumentar a jornada escolar dos alunos matriculados na rede estadual do estado de Minas Gerais; ii) reestruturar o Ensino Médio da rede pública estadual; iii) incentivar a democratização do ensino através da participação das famílias; iv) melhorar os índices educacionais de acesso e rendimento; v) elevar a proficiência dos alunos ao nível recomendável através de capacitações dos profissionais da área educacional e de intervenções pedagógicas, embasadas nos resultados obtidos nas avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE).

O SIMAVE, atualmente, faz parte do Programa Educação para Crescer e, segundo as orientações constantes no documento orientador (MINAS GERAIS, 2014a), tem por objetivo avaliar a qualidade do sistema público de educação básica.

A organização geral do SIMAVE fica a cargo da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), através da Subsecretaria de Informações e Tecnologias Educacionais. Subordinada a essa Subsecretaria existe a Superintendência de Avaliação Educacional (SAE), responsável geral por todas as avaliações sistêmicas no Estado. A organização e o desenvolvimento do PAAE no estado mineiro é competência da Diretoria de Avaliação da Aprendizagem (DAAP), que está ligada à SAE.

No estado de Minas Gerais existem as Superintendências Regionais de Ensino, subordinadas à SEE/MG, que, conforme a Lei Delegada nº 180, de 20/01/2011, têm por objetivo exercer, junto aos municípios circunscritos no nível regional, “as ações de supervisão técnico-pedagógica, de orientação normativa, de cooperação, de articulação e de integração do Estado e Municípios, em consonância com as diretrizes e políticas educacionais” (MINAS GERAIS, 2011a, p. 18).

Os órgãos regionais da SEE/MG não possuem a mesma quantidade de divisões e subdivisões do órgão central e são responsáveis diretos pelas escolas jurisdicionadas em suas respectivas regiões. Nas Superintendências Regionais de Ensino (SREs) a responsabilidade pelo desenvolvimento das ações e programas do SIMAVE fica a cargo das Diretorias Educacionais, que têm por finalidade exercer a coordenação das ações pedagógicas no âmbito da jurisdição de cada SRE.

Tal Diretoria abriga uma Equipe de Avaliação, composta por dois Analistas Educacionais, que se encarregam de toda a coordenação das avaliações do SIMAVE junto às escolas públicas jurisdicionadas a cada Superintendência Regional de Ensino.

O monitoramento e as orientações diretamente às escolas pertencem às Superintendências Regionais de Ensino (SREs), que se responsabilizam pelas instituições de ensino estaduais, localizadas nos municípios jurisdicionados ao órgão. A SRE deve promover a divulgação, a orientação, os esclarecimentos e as informações recebidas do órgão central para todas as escolas sob sua responsabilidade e, ainda, realizar o monitoramento das instituições escolares e providenciar as informações solicitadas pela SEE/MG (MINAS GERAIS, 2011b).

Atualmente, o SIMAVE é composto por três Programas distintos – Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB), Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE) –, que atuam em áreas diferentes, realizando diagnósticos para entender a

grandeza do sistema público da educação mineira e buscando melhorar sua eficácia.

Os Programas de Avaliação são integrados, tendo em vista que cada um avalia uma etapa da educação básica. Seus resultados destacam as necessidades de planejamento e ação nos diferentes níveis e momentos: i) da sala de aula, da escola e do sistema; ii) da ação docente, da gestão escolar e das políticas públicas para a educação; iii) do nível de aprendizagem na alfabetização e nos conteúdos básicos do Ensino Fundamental e Médio.

Esses três programas, no ano de 2013, avaliaram mais de 2,5 milhões de alunos matriculados nas escolas estaduais mineiras, em diferentes etapas da educação básica, de acordo com dados da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2013b).

Nos subitens a seguir, trataremos com mais detalhes sobre esses três programas do SIMAVE, sendo o primeiro deles o Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB), que avalia os alunos da Educação Básica para a aferição das metas constantes do PMDI.

1.2 Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB)

Na área da avaliação externa, o PROEB avalia, censitariamente, desde a implantação do SIMAVE, os alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. Esse programa passou por algumas alterações desde sua criação no ano 2000, quando as disciplinas avaliadas eram apenas Língua Portuguesa e Matemática.

No ano de 2001, foram avaliadas somente as disciplinas das áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza. Em 2002, a avaliação foi apenas em Língua Portuguesa e, no ano de 2003, apenas Matemática. Desde 2006, as disciplinas avaliadas são Língua Portuguesa e Matemática, como aconteceu no início do PROEB.

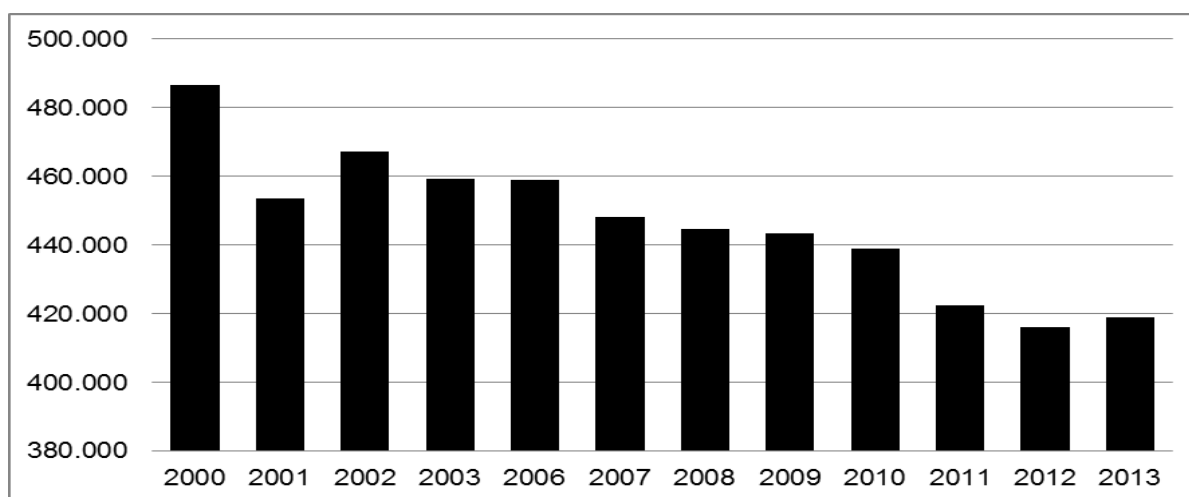
Os resultados das avaliações do PROEB são divulgados para todas as escolas participantes e para toda a sociedade, através de Boletins de Resultados e de relatórios disponibilizados no *site* do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd). Dessa forma, conforme publicação feita pela SEE/MG sobre os resultados do SIMAVE do ano de 2013 (MINAS GERAIS, 2013b), espera-se que a

equipe gestora se aproprie dos resultados para a implementação de novas práticas de gestão.

Esse Programa é desenvolvido em parceria com o CAEd, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e, até o ano de 2013, avaliou mais de 5,3 milhões de alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio das escolas estaduais.

O Gráfico 1, a seguir, informa a quantidade de alunos da rede estadual de Minas Gerais que efetivamente participaram das atividades do PROEB desde sua primeira avaliação. Os alunos avaliados são aqueles que estão concluindo as etapas da Educação Básica.

Gráfico 1 - Quantidade de alunos avaliados no SIMAVE/PROEB. Minas Gerais. 2000-2013



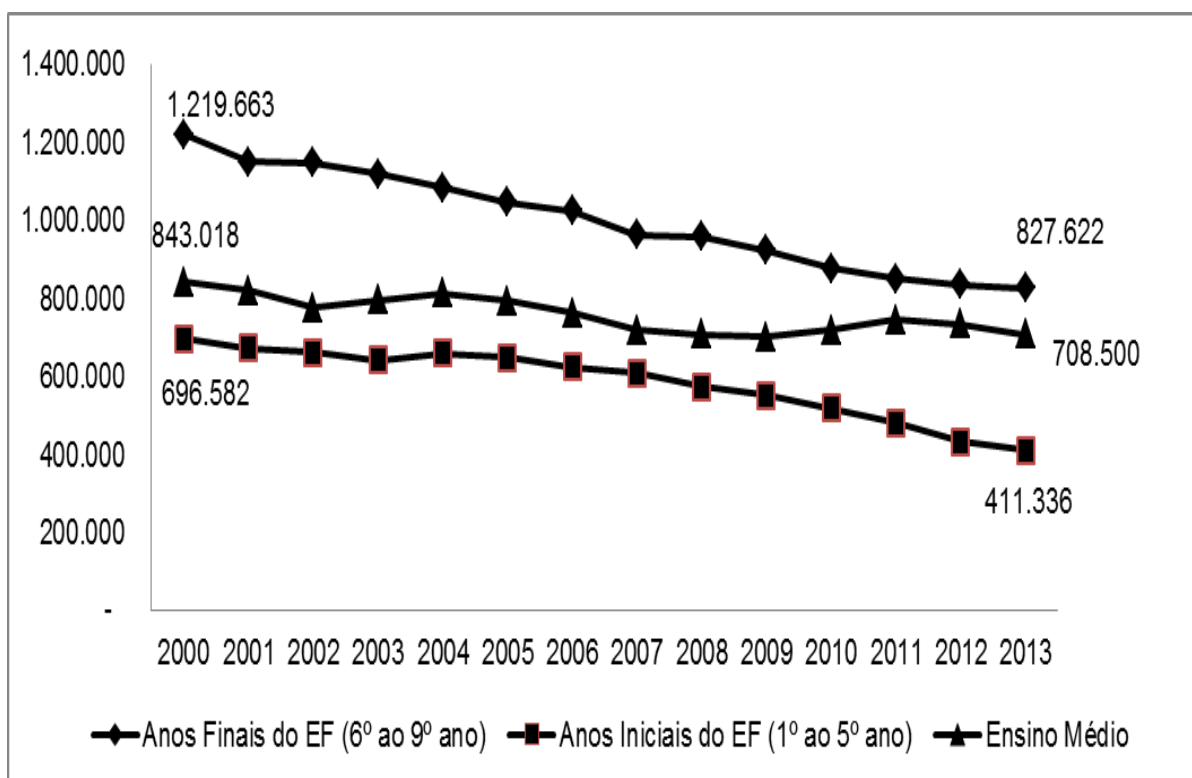
Fonte: elaboração própria, a partir de dados da SEE/MG.

Verifica-se, no Gráfico 1, que, nos anos de 2004 e 2005, não há alunos avaliados porque nesses anos não aconteceram avaliações externas promovidas pelo SIMAVE. Percebe-se, ainda, uma queda na quantidade de alunos avaliados devido à diminuição na quantidade de matrículas no mesmo período de referência – 2000 a 2013 – conforme podemos constatar no gráfico 2, que traz a quantidade de matrículas da Educação Básica no Estado de Minas Gerais – anos iniciais (1º ao 5º ano do EF)², anos finais (6º ao 9º ano do EF)³ e Ensino Médio.

² No período de 2000 a 2005, esses anos de escolarização recebiam a denominação de 1ª à 4ª série do EF.

³ No período de 2000 a 2005, esses anos de escolarização recebiam a denominação de 5ª à 8ª série do EF.

Gráfico 2 - Quantidade de matrículas na Educação Básica Regular. Minas Gerais. 2000-2013



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do INEP/MEC.

Observa-se uma queda na matrícula dos anos finais de mais de trezentos mil alunos que, em termos percentuais, representa uma diminuição de, aproximadamente, 32% (trinta e dois por cento), enquanto se verifica uma queda de, aproximadamente, 40% (quarenta por cento) na matrícula nos anos iniciais do Ensino Fundamental e de 16% (dezesseis por cento) no Ensino Médio. Essas quedas são explicadas pelo novo padrão demográfico caracterizado pela redução do crescimento da população brasileira⁴.

Para monitorar o processo educacional nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no ano de 2006 foi implementado o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA), com o objetivo de avaliar o nível de alfabetização dos alunos nessa etapa da educação.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Dados da Revisão 2008 - Projeção da população - Taxas Brutas de Natalidade. Site: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP318>.

1.3 Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA)

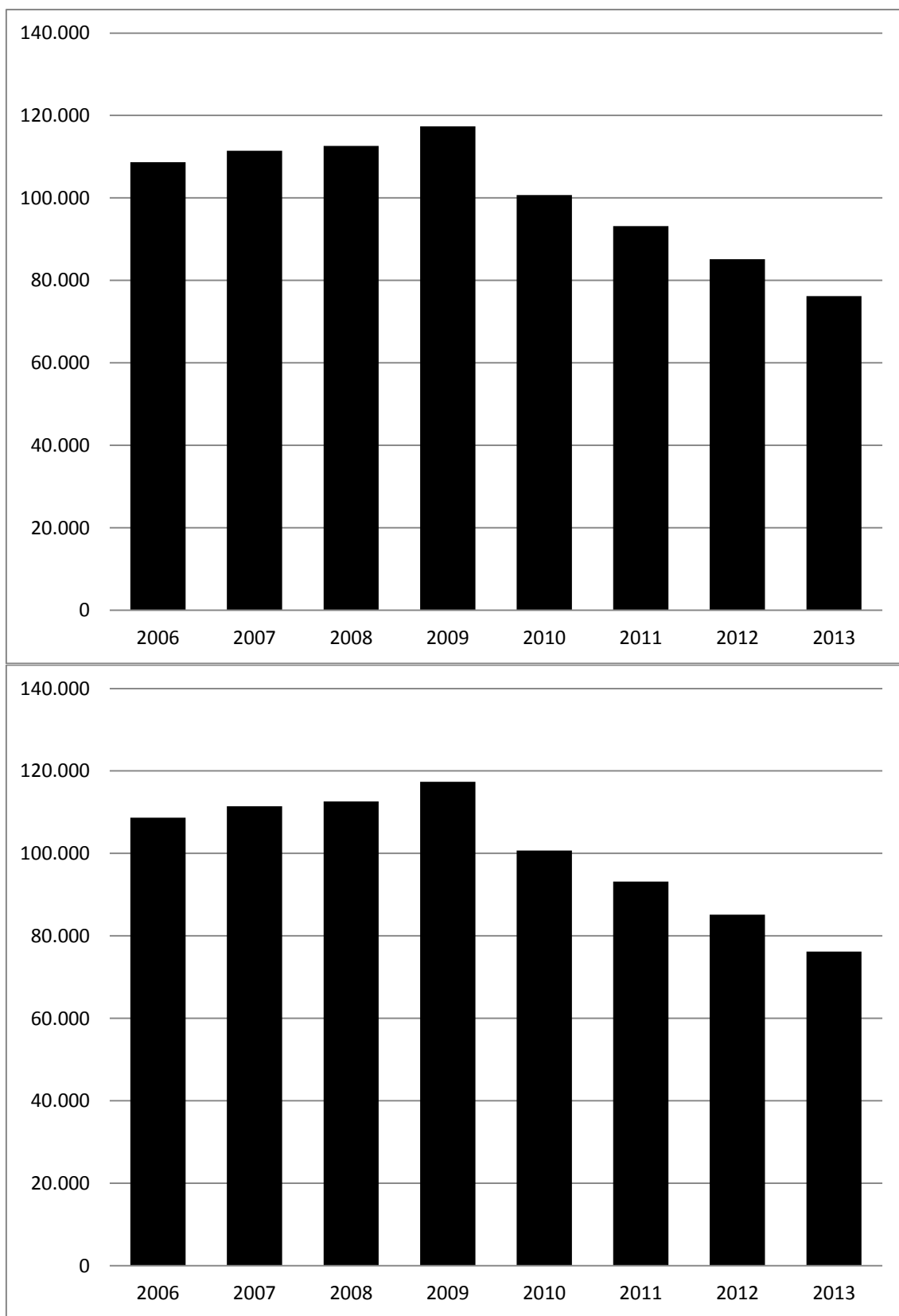
O PROALFA avalia censitariamente, os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental e, amostralmente, os alunos do 2º e 4º anos dessa mesma etapa, com o objetivo de indicar as intervenções necessárias para a correção dos problemas encontrados.

Tal programa já passou por sucessivas ampliações avaliando 805.381 alunos da rede estadual, no período de 2006 a 2013. No desenvolvimento desse Programa, coordenado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, são realizadas parcerias com o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) (MINAS GERAIS, 2013b).

Atualmente, somente o CAEd/UFJF responde pelas avaliações do PROALFA, que passou por um processo de reestruturação da matriz que avalia os alunos do 3º ano do EF, em confluência com estudos e pesquisas em alfabetização desenvolvidas pela referida instituição.

O Gráfico 3 informa a quantidade de alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede estadual de Minas Gerais, que efetivamente participaram das avaliações da alfabetização, desde sua primeira edição.

Gráfico 3 - Quantidade de alunos avaliados no SIMAVE/PROALFA. Minas Gerais. 2006 – 2013



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da SEE/MG.

Assim como no Gráfico 1, observamos uma queda na quantidade de alunos avaliados no PROALFA. Essa queda também se explica pela diminuição na quantidade de matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano, conforme já constatado anteriormente no Gráfico 2.

Observa-se, ainda, que não houve interrupção nas avaliações do PROALFA, desde sua implementação, contribuindo com informações importantes para os gestores educacionais sobre o nível da alfabetização dos alunos mineiros com 8 anos de idade.

Em 2005, foi implantado o Programa de Avaliação da Aprendizagem (PAAE), o terceiro programa do SIMAVE, pensado para subsidiar as Escolas Estaduais Mineiras, com informações acerca do currículo (MINAS GERAIS, 2005a).

1.4 Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE)

O terceiro Programa que integra o SIMAVE, objeto de estudo deste trabalho, é o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE). Este programa avalia censitariamente os alunos matriculados no 1º ano do Ensino Médio nos conteúdos das disciplinas das áreas de Linguagens (Língua Portuguesa e Língua Inglesa), Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia), Matemática, Ciências Humanas (História e Geografia) e Artes.

Avalia, ainda, as turmas do 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, nas disciplinas Língua Portuguesa, Matemática e Ciências.

No desenvolvimento desse Programa a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais tem a parceria do Instituto Avaliar (MINAS GERAIS, 2013a).

1.4.1 Origens e objetivos do PAAE

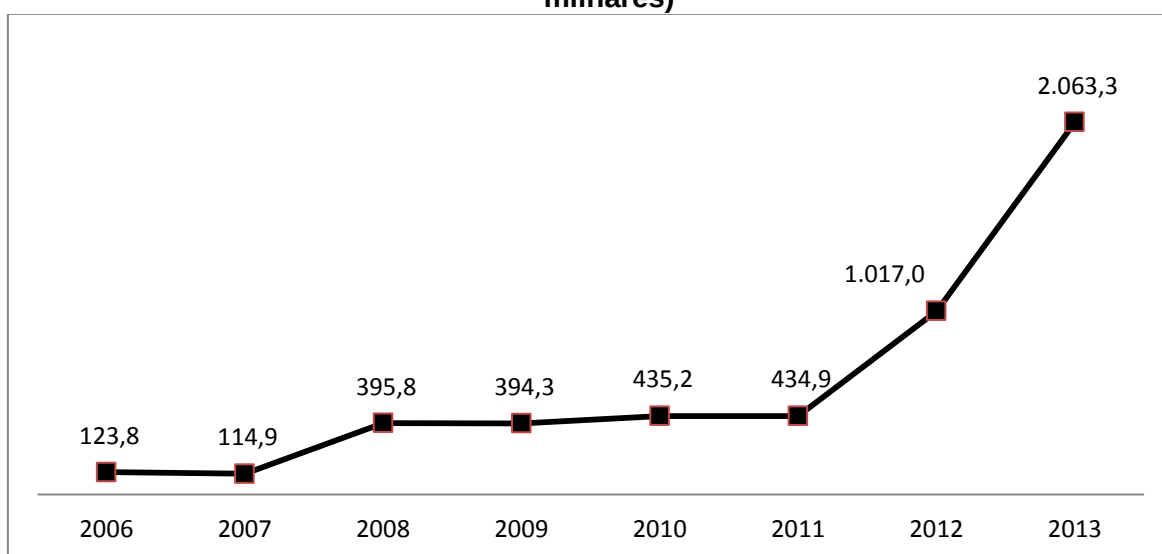
O PAAE começou a ser criado no ano de 2003, com a concepção do modelo de avaliação e criação do Sistema. A avaliação foi desenvolvida, inicialmente, na forma impressa, no ano de 2005, com 72 escolas estaduais pilotos,

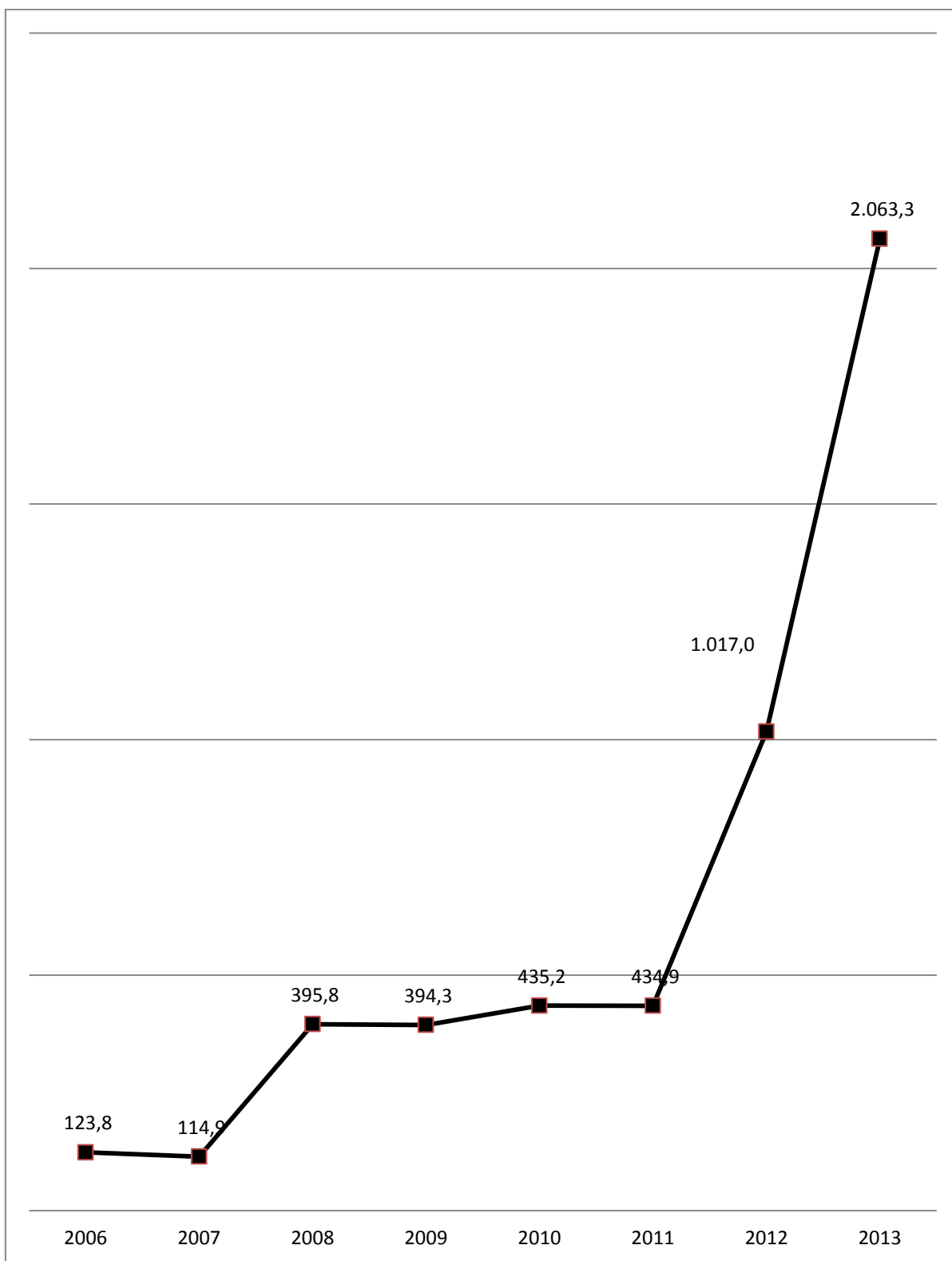
e em 2006 a avaliação foi ampliada para 203 escolas estaduais, com alunos regularmente matriculados no 1º ano do Ensino Médio.

O total de instituições participantes subiu para 212 escolas no ano de 2007 e, a partir do ano de 2008, tornou-se um programa desenvolvido em todas as escolas estaduais de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2012a).

O Gráfico 4 apresenta a evolução da quantidade de alunos avaliados pelo programa no estado de Minas Gerais, desde o ano de 2006.

Gráfico 4 - Quantidade de alunos avaliados no PAAE. Minas Gerais. 2006 - 2013 (em milhares)





Fonte: elaboração própria, a partir de dados da SEE/MG.

O programa chegou, no ano de 2013, ao total de 4,9 milhões de alunos avaliados. Percebemos, pela análise do gráfico, que esse número cresceu

recentemente, ultrapassando, no ano de 2012, a ordem de mais de um milhão de alunos participantes das avaliações. Isso se explica pelo fato de que, nesse mesmo ano, o PAAE passou a avaliar também os alunos matriculados nas séries finais do Ensino Fundamental (6º, 7º, 8º e 9º anos), utilizando-se dos instrumentos de avaliação na forma impressa (MINAS GERAIS, 2013b).

As avaliações na forma *online* foram implementadas em 2011⁵, quando a SEE/MG selecionou 10% (dez por cento) das escolas estaduais mineiras que possuíam, à época, Laboratório de Informática em condições de utilização para a realização das provas. Esse quantitativo subiu para 20% (vinte por cento) no ano seguinte⁶. Na SRE de Passos, foram selecionadas 13 escolas estaduais.

Em 2014, previamente à Avaliação Diagnóstica, foi realizado um levantamento pela SRE de Passos sobre a situação dos Laboratórios de Informática das 13 escolas. O Quadro 1 informa a quantidade de computadores funcionando e com acesso à internet, a quantidade de turmas e alunos matriculados que participariam, naquele ano, da 1ª avaliação do PAAE na forma *online*.

⁵ Informação obtida através do Ofício Circular SI/SAE Nº 011/2012 e anexo, enviado pela Superintendência de Avaliação Educacional (SAE) da SEE/MG e recebido na caixa de e-mail: sre.passos.simave@educacao.mg.gov.br, em 18/09/2012.

⁶ Informação enviada pela Diretoria de Tecnologias Aplicadas à Educação da SEE/MG e recebida na caixa de e-mail: sre.passos.simave@educacao.mg.gov.br, em 27/06/2013.

Quadro 1 - Relação das escolas de Ensino Médio - Avaliação Diagnóstica *online*. SRE de Passos. 2014.

Município	Código da escola	Nome da escola	Quantidade de computadores funcionando com acesso à internet	Quantidade de turmas do 1º ano do Ensino Médio	Quantidade de alunos do 1º ano do Ensino Médio
Alpinópolis	114863	EE Dom João VI	10	2	90
Alpinópolis	114855	EE Dona Indá	7	4	133
Bom Jesus da Penha	123901	EE Coronel Antonio Domingos Ribeiro	12	2	56
Capitólio	114961	EE Modesto Antonio de Oliveira	9	3	101
Formiga	115240	EE Rodolfo Almeida	*	*	*
Fortaleza de Minas	115363	EE Dr Noraldino de Lima	7	2	50
Passos	115479	Colégio Tiradentes PMMG	8	2	74
Passos	115428	EE Deus Universo e Virtude	17	3	100
Passos	115517	EE Nazle Jabur	34	3	91
Passos	115568	EE Nossa Senhora da Penha	17	4	144
Passos	115436	EE São José	15	4	141
Piumhi	115690	EE Professor Francisco Paula Rebelo Horta	22	5	218
Vargem Bonita	115843	EE São Francisco	0	1	20

(*) Escola em reforma e ampliação da rede física. Laboratório de informática inativo temporariamente.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados fornecidos pela Diretoria Educacional (DIRE) da SRE de Passos.

Observa-se, no Quadro 1, que a maioria das escolas não dispunha de condições ideais para a realização da Avaliação Diagnóstica do PAAE. Enquanto a EE Nazle Jabur possuía 34 (trinta e quatro) computadores em condições de uso para as três turmas de alunos, a EE São Francisco não dispunha, na época do levantamento, de nenhum computador em funcionamento. Essa escola, para conseguir finalizar todo o processo, utilizou equipamentos emprestados por professores, funcionários e alunos da instituição, nas datas agendadas para a realização das Avaliações Diagnósticas do PAAE *online*⁷.

⁷ Informação recebida da escola no e-mail: sre.passos.gab@educacao.mg.gov.br, em 11/03/2014.

A aplicação das avaliações no formato *online* requer das escolas selecionadas, uma infraestrutura com computadores em quantidade suficiente para os alunos e com capacidade de acesso à internet, que permita a vários alunos acessarem o sistema do PAAE concomitantemente. Dessa forma, uma infraestrutura inadequada, com uma quantidade de computadores insuficiente para todos os alunos, pode comprometer o processo de execução das avaliações do Programa.

Com o PAAE, a SEE/MG espera que a escola consiga desenvolver diagnósticos mais rápidos para o planejamento das intervenções pedagógicas e que tenha maior agilidade e subsídios na gestão pedagógica, através dos relatórios gerados pelo sistema.

O Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar foi concebido para atuar na área interna das escolas estaduais mineiras e tem por objetivos:

- Realizar diagnósticos progressivos da aprendizagem escolar em relação aos tópicos/habilidades dos Conteúdos Básicos Comuns (CBC);
- Gerar informações para a autoavaliação do professor e da escola; e
- Oferecer subsídios para intervenções pedagógicas que promovam a melhoria da aprendizagem, da prática docente e do ensino. (MINAS GERAIS, 2013a, [s.p.]).

Embora, em sua concepção, o PAAE se proponha a disponibilizar ferramentas para subsidiar diagnósticos sobre o aprendizado dos alunos, verificou-se se realmente as informações fornecidas contribuem na realização das investigações necessárias sobre as competências e habilidades desenvolvidas pelos discentes ao ingressarem no 1º ano do Ensino Médio.

Para a SEE/MG, essa ferramenta indica as necessidades e os pontos fortes de cada instituição, em cada região do estado de Minas Gerais, uma vez que os diagnósticos feitos através dos relatórios geram informações por regional e escola. Além dessas informações, o PAAE tem o objetivo de realizar diagnósticos sobre a aplicação do Currículo Básico Comum (CBC) em cada instituição escolar.

De acordo com publicação efetuada pela SEE/MG no ano de 2005 sobre a Política Educacional adotada naquele ano (MINAS GERAIS, 2005b), o CBC foi implantado em Minas Gerais, regulamentado pela Resolução SEE/MG nº 666, de 7 de abril de 2005. A legislação supracitada estabelece, nas diversas disciplinas do Ensino Fundamental e Médio, os conteúdos a serem trabalhados em cada etapa de

escolarização, confere à escola autonomia para a definição da sequência e ritmo do ensino de cada conteúdo e permite a inclusão de tópicos complementares.

Nesse sentido, o PAAE, em sua concepção, surgiu para monitorar a utilização e aplicação, pelos professores, do CBC, tendo em vista que os itens que compõem os instrumentos de avaliação constantes do Programa são nele referenciados. Nesse sentido, questionou-se e verificou-se, junto à equipe gestora das escolas, até que ponto as informações geradas pelos relatórios do Programa oferecem subsídios consistentes de que os professores seguem as determinações contidas no CBC.

Outro pressuposto do Programa é de que ele sirva como instrumento de autoavaliação para professor e instituição escolar. Sendo assim, o professor também resolve a mesma avaliação que o aluno, sem, entretanto, seguir os mesmos rigores da aplicação efetuada ao discente. Ao docente é dada a possibilidade de consulta a referenciais bibliográficos e, até mesmo, a outro professor.

Logo após a resolução da prova e inserção no sistema do seu gabarito e das respostas dos alunos a todas as questões da prova, o sistema divulga o gabarito oficial, permitindo ao professor verificar o seu desempenho e da(s) sua(s) turma(s).

O Quadro 2 apresenta os índices de acertos dos professores por disciplina nas Avaliações da Aprendizagem Escolar do PAAE, realizadas no período de 2011 a 2013. O quadro demonstra a média aritmética dos percentuais de acertos dos professores das 34 escolas participantes, da SRE de Passos. Traz, ainda, o maior e o menor percentual de acertos dos docentes na 2ª prova do Programa.

Quadro 2 - Índices de acertos dos Professores, em percentagem, na Avaliação Diagnóstica. SRE de Passos. 2011 - 2013

Ano	Percentual de acertos	Arte	Biologia	Física	Geografia	História	L. Estrangeira	L. Portuguesa	Matemática	Química
2011	Média Aritmética	74,4	82,5	75,1	78,1	85,8	77,4	70,4	85,4	83,9
	Maior percentual	92,9	94,4	96,2	93,8	96,1	95,2	93,3	98,5	97,0
	Menor percentual	37,5	55,6	31,8	35,3	66,7	20,0	50,0	43,8	46,2
2012	Média Aritmética	67,5	81,5	79,0	78,2	82,2	79,1	68,1	82,4	76,2
	Maior percentual	93,3	94,4	98,3	93,3	94,4	95,2	90,9	95,8	96,4
	Menor percentual	33,3	40,0	57,1	28,6	47,1	36,4	35,0	47,1	25,0
2013	Média Aritmética	65,4	85,0	84,3	81,8	77,0	83,4	77,5	84,5	83,6
	Maior percentual	91,7	97,8	97,5	97,1	97,1	95,5	98,3	97,9	95,5
	Menor percentual	41,7	55,6	55,0	57,1	35,7	60,9	45,0	56,3	45,5

Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Instituto Avaliar.

Observamos, no Quadro 2, que a média aritmética dos resultados dos docentes nos três anos, ultrapassa 60% (sessenta por cento) de acertos em todas as disciplinas. Os maiores percentuais de acertos encontram-se acima de 90% (noventa por cento). Entretanto, ao observarmos os menores percentuais, verificamos índices baixos de acertos entre os professores das escolas de Ensino Médio. Encontramos, por exemplo, um índice de 20% (vinte por cento) de acertos, no ano de 2011, na disciplina de Língua Estrangeira.

Outros índices que chamam a atenção, são os baixos percentuais de acertos pelos professores, em Língua Portuguesa e Matemática, nos três anos demonstrados no Quadro 2. Isto porque essas disciplinas fazem parte das principais avaliações sistêmicas.

O sistema, de acordo com Mattos, L., Mattos, T. e Simões (2014), também permite ao professor, caso discorde da resposta apresentada ou ainda queira indagar alguma explicação sobre o(s) item(ns) avaliado(s), se manifestar no próprio sistema, utilizando-se de sua senha pessoal para obter os devidos esclarecimentos, efetuados por um especialista da Instituição parceira da SEE/MG.

Ao fazer a solicitação, o professor tem acesso a um relatório emitido pelo sistema, como o demonstrado pela Figura 1, apresentada a seguir, onde o docente recebe as informações gerais sobre a questão em pauta.

Figura 1 - Modelo de questão com resolução justificada

QUESTÃO 73592				STATUS: Aprovado		70544		Nº:592	
Nível: Ensino Médio			Disciplina: Matemática			Dificuldade: Fácil			
CBC1 - Eixo: II - Funções Elementares e Modelagem			Tema: 6 - Matemática Financeira						
Subtema: Não tem			Tópico: 13 - Matemática financeira.						
Habilidade: 13.2 - Resolver problemas que envolvam o conceito de juros simples e compostos.					Detalhamento: 13.2.1 - Não há.				
Autor: FRANCISCO DUTENHEFNER									
Adaptado: Não									

Uma loja vendeu uma televisão que custa R\$ 300,00 à vista, para pagar em duas parcelas da seguinte forma: metade do valor no ato da compra e o restante após 30 dias, mas com valor acrescido de uma taxa de juros de 5%. O valor da segunda parcela é igual a:

A) R\$ 150,00. B) R\$ 155,00. C) R\$ 157,50. D) R\$ 225,00.

A. INCORRETA. Nessa alternativa, o aluno não dá o acréscimo de 5% no valor R\$ 150,00, que será pago 30 dias após a compra do eletrodoméstico.

B. INCORRETA. Ali, ao invés de acrescentar 5% em R\$ 150,00, o aluno acrescenta 5 reais, confundindo o valor relativo (porcentagem) com o valor absoluto (reais).

C. * CORRETA. O valor desejado é igual a R\$ 150,00 mais 5% de R\$ 150,00, ou seja, R\$ 150,00 mais R\$ 7,50, que é igual a R\$ 157,50.

D. INCORRETA. Nessa alternativa, ao invés de dar um acréscimo de 5% em R\$ 150,00, o aluno deu um acréscimo de 50% sobre esse valor.

Fonte: Instituto Avaliar.

A Figura 1, utilizada em capacitação com professores para uso do Banco de Itens, traz um modelo de questão com resolução justificada, contendo descrição do eixo, tema, tópico e habilidade, de acordo com o CBC. Traz, ainda, informações

sobre o grau de dificuldade, autor da questão e comentários sobre as alternativas da avaliação aplicada em uma turma do 1º ano do Ensino Médio, emitidos pelo sistema do PAAE.

No relatório da Figura 1, observamos que a questão está avaliando a habilidade de “Resolver problemas que envolvam o conceito de juros simples e compostos”, que pertence ao Eixo “Funções Elementares e Modelagem”, dentro do Tema de “Matemática Financeira”. Observa-se, também, que é considerada uma questão com grau de dificuldade “Fácil”.

Já na Figura 2, localizada adiante, temos outro exemplo de relatório emitido pelo sistema do PAAE, após a finalização dos lançamentos pelo professor. No exemplo, foram ocultados os nomes da escola, do professor e da cidade onde se localiza a instituição para resguardar a imagem do profissional e da escola. Foi exibido apenas o relatório sobre três itens, uma vez que se pretende, aqui, apenas exemplificar um tipo de relatório emitido.

Figura 2 - Modelo de relatório sobre os resultados da avaliação diagnóstica

Avaliação Diagnóstica - Ensino Médio 2014 - 1ª Prova

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA (NOVO CBC) -
SRE: PASSOS - MUNICÍPIO:

Selecione o professor:

Turmas: 1º ano Ensino Médio 2014 - Diurno Exibir

DADOS GERAIS DA TURMA

TURMA	TURNO	NÍVEL	QTDE. ALUNOS
1º ano Ensino Médio Amarelo 2014	Diurno	MÉDIO	22

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO APLICADA

QUESTÃO	A	B	C	D	NR	% ACERTO	TOPICO	GAB. PROF.	GAB. OFICIAL	JUSTIFICATIVA
1	2	12	5	3	0	13,64	Seleção lexical e efeitos de sentido	D	D	Justificativa
2	5	6	9	2	0	27,27	Variação linguística no português brasileiro	B	B	Justificativa
3	8	5	6	3	0	13,64	Capa de revista	X	D	Justificativa

Fonte: Sistema do PAAE.

Observa-se, no exemplo da Figura 2, que, na questão número 1, o docente e três alunos da turma acertaram a resposta do item que avaliava o tópico “Seleção lexical e efeitos de sentido”. A turma possuía um total de 22 alunos e 13,3% deles conseguiram acertar a resposta do item. Já na questão número 3, observa-se que o professor e a maioria dos alunos não acertaram a resposta do item que avaliava o tópico “Capa de revista”.

Nesse sentido, o Programa pretende evidenciar para o professor a necessidade de se trabalhar um tópico com mais intensidade, caso não tenha iniciado ainda, ou a necessidade de uma retomada do conteúdo, caso já tenha trabalhado o tópico com os alunos.

Dessa forma, o PAAE tem como objetivo ser uma ferramenta de autoavaliação que possibilita à equipe gestora verificar as dificuldades do professor em relação ao conteúdo, apontando necessidades de formação continuada para o docente, para a escola e para a SEE/MG.

Nesse sentido, por ser uma avaliação de uso interno da escola, questionou-se a devida utilização, conhecimento e compreensão, pelos docentes e pela equipe gestora das escolas, das informações constantes dos relatórios emitidos, na sua totalidade, e se as informações fornecidas são realmente úteis e aproveitadas no replanejamento para a promoção de melhorias no processo de ensino.

1.4.2 A metodologia utilizada no PAAE

A SEE/MG elaborou, no ano de 2013, um Manual de Orientações para apresentação do Programa e orientações na operacionalização do PAAE (MINAS GERAIS, 2013a). Esse manual foi encaminhado às escolas na forma impressa e disponibilizado em arquivo eletrônico, no site do sistema, para acesso de todos os interessados. Ele contém explicações e instruções que visam divulgar e orientar a melhor utilização das funcionalidades do Programa e foi adotado neste trabalho para as descrições do PAAE.

O PAAE possui um sistema informatizado, com acesso *online* para geração de provas e emissão de diversos tipos de relatórios e gráficos, que se propõem a subsidiar o trabalho da Secretaria de Estado de Educação na criação de projetos e ações para melhoria da política educacional.

Nesse sentido, conforme o Manual do PAAE (MINAS GERAIS, 2013a), o Programa pretende que a instituição consiga maior agilidade para o desenvolvimento de todo o processo e possa verificar o desempenho escolar de cada aluno individualmente, de forma mais célere, numa abordagem diagnóstica e formativa para realizar o replanejamento das ações necessárias, de acordo com o estágio de desenvolvimento dos alunos e das turmas avaliadas.

O Sistema disponibiliza duas formas para a aplicação dos instrumentos de avaliação. Uma, impressa, onde o processo de geração das avaliações é feito *online* e a aplicação da prova é feita pelo professor, respondida pelo aluno em papel. A segunda forma é completamente *online* e também aplicada pelo professor. Nessa última, o aluno responde diretamente no computador do laboratório de informática da escola à prova gerada.

A base de dados para o desenvolvimento de todo o processo referente à quantidade de turmas e alunos matriculados é retirada do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE), e, a partir desses dados, a SEE/MG realiza o planejamento de custos e envia para todas as escolas estaduais, participantes na modalidade impressa, os recursos financeiros para a impressão das provas.

O PAAE é formado por três avaliações distintas, que são aplicadas durante o ano letivo nas duas formas - *online* e impressa. Inicialmente, é aplicada a Avaliação Diagnóstica, no início do ano letivo, para verificar se os alunos já aprenderam os tópicos e desenvolveram as habilidades definidas pelo CBC para cada ano de escolaridade.

A SEE/MG pretende que os resultados dessa avaliação indiquem o nível de heterogeneidade de cada turma e norteiem o professor na programação de atividades curriculares necessárias. Pretende-se que essa avaliação seja, então, o ponto de partida para a realização do planejamento anual, com informações suficientes para se pensarem estratégias diversificadas e o planejamento do atendimento adequado às necessidades dos alunos.

O início do processo é feito pela SEE/MG, que define o cronograma de execução das avaliações do PAAE e informa às SREs e escolas os períodos previstos. A Tabela 1, apresentada a seguir, informa as datas escolhidas nas edições de 2013 e 2014.

Tabela 1 - Cronograma de execução das ações para o desenvolvimento da Avaliação Diagnóstica (1ª Prova) do PAAE. Minas Gerais. 2013 - 2014

Ação	2013	2014
Cadastrar novos Diretores, Especialistas e Professores.	21 a 28 de fevereiro	31 de março a 04 de abril
Geração e impressão das provas	01 a 07 de março	7 a 11 de abril
Aplicação das provas	Logo após a impressão	14 a 30 de abril
Lançamento do gabarito do professor	Logo após a resolução	Até 16 de maio
Lançamento dos resultados dos alunos	Logo após a aplicação	Até 16 de maio
Impressão dos gráficos e relatórios para análises	Logo após o lançamento dos resultados	Até 23 de maio

Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Diretoria Educacional (DIRE) da SRE de Passos.

Observa-se, na Tabela 1, que o período destinado às escolas para essa avaliação no ano de 2013 foi bem próximo ao início do ano letivo no mês de fevereiro. Já no ano de 2014, o período destinado para uso da ferramenta, que se pretende utilizar como instrumento diagnóstico inicial, começa após 60 dias do início do ano letivo⁸. Questionou-se, assim, se a execução dos processos do PAAE, nos prazos fixados, realmente contribui para que as instituições escolares utilizem as ferramentas oferecidas no diagnóstico inicial.

Por se tratar de uma avaliação para investigação do conhecimento preliminar do educando, as escolas não são autorizadas a utilizar os resultados dessa avaliação para a atribuição de notas ou conceitos aos alunos.

A segunda avaliação do PAAE é a Avaliação Contínua, que tem por objetivos acompanhar a evolução dos alunos, monitorar as necessidades e, ainda, orientar o planejamento de atividades didáticas mais efetivas para a aprendizagem dos avaliados.

⁸ Resolução SEE Nº 2.368, de 09/08/13. Publicada na Imprensa Oficial de MG em 13/08/13.

Essa avaliação é programada para ser aplicada entre a Avaliação Diagnóstica e a Avaliação da Aprendizagem Anual, de que trataremos mais adiante. Os resultados dela obtidos poderão ser utilizados pelos professores para fins de registro escolar.

A Avaliação Contínua, especificamente, não tem caráter obrigatório como as demais que compõem o Programa, ficando a critério dos docentes a sua utilização. Ela pode ser gerada pelo próprio professor, que faz a seleção dos tópicos a serem avaliados. Dessa forma, verificou-se, junto às equipes gestoras e professores, se há conhecimento e utilização dessa avaliação proposta pelo Programa.

A última avaliação do PAAE é a Avaliação da Aprendizagem Anual, aplicada ao final do ano letivo, e considerada como segunda prova. De acordo com o Manual do Programa (MINAS GERAIS, 2013a), ela tem por objetivo apurar a aprendizagem agregada pelos alunos durante o ano letivo e poderá ser utilizada pelo professor como atividade bimestral ou ainda como avaliação final do bimestre, com atribuição de notas ou conceito para fins de registro escolar.

Nas orientações do PAAE, contidas no manual citado, os resultados da Avaliação Diagnóstica e da Avaliação da Aprendizagem Anual servem de indicadores da evolução da aprendizagem dos alunos. O professor pode utilizar-se desses resultados também para realizar uma autoavaliação e verificar se a metodologia adotada levou os discentes a conseguirem agregar conhecimentos em relação àquele apresentado no início do ano letivo.

Dessa forma, o Programa pretende que o professor e a escola tenham “[...] subsídios para intervenções da prática docente e planejamento do ensino para o ano letivo seguinte” (MINAS GERAIS, 2013a, p. 13).

Sendo assim, questionou-se se os instrumentos utilizados nas avaliações do PAAE conseguem realmente verificar e/ou auxiliar o professor na constatação da evolução de aprendizado dos alunos e, ainda, aferiu-se junto à equipe gestora, se os relatórios da Avaliação da Aprendizagem subsidiam as discussões e o planejamento pedagógico do próximo ano letivo.

1.4.3 Etapas do PAAE e os responsáveis pelo desenvolvimento

O PAAE possui diversas etapas para que a sua execução aconteça de forma eficaz e atenda aos objetivos propostos no Programa. Existem diferentes atores desempenhando importantes papéis para que o Programa possa ter a eficácia desejada.

De acordo com o Manual elaborado para o PAAE (MINAS GERAIS, 2013a), nos níveis estadual e regional, as responsabilidades são respectivamente da Diretoria de Avaliação da Aprendizagem (DAAP) e das Superintendências Regionais de Ensino.

No nível escolar, a responsabilidade pelo desenvolvimento do Programa pertence ao diretor escolar, que deve, após o recebimento das instruções da SEE/SRE, divulgá-las na instituição, manter a base de dados atualizada, habilitar no sistema e capacitar os especialistas escolares e professores. Na mesma medida, definir com a equipe o cronograma de aplicação das provas, disponibilizar toda a infraestrutura necessária, gerar as provas, analisar com a equipe os resultados, definir estratégias pedagógicas e estabelecer metas de evolução da aprendizagem escolar.

O Especialista em Educação Básica, que também desempenha importante papel no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem nas escolas estaduais, nesse Programa, em especial, possui atribuições essenciais para o sucesso do PAAE. Dentre elas, destaca-se a de auxiliar o diretor na capacitação dos professores, na divulgação das avaliações e participação na definição do cronograma de aplicação, no auxílio aos professores na aplicação das provas e na inserção das respostas dos alunos no sistema, análise dos resultados e definição de estratégias para melhoria do desempenho dos discentes.

Sendo assim, verificou-se o conhecimento e a utilização dos relatórios pela equipe gestora e, ainda, averiguou-se se os resultados das avaliações do Programa geram subsídios suficientes para a reflexão sobre prática docente e para a definição de estratégias de melhoria do processo de ensino.

O professor, nesse Programa, desempenha uma função primordial, pois a eficácia do PAAE na sua totalidade depende do desempenho de suas atribuições integralmente, sem, contudo, aqui menosprezar as atribuições dos demais atores envolvidos. Dentre as atribuições, constantes no Manual do Programa (MINAS

GERAIS, 2013a), destacam-se: divulgar o PAAE nas turmas em que leciona, participar da definição do cronograma de aplicação das provas, verificar a infraestrutura disponível, responder às questões da prova antes de apresentá-las aos alunos, aplicar as provas de acordo com o cronograma, avaliar os itens das provas respondendo *online* ao Questionário de Pesquisa de Qualidade dos Itens, inserir as respostas dos alunos no Sistema, analisar os relatórios e gráficos de desempenho juntamente com os Especialistas Escolares e definir estratégias necessárias para a melhoria do desempenho de todos os alunos da rede estadual mineira.

1.4.4 Os instrumentos utilizados nas avaliações do PAAE

Para o desenvolvimento do Programa, a SEE/MG criou um Banco de Itens para servir de suporte didático nas avaliações que compõem o PAAE. Esse Banco é composto por questões de múltipla escolha de todas as disciplinas e “[...] propicia a geração de provas *online* e o fornecimento de resultados imediatos” (MINAS GERAIS, 2013a, p. 10).

Os autores, geralmente professores das diversas disciplinas, elaboram os itens com base em orientações constantes no Guia de Elaboração e Revisão de Questões de Múltipla Escolha – elaborado pela SEE/MG (MINAS GERAIS, 2012), com a supervisão do Instituto Avaliar. Os itens são revisados por especialistas da Instituição parceira da SEE/MG e é feita a diagramação para composição dos instrumentos de avaliação.

De acordo com esse guia, os itens devem ser classificados por nível de ensino, disciplina, ano de escolarização, dificuldade, eixo, tema, subtema, tópico e habilidade em consonância com o CBC de Minas Gerais. Quanto à dificuldade, eles recebem uma classificação entre item fácil, médio e difícil.

O Quadro 3, a seguir, informa a quantidade de itens elaborados, por disciplina e nível, até o ano de 2011.

Quadro 3 - Quantidade de questões do Banco de Itens da SEE/MG. Minas Gerais. 2006 - 2011

Nível de Ensino	Disciplinas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Ensino Fundamental	Arte		500				500	848	1848
	Ciências		500				2029	2376	4905
	Geografia		500				1185	801	2486
	História		500				1119	808	2427
	Língua Estrangeira		500				1049	834	2383
	Língua Portuguesa		500				2013	2048	4561
	Matemática		500				2010	2031	4541
	Educação Física							275	275
	SUBTOTAL		3500				9905	10021	23426
Ensino Médio	Arte		500	850	319	300	279	500	2748
	Biologia		500	1250	450	600	1300	1049	5149
	Física		500	1250	450	600	1300	1174	5274
	Geografia		500	1200	384	550	1200	1076	4910
	História		500	1100	400	550	1167	1362	5079
	Língua Estrangeira		500	1200	400	550	800	961	4411
	Língua Portuguesa		500	800	688	650	1259	1243	5140
	Matemática		500	1100	509	650	1524	1126	5409
	Química		500	1250	400	550	1125	928	4753
	Filosofia							261	261
	Sociologia							158	158
	Educação Física							153	153
	SUBTOTAL		4500	10000	4000	5000	9954	9991	43445
TOTAL			8000	10000	4000	5000	19859	20012	66871

Fonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Observa-se, no Quadro 3, que o Banco de Itens possui maior quantidade de questões para o Ensino Médio. Isso se explica porque foi o nível de ensino que primeiro participou das avaliações do Programa. Observa-se, também, a existência de questões das disciplinas de Educação Física, Filosofia e Sociologia. Cabe ressaltar que essas disciplinas não estão incluídas nas avaliações do PAAE.

De acordo com informações obtidas junto ao Instituto Avaliar, enviadas pela coordenadora da instituição, estima-se uma elaboração de 300 itens novos por ano, nas diversas disciplinas e nos dois níveis. Segundo a coordenadora da Instituição, muitos professores que encaminham itens para serem incluídos não

finalizam o processo de elaboração porque a SEE/MG incorpora os itens através da cessão dos direitos autorais, sem ônus para o estado⁹.

A composição das avaliações do 1º ano do Ensino Médio no PAAE, de acordo com instruções encaminhadas às escolas pela DAAP, é feita de itens que abrangem os Tópicos/habilidades obrigatórios para o 1º ano do Ensino Médio, de acordo com os CBC, da SEE/MG. Essa composição é feita, também, de uma questão de cada tópico do CBC, sendo 50% de questões fáceis, 40% de questões de dificuldade média e 10% de questões difíceis¹⁰.

O Quadro 4, apresentado a seguir, informa a quantidade de itens que compõem a Avaliação Diagnóstica do PAAE.

Quadro 4 - Demonstrativo da quantidade de itens da Avaliação Diagnóstica do 1º ano do Ensino Médio. Minas Gerais. 2013 - 2014

Disciplina	Eixo	2013	2014
Arte	Artes Audiovisuais	12	8
	Artes Visuais	12	8
	Dança	12	8
	Música	12	8
	Teatro	12	8
	Todos	12	12
Biologia		9	9
Física		20	17
Geografia		14	13
História	temas 1 a 6	17	13
Língua Estrangeira		20	13
Língua Portuguesa		20	20
Matemática		16	16
Química		11	16

Fonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

⁹ Informação fornecida pelo Instituto Avaliar. Recebida por email: emerson.queiroz@educacao.mg.gov.br em 10/12/14.

¹⁰ Informação enviada para as Escolas de Ensino Médio de Minas Gerais e recebida por email: emerson.queiroz@educacao.mg.gov.br em 12/03/13.

Observamos, no Quadro 4, que a quantidade de itens na Avaliação Diagnóstica do PAAE, com exceção da disciplina Química, que teve um aumento, e da disciplina Língua Portuguesa, que permaneceu com a mesma quantidade, as demais disciplinas sofreram diminuição devido à readequação efetuada no CBC de todas as disciplinas, pela SEE/MG¹¹.

Para uma avaliação que tem como objetivo fornecer um diagnóstico das turmas que estão ingressando no 1º ano do Ensino Médio, verificou-se, com uma amostragem de professores, se o instrumento utilizado consegue, realmente, gerar as informações necessárias para o diagnóstico eficiente proposto pelo PAAE.

Foram averiguados ainda, junto à SAE/SEEMG, outros pontos com relação ao instrumento, tais como: processo de elaboração, calibração e seleção dos itens para verificação da aplicabilidade dos instrumentos aos objetivos propostos pelo Programa.

Dessa forma, objetivou-se verificar se o PAAE consegue, efetivamente, atender aos objetivos a que se propõe, de ser uma ferramenta interna para as escolas, no gerenciamento curricular e pedagógico. Através das análises, principalmente da metodologia utilizada no Programa, será feita uma comparação com a metodologia utilizada em outro programa, que também integra o SIMAVE, o PROEB. Esse último programa avalia os anos finais da educação básica mineira.

1.4.5 Utilização do PAAE nas escolas jurisdicionadas à SRE de Passos

A SRE de Passos, localizada no Sudoeste de Minas Gerais, tem, em sua jurisdição, 16 municípios sob sua responsabilidade, com 34 escolas estaduais participando do PAAE, com os alunos matriculados no 1º ano do Ensino Médio e 40 escolas estaduais participando com os alunos matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental.

Participaram das avaliações do PAAE, no ano de 2013, mais de três mil alunos matriculados no primeiro ano do Ensino Médio, nas 34 escolas estaduais localizadas nos municípios que integram a Superintendência Regional de Ensino de Passos, no Sudoeste de Minas Gerais.

¹¹ Ofício circular SI/SAE/DAAP nº 004/2014.

A Tabela 2, a seguir, informa a quantidade de municípios e escolas jurisdicionados na SRE de Passos e a quantidade de alunos matriculados no 1º Ano do Ensino Médio em 2013.

Tabela 2 - Quantitativo de municípios jurisdicionados à SRE de Passos/MG. 2013

Município	Quantidade de escolas estaduais	Quantidade de turmas – 1º ano do EM	Quantidade de alunos – 1º ano do EM	
			Valor absoluto	Valor relativo (%)
Alpinópolis	2	6	217	5,7
Bom Jesus da Penha	1	2	55	1,4
Capitólio	1	4	134	3,5
Carmo do Rio Claro	1	8	232	6,1
Córrego Fundo	1	2	49	1,3
Delfinópolis	1	4	86	2,3
Doresópolis	1	1	17	0,4
Formiga	5	23	789	20,7
Fortaleza de Minas	1	2	58	1,5
Passos	11	35	1184	31,1
Pimenta	1	4	124	3,3
Piumhi	2	12	477	12,5
São João Batista do Glória	1	3	122	3,2
São José da Barra	2	5	149	3,9
São Roque de Minas	2	4	89	2,3
Vargem Bonita	1	1	31	0,8
TOTAL	34	116	3813	100,0

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados de matrícula apurados na Superintendência Regional de Ensino de Passos.

Percebe-se, na Tabela 2, que a maior concentração de alunos é no município de Passos, sede da Regional, onde existem 11 (onze) escolas que ministram aulas para os alunos do Ensino Médio e contaram com 31,1% do total de alunos da jurisdição. Em contraposição ao município de Passos, tem-se o município de Dorésópolis, com apenas 17 (dezessete) alunos, ou 0,4% do total de alunos matriculados no 1º ano do Ensino Médio, na Superintendência Regional de Ensino de Passos, no ano letivo de 2013.

No PAAE, os gráficos e relatórios referentes aos resultados obtidos nas avaliações somente são gerados após a inserção das respostas dos alunos e do gabarito do professor. A Tabela 3, apresentada adiante, traz a quantidade de gabaritos dos professores, não inseridos no sistema do PAAE, por disciplina e etapa – Avaliação Diagnóstica (1ª Prova) e Avaliação da Aprendizagem Escolar (2ª Prova) - na SRE de Passos, no período entre os anos de 2009 e 2013.

Tabela 3 - Quantidade de gabaritos dos professores, não inseridos, por disciplina e etapa. SRE de Passos. 2009 - 2013

Ano	Quantidade de escolas	Etapa / Prova	Disciplinas avaliadas - 1º Ano do Ensino Médio									
			Arte	Biologia	Física	Geografia	História	Língua Estrangeira (Inglês)	Língua Portuguesa	Matemática	Química	TOTAL
2009	32	1ª	1	7	1	0	2	6	1	10	9	37
	32	2ª	4	8	4	3	3	5	4	5	10	46
2010	34	1ª	1	10	1	2	3	6	0	8	7	38
	34	2ª	1	12	1	0	1	1	0	9	8	33
2011	34	1ª	4	12	3	2	3	5	3	6	5	43
	34	2ª	4	13	3	2	4	5	3	6	5	45
2012	*	1ª	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	34	2ª	1	4	0	1	2	3	0	7	8	26
2013	34	1ª	10	22	6	10	12	12	5	18	20	115
	34	2ª	4	6	7	4	6	7	3	9	17	63

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pelo Instituto Avaliar.

(*) No ano de 2012 não foi aplicada a Avaliação Diagnóstica (1ª prova).

Observa-se, na Tabela 3, que a quantidade de gabaritos não inseridos pelos professores, nas escolas de Ensino Médio participantes do PAAE, aumenta ano a ano. Em 2013 foi observada a maior quantidade de não inserção dos gabaritos pelos docentes nas duas provas do Programa. Nota-se, por exemplo, que na 2ª Prova, em 2013, os professores da disciplina Química, em 17 escolas – 50% (cinquenta por cento) das escolas participantes – não inseriram os gabaritos no sistema.

O Programa tem a pretensão de fornecer subsídios e auxiliar a equipe gestora e o professor a realizarem a gestão pedagógica na instituição. Observando

que os dados de não inserção dos gabaritos aumentaram ano após ano, questionou-se se realmente os envolvidos com o PAAE, no âmbito escolar, reconhecem-no como uma ferramenta de auxílio no desenvolvimento do processo de ensino.

Dessa forma, através de pesquisa com os docentes que participam das avaliações do Ensino Médio, verificou-se a utilidade do PAAE como ferramenta que embasa análises diagnósticas e que fundamenta as intervenções pedagógicas.

O Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar tem como proposta oferecer ferramentas para a gestão curricular e pedagógica, de que a escola pode apropriar-se na busca do sucesso na qualidade do ensino. Nesse sentido, analisou-se o desenvolvimento dessa política nas escolas estaduais da Superintendência Regional de Ensino de Passos, com o objetivo de verificar se os envolvidos no desenvolvimento do Programa - diretores, Especialistas em Educação Básica e Professores – se apropriam, devidamente, das ferramentas que o Programa pretende oferecer.

Através de estudos de relatórios consolidados emitidos pelo sistema do PAAE e pela SEE/MG, da apreciação dos relatórios elaborados por Analistas da SRE de Passos, da análise de documentos orientadores do programa, pretendeu-se analisar se o PAAE, no atual formato, consegue atingir aos objetivos propostos, nas escolas de Ensino Médio da Regional de Passos.

Utilizando, ainda, entrevistas semiestruturadas com o Superintendente de Avaliação Educacional da SEE/MG e com o Coordenador do Instituto Avaliar pretendeu-se analisar, entre outros pontos, a metodologia utilizada na elaboração e na calibração das questões que compõem o Banco de Itens do Programa. Foi feita também, uma comparação com a metodologia utilizada nas avaliações do SIMAVE/PROEB.

Através de questionários aplicados em Especialistas de Educação Básica e diretores escolares, pretendeu-se pesquisar se as ferramentas disponíveis no PAAE atendem às necessidades no gerenciamento pedagógico e curricular das escolas de Ensino Médio da SRE de Passos.

E, também, através de questionários respondidos por uma representatividade de professores de Ensino Médio das escolas participantes do Programa, pretendeu-se verificar se o PAAE atende, no atual modelo em execução, aos objetivos propostos na sua concepção para o trabalho docente.

Essas informações foram obtidas em visitas, *in loco*, às escolas de Ensino Médio participantes do Programa localizadas na cidade sede da SRE de Passos, e/ou através de questionários enviados àquelas instituições escolares localizadas em municípios mais distantes da sede do órgão.

Dessa forma, pretendeu-se verificar, também, a atenção que os diretores escolares dispensam à gestão pedagógica e curricular, importantes no desenvolvimento do processo de ensino, para a melhoria da qualidade da educação oferecida e dos resultados educacionais, mas, principalmente, para o atendimento ao princípio de equidade educacional.

Sendo assim, o objetivo deste estudo foi o de analisar se o Programa PAAE, como Política Pública de Avaliação, consegue efetivamente alcançar os objetivos propostos de ser uma ferramenta de uso interno das escolas, na realização de diagnósticos, de monitoramento do currículo e fornecimento de subsídios para as intervenções pedagógicas necessárias, nas escolas estaduais de Ensino Médio da SRE de Passos.

Através do estudo do Programa nas escolas estaduais da Regional de Passos – local de lotação e atuação profissional do autor desta pesquisa na área das avaliações sistêmicas –, pretende-se propor alterações para melhorias no PAAE na busca de um aperfeiçoamento para que possa atingir melhor aos objetivos de sua concepção.

Nesse sentido, um desafio enfrentado na pesquisa, se configurou na busca dos motivos que fazem com que, *a priori*, o PAAE não conseguir cumprir com suas finalidades na gestão pedagógica e curricular das escolas de Ensino Médio da SRE de Passos.

Sendo assim, no capítulo 2, encontra-se uma análise da efetividade do PAAE, embasada em pesquisas documentais, entrevistas e questionários aplicados aos atores que desenvolvem o Programa, acompanhada das contribuições de Heloisa Luck, Alicia Bonamino, Nigel Brooke e outros.

II. ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PAAE COMO FERRAMENTA PARA O GERENCIAMENTO CURRICULAR E PEDAGÓGICO

Neste capítulo, foi efetuada uma análise da efetividade do PAAE junto às instituições escolares que ofertam o Ensino Médio na Superintendência Regional de Ensino de Passos.

Nessa análise, foi feita uma comparação da metodologia utilizada no programa com a metodologia utilizada no PROEB – programa de avaliação sistêmica que pertencente ao SIMAVE. Essa comparação justifica-se por utilizarem metodologias diferentes em suas execuções, pertencendo ao mesmo sistema de avaliação mineiro.

Enquanto o PROEB e o PROALFA são avaliações externas, que evidenciam os resultados da rede estadual, o PAAE é direcionado para o uso interno da escola, com o objetivo de gerar diagnósticos para o planejamento das intervenções didáticas com maior agilidade, fornecendo subsídios para a gestão pedagógica e curricular de cada instituição.

Para verificar a opinião dos principais atores no desenvolvimento do PAAE, foi feita uma pesquisa de campo com Diretores, Especialistas em Educação Básica (EEB) e Professores do Ensino Médio das 34 escolas que oferecem essa modalidade na SRE de Passos.

Nesse sentido, objetivou-se, neste trabalho, analisar se o PAAE, como Política Pública de Avaliação, consegue efetivamente alcançar os objetivos propostos de ser uma ferramenta de uso interno das escolas, na realização de diagnósticos, de monitoramento do currículo e fornecimento de subsídios para as intervenções pedagógicas necessárias, nas escolas estaduais de Ensino Médio da SRE de Passos.

2.1 Metodologia utilizada

Em uma primeira etapa, para subsidiar as análises sobre o PAAE e o PROEB, optou-se pela metodologia de levantamento de dados e/ou informações, com atores que participam do desenvolvimento dos programas pertencentes ao SIMAVE.

Foram realizadas entrevistas estruturadas por meio de correio eletrônico para a efetivação das pesquisas com os diversos colaboradores, responsáveis pelo desenvolvimento dos programas no Órgão Central da SEE/MG e na instituição parceira do Estado de Minas Gerais no incremento do PROEB.

Na Secretaria de Estado de Educação, foram feitas entrevistas com a Diretora da Superintendência de Avaliação, responsável pela organização geral do SIMAVE em Minas Gerais e com a Diretora da Diretoria de Avaliação Educacional¹².

Para complementar a análise proposta, foi efetuada uma comparação da metodologia utilizada no PAAE com a metodologia utilizada em outro programa, também integrante do SIMAVE – o PROEB. Este Programa, de acordo com os pesquisadores Brooke, Cunha e Faleiros (2011), é um dos programas de avaliação externa mais antigos – desde o ano 2000 –, em atividade atualmente no Brasil e que utiliza a Teoria de Respostas ao Item (TRI) para a elaboração dos itens das avaliações¹³.

Para coletar dados sobre esse Programa, foram realizadas entrevistas com três atores ligados ao CAEd/UFJF – instituição responsável pelo seu desenvolvimento.

Devido à localização geográfica e às condições laborais do pesquisador, não foi possível realizar a aplicação dos instrumentos pessoalmente. Dessa forma, os instrumentos foram enviados, com a solicitação e esclarecimento do objetivo, via correio eletrônico, aos entrevistados. A devolução também aconteceu por meio eletrônico e os modelos encontram-se no apêndice deste trabalho¹⁴.

A segunda etapa da pesquisa foi realizada em nível regional com os profissionais que atuam diretamente com o PAAE nas escolas que ofertam o Ensino Médio na SRE de Passos. A pesquisa de campo foi feita com Diretores, EEBs e Professores do Ensino Médio de todas as 34 escolas que oferecem essa modalidade nos 16 municípios circunscritos na regional de Passos.

Sendo assim, a opção pela metodologia de *survey* e pelo instrumento questionário facilitou a pesquisa com os diversos atores em diferentes localidades distantes da sede da SRE de Passos.

¹² Neste trabalho, tentou-se realizar a entrevista, como parte integrante da pesquisa, com a responsável na Instituição contratada pela SEE para o desenvolvimento do programa. Foram feitos vários contatos, mas infelizmente não houve uma resposta positiva por parte do Instituto Avaliar.

¹³ Informação obtida através do Ofício Circular SI/SAE Nº 011/2012.

¹⁴ Ver apêndices: A, B, C, D e E.

No nível regional, foram aplicados 34 questionários aos Diretores e 34 aos Especialistas de Educação Básica (EEB) de todas as 34 instituições escolares de Ensino Médio jurisdicionadas na SRE de Passos. Dessa forma, foi possível pesquisar 100% dos gestores – Diretores e EEBs, que são os responsáveis diretos pelo desenvolvimento do PAAE nas escolas.

Aos Diretores e EEBs de 11 (onze) escolas que oferecem o Ensino Médio, localizadas no município de Passos – sede do órgão regional –, os 22 questionários foram aplicados pessoalmente pelo pesquisador, em visitas às referidas instituições escolares.

Nas demais escolas, localizadas em outros 15 municípios circunscritos na SRE de Passos, foram enviados 23 questionários para os gestores e 23 para os EEBs, via correio ou malote de correspondências, existente para tramitação de documentos entre as escolas e o órgão regional.

Os questionários aplicados à equipe gestora continham perguntas que objetivaram conhecer a percepção dos entrevistados sobre o Programa avaliado e, assim, obter um panorama sobre o PAAE, do ponto de vista da gestão escolar das escolas pertencentes à SRE de Passos¹⁵.

Para esses colaboradores, optou-se pelo questionário com perguntas fechadas, uma vez que os gestores conhecem o PAAE e o objetivo da pesquisa foi verificar a opinião dos Diretores e EEBs sobre o programa e averiguar a utilização do mesmo para a gestão pedagógica e curricular das instituições escolares de Ensino Médio.

Na pesquisa com os professores do Ensino Médio da regional de Passos utilizou-se também o questionário, no mesmo molde daqueles que foram aplicados aos Diretores e EEBs. Muitas perguntas se repetiram, propositalmente, para que se pudessem apurar a visão dos três grupos às mesmas afirmações feitas nos três questionários.

Tal escolha permitiu, além de realizar comparações nas apreciações dos três atores – diretores, EEB e professores, verificar a existência ou não de concepções divergentes sobre o PAAE.

Na pesquisa com os professores, foram enviados 211 questionários para as 34 escolas de Ensino Médio da SRE de Passos. Dessa quantidade, foram

¹⁵ Ver apêndices: F, G e H.

devolvidos 208 questionários preenchidos. A quantidade enviada para cada escola foi proporcional à representatividade de docentes existentes na regional, conforme será explicitado mais adiante.

O pesquisador, por ocasião de uma reunião com os gestores dessas escolas na cidade sede da Regional, encaminhou os questionários com a solicitação de entrega aos professores do EM que trabalharam com o PAAE em anos anteriores. Foi-lhes explicada a importância da pesquisa, os critérios de escolha dos profissionais e solicitado o recolhimento e devolução dos questionários preenchidos, via malote de circulação de documentos entre escola e SRE.

Nessa segunda etapa da pesquisa, realizada com os atores em nível regional, optou-se, na elaboração do instrumento, pela escala criada por Rensis Likert, em 1932. Nela, são feitas afirmações em que os respondentes são solicitados a se posicionarem entre possibilidades de respostas que indicam o grau de concordância ou discordância (MATTAR, 2007).

No bloco 1 do questionário, contendo afirmativas sobre o PAAE, os respondentes poderiam realizar uma escolha entre cinco opções que variavam de discordância total a uma concordância total, com opções intermediárias entre esses extremos.

Para o cálculo dos resultados, atribuíram-se os seguintes valores às respostas dos participantes: Discordo completamente (DC) = 1,0 ponto; Mais discordo do que concordo (MDC) = 2,0 pontos; Não sei (NS) = 3 pontos; Mais concordo do que discordo (MCD) = 4,0 pontos; Concordo completamente (CC) = 5,0 pontos (MATTAR, 2007).

Dessa forma, a maior pontuação ou maior concordância possível às afirmações feitas no questionário seriam obtidas pela multiplicação de 5,0 pontos pelo total de respostas na opção “CC”. Assim, o aproveitamento ou percentual final de cada questão é obtido pela divisão entre a pontuação aferida e a pontuação máxima que ela poderia alcançar.

Para ilustrar o raciocínio de interpretação dos resultados proposta por Mattar (2007), neste trabalho foi idealizado o Índice de Concordância (IC) dos respondentes para cada afirmação feita, utilizando-se da seguinte fórmula:

$$IC = (\sum QR \times VR) / (TP \times VR_{MÁX}) \times 100, \text{ onde:}$$

IC = Índice de Concordância

QR = Quantidade de Respostas para cada questão

VR = Valor atribuído a cada Resposta

TP = Total de Participantes

VR_{MÁX} = Valor máximo de Resposta (5,0 pontos)

Esses resultados foram apresentados em tabelas e gráficos, comparando as respostas dos diferentes grupos de colaboradores pesquisados e seguidas das respectivas análises.

O restante do questionário foi dividido em dois blocos. O bloco intermediário, contendo perguntas sobre a utilização do PAAE no gerenciamento pedagógico e curricular nas instituições escolares e, no terceiro e último bloco, foram efetuadas perguntas para caracterização dos respondentes.

Nesses dois blocos foram utilizados cálculos simples de somatória e de medida central para a aferição da utilização do PAAE e caracterização dos colaboradores, buscando sempre preservar a identidade dos respondentes e das escolas participantes.

2.1.1 Seleção da amostra de colaboradores

Na pesquisa realizada com os atores locais – gestores e professores –, optou-se por entrevistar todos os 34 Diretores e 34 EEBs das escolas de Ensino Médio da regional de Passos, perfazendo uma previsão inicial de 68 questionários.

Para o levantamento da quantidade de professores a serem entrevistados, levou-se em consideração os dados constantes no Quadro 5, apresentado na sequência deste subitem, apurados junto à Diretoria Educacional da SRE de Passos, no SIMADE.

Vale ressaltar que esses dados referem-se ao ano letivo de 2014, uma vez que no presente ano, até o início desta pesquisa de campo, ainda não existiam essas informações no referido sistema e, para um levantamento com os dados atualizados de 2015, seria necessário solicitá-los diretamente a cada escola, o que inviabilizaria a pesquisa de campo em tempo hábil.

Na SRE de Passos, existiam 466 docentes que atuavam no 1º ano do Ensino Médio. Optou-se por realizar a pesquisa com uma amostragem de pelo

menos 211 professores das 34 escolas de Ensino Médio da Regional. Sendo assim, a definição da amostra pesquisada é de aproximadamente 45% do total de professores, considerando na pesquisa uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95%.

Nesse caso, utilizou-se a fórmula para cálculo de tamanho de amostra aleatória simples sem reposição (AASs):

$$n = (NPQ) / \{ [(N-1) (B^2/Z^2)] + PQ \}, \text{ onde:}$$

n = Tamanho da amostra

N = População total (466 professores)

P = Proporção de ocorrência (50% ou 0,5)

Q = Proporção de não ocorrência (50% ou 0,5)

B = Erro máximo (5% ou 0,05)

Z = Nível de confiança¹⁶: (95% = 1,96)

Após a definição do quantitativo de professores, foi realizada uma distribuição de amostragem aleatória estratificada, que consiste em calcular a porcentagem representativa de professores por escola dentro da Regional. Cada escola foi definida como um estrato ou subgrupo da pesquisa e, assim, foram delimitados 34 estratos para garantir uma representatividade maior.

O total de 211 docentes entrevistados foi distribuído proporcionalmente, dentro de cada estrato ou escola, de acordo com a representatividade da instituição escolar perante toda a regional, com relação ao número de professores.

O Quadro 5 traz a relação de municípios, escolas, a população de professores e amostra calculada para cada estrato, de acordo com as explicações anteriores.

¹⁶ Valor obtido da Tabela da Distribuição Normal.

Quadro 5 - Relação de municípios, escolas e professores previstos para serem entrevistados. SRE de Passos. 2014

Cidade	Escola	Professores - 1º ano E.M. (Ano: 2014)			
		POPULAÇÃO		AMOSTRA	
		N	%	N	%
Alpinópolis	EE Dom João VI	12	3%	5	3%
Alpinópolis	EE Dona Indá	15	3%	7	3%
Bom Jesus da Penha	EE Cel. Antonio Domingos Ribeiro	12	3%	5	3%
Capitólio	EE Modesto Antonio de Oliveira	9	2%	4	2%
Carmo do Rio Claro	EE Mons. Mario Araújo Guimarães	30	6%	14	6%
Córrego Fundo	EE Pe José Sangali	10	2%	5	2%
Delfinópolis	EE Profa. Neiva Maria Leite	23	5%	10	5%
Doresópolis	EE Sta. Terezinha	8	2%	4	2%
Formiga	EE Dr Abílio Machado	16	3%	7	3%
Formiga	EE Jalcira Santos Valadão	36	8%	16	8%
Formiga	EE Prof. Joaquim Rodarte	15	3%	7	3%
Formiga	EE Prof. Tonico Leite	7	2%	3	2%
Formiga	EE Rodolfo Almeida	13	3%	6	3%
Fortaleza de Minas	EE Dr Noraldino de Lima	10	2%	5	2%
Passos	Col. Tiradentes PMMG	10	2%	5	2%
Passos	EE Caetano Machado da Silveira	11	2%	5	2%
Passos	EE Deus Universo e Virtude	11	2%	5	2%
Passos	EE Dr Tancredo de Almeida Neves	13	3%	6	3%
Passos	EE Dulce Ferreira de Souza	15	3%	7	3%
Passos	EE Lourenço Andrade	8	2%	4	2%
Passos	EE Nazle Jabur	9	2%	4	2%
Passos	EE Neca Quirino	10	2%	5	2%
Passos	EE Nossa Sra. da Penha	15	3%	7	3%
Passos	EE Profa. Julia Kubitschek	20	4%	9	4%
Passos	EE São José	23	5%	10	5%
Pimenta	EE Pe José Espindola	9	2%	4	2%
Piumhi	EE Prof. Francisco Paula Rebelo Horta	15	3%	7	3%
Piumhi	EE Prof. João Menezes	20	4%	9	4%
São João Batista do Gloria	EE José Severiano Filho	12	3%	5	3%
São José da Barra	EE de Furnas	7	2%	3	2%
São José da Barra	EE Dr Juscelino Kubitschek	14	3%	6	3%
São Roque de Minas	EE General Carneiro	15	3%	7	3%
São Roque de Minas	EE Profa. Izaura de Oliveira Vilela	6	1%	3	1%
Vargem Bonita	EE São Francisco	7	2%	3	2%
TOTAL		466	100,0%	211	100,0%

Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Diretoria Educacional (DIRE) da SRE de Passos.

Observa-se, no Quadro 5, que a EE Jalcira Santos Valadão é a escola com maior quantidade de professores, com 36 profissionais atuando no 1º ano do Ensino Médio. Essa quantidade equivale a 8% do total de professores da Regional e, dessa forma, foram selecionados para a pesquisa 16 docentes, mantendo-se a mesma proporção de 8% em relação ao total de 211 colaboradores da pesquisa.

Calculada a quantidade representativa por estrato, foi feito um sorteio aleatório, utilizando planilha eletrônica para se indicar quais disciplinas seriam pesquisadas, dentro de cada escola. Alguns ajustes foram necessários para que a proporção de disciplinas ficasse balanceada. Dessa forma, o número mínimo de cinco profissionais que trabalham com o PAAE, em cada escola, foram selecionados para a pesquisa, perfazendo um total de 279 (duzentos e setenta e nove) opiniões sobre o programa.

A Tabela 4, a seguir, informa a quantidade e o índice de participação dos colaboradores no nível regional, que, do ponto de vista do pesquisador, foi uma participação muito significativa.

Tabela 4 - Demonstrativo com o universo, amostra e entrevistados na pesquisa realizada nas Escolas de Ensino Médio. SRE de Passos. 2015

Colaborador	Frequência	Quantidade de pesquisados		
		População	Amostra	Questionados
Diretores Escolares	FA	34	34	34
	FR	100%	100%	100%
Especialistas da Educação Básica	FA	34	34	34
	FR	100%	100%	100%
Professores do 1º Ano do EM	FA	466	211	208
	FR	100%	45,3%	98,6%
Totais	FA	534	279	276
	FR	100,0%	52,2%	98,9%

Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Diretoria Educacional (DIRE) da SRE de Passos.

Observa-se, na Tabela 4, que, na pesquisa realizada no nível regional, foi possível inquirir 100% da equipe gestora – diretores e EEBs de todas as escolas de EM. Com os professores, conseguiu-se pesquisar 98,6% do total da amostra calculada inicialmente.

Essa quantidade de professores questionados em todas as escolas de Ensino Médio da SRE de Passos dá à pesquisa uma confiabilidade de,

aproximadamente, 95%, para uma margem de erro de 5%. Cabe ressaltar, ainda, que, do total da amostra (279) – que equivale a 52,2% da população total, foram pesquisados (276) 98,9% dos profissionais – diretores, EEBs e professores.

2.1.2 Caracterização dos colaboradores

Neste trabalho, foram pesquisadas 291 pessoas – Diretora da SAE - 1; Diretora da DAVE– 1; Coordenadores do CAEd/UFJF - 3; Diretores Escolares - 34, EEBs - 34 e Professores do Ensino Médio - 208, aqui denominados colaboradores, tendo em vista a disponibilidade e presteza com que participaram no preenchimento dos questionários com suas opiniões e informações acerca do PAAE e do PROEB.

Na SEE/MG, foi colaboradora a Diretora que coordena a SAE desde 1999. Doravante será denominada “Colaborador SEE/MG-1”. Profissional com experiência considerável na área de gestão pública por ter assumido, há aproximadamente 15 anos, a coordenação do SIMAVE e seus programas no Estado de Minas Gerais, trabalhando com avaliação em larga escala e gestão da educação pública.

Ainda na SEE/MG, colaborou na pesquisa a Diretora da Diretoria de Avaliação Educacional, responsável direta pela coordenação do PROEB no estado mineiro, que receberá a denominação, neste trabalho, de “Colaborador SEE/MG-2”.

Colaboraram, também, neste trabalho, três funcionários da Instituição Parceira da SEE/MG no desenvolvimento do PROEB. O primeiro é Doutor em Ciências Sociais, possui experiência em Avaliação Educacional, como coordenador de análises e publicações do CAEd/UFJF. Recebeu, neste texto, a denominação de “Colaborador CAEd-1”. O segundo colaborador, denominado doravante “Colaborador CAEd-2”, também possui experiência em Avaliações Educacionais como Coordenador de Instrumentos de Avaliação do CAEd/UFJF.

Por fim, na primeira etapa da pesquisa, também colaborou o Mestre em Educação, com ênfase em políticas públicas educacionais, e com experiência na área de avaliações externas como Coordenador de Medidas Educacionais do CAEd/UFJF, que receberá a denominação, neste trabalho, de “Colaborador CAEd-3”.

Dentre os pesquisados no nível regional, mais da metade dos 34 diretores escolares das escolas de Ensino Médio (66,7%) possuem mais de 45 anos de idade.

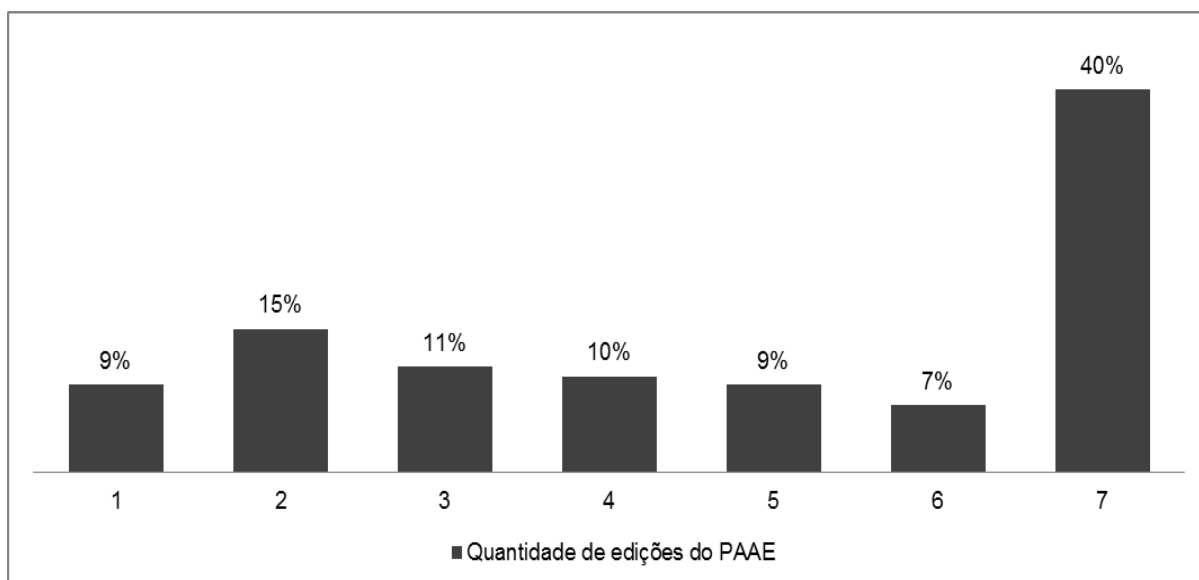
A maioria deles (84,8%) possui curso de pós-graduação *lato sensu* e mais de 5 anos na gestão da atual escola em que está atuando (52,9%). Esses dados qualificam as respostas dos gestores, pois já participaram de, no mínimo, 5 edições do PAAE.

Dados semelhantes também qualificaram as respostas fornecidas pelos 34 EEBs das escolas de Ensino Médio da SRE de Passos. Foi apurado na pesquisa que a maioria (97,0%) possui especialização *lato sensu* e também conta mais de 45 anos de idade e mais de 6 anos na supervisão da atual escola (72,7%), ou seja, também possuem boa experiência com o PAAE.

Dentre os 208 professores de EM pesquisados, 66,8% possuem especialização *lato sensu* e 88,9% possuem mais de 6 anos de experiência no magistério. Os docentes pesquisados possuem uma experiência considerável na escola atual pois, 25,5% deles possuem mais de 13 anos de magistério na mesma escola em que se encontravam à época da pesquisa.

Com relação à experiência com o PAAE, o Gráfico 5, que segue adiante, informa a quantidade de participações dos professores pesquisados, nas 7 edições do programa que aconteceram após sua extensão para todas as escolas de EM.

Gráfico 5 - Quantidade de participações dos entrevistados nas edições do PAAE. SRE de Passos. 2008 - 2014



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa com diretores, EEBs e professores do EM da SRE de Passos.

Desde que o PAAE se tornou um programa para todas as escolas de Ensino Médio aconteceram 7 edições. O Gráfico 5 evidencia que, dentre os

Professores de EM pesquisados na Regional, a maioria (40%) participou de todas as edições, desde o ano de 2008.

A participação em todas as edições (40%), somada às participações em 4, 5 e 6 edições, eleva o percentual para 66% dos docentes com uma experiência considerável sobre o programa. A experiência vivenciada na prática pelos docentes contribuiu muito para as análises efetuadas.

Na pesquisa realizada com os professores, buscou-se uma distribuição equiparada entre as disciplinas. No envio do questionário para as escolas, solicitou-se aos diretores o encaminhamento para os professores de acordo com a distribuição aleatória feita pelo pesquisador através de planilha eletrônica.

Essa distribuição não foi seguida em sua totalidade sem nenhuma justificativa por parte das escolas e, a distribuição dos professores pesquisados, com relação à disciplina, segue evidenciada no Quadro 6.

Quadro 6 - Demonstrativo da quantidade de professores do EM pesquisados. SRE de Passos. 2015

Frequência	DISCIPLINAS									Total
	Língua Portuguesa	Língua Inglesa	Física	Química	Biologia	Matemática	História	Geografia	Artes	
FA	24	19	27	21	24	24	25	26	18	208
FR	12%	9%	13%	10%	12%	12%	12%	13%	9%	100%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa com diretores, EEBs e professores do EM da SRE de Passos.

O Quadro 6 mostra as quantidades, absolutas e relativas, dos professores do Ensino Médio, por disciplina, que participaram da pesquisa no nível regional. Observa-se que as menores participações foram de Professores das disciplinas de Língua Inglesa e Artes, com 9%. Mas, mesmo assim, conseguiu-se pesquisar uma parcela considerável de professores de todas as disciplinas avaliadas no PAAE.

Essas qualificações dos colaboradores do nível regional, aliadas à experiência e visão sistêmica sobre avaliações externas dos colaboradores da

SEE/MG e instituição parceira no desenvolvimento do SIMAVE, contribuíram para a análise dos programas, que será mais detalhada a seguir.

2.2 Os sistemas de avaliação como Políticas Públicas

A utilização de indicadores educacionais para a aferição da qualidade da educação brasileira cresceu significativamente, desde o final do século XX. Vários motivos impulsionaram a União e os estados na criação de sistemas de avaliação educacional.

Vários autores se dedicaram ao estudo desse crescimento, analisando as políticas públicas envolvidas nos sistemas de avaliação externa desenvolvidos no Brasil e no exterior. Neste trabalho, utilizamos as contribuições de Bonamino e Souza (2012), Brooke, Cunha e Faleiros (2011) e Pontes (2014a, 2014b), na descrição dos períodos das avaliações sistêmicas e nas análises sobre os programas do PAAE e PROEB, integrantes do SIMAVE.

Motivados pela universalização do acesso à educação, no início da década de 1990, e pressionados por organismos internacionais financiadores de Políticas Públicas, iniciam-se, nos sistemas educacionais brasileiros, práticas de avaliação externa para o monitoramento do desenvolvimento educacional.

Outro fator que contribuiu para o surgimento dos sistemas de avaliação foi o reconhecimento, no art. 6º da Constituição Federal de 1988, do direito à educação para todos os cidadãos e, ainda, no art. 206 inciso VII, da garantia de um padrão de qualidade como um dos princípios da Educação brasileira (BRASIL, 1988).

Regulamentando o disposto no artigo constitucional supramencionado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) traz, em seu art. 9º, a incumbência para a União de realizar a avaliação do rendimento escolar:

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino. (BRASIL, 1996, p. 3).

Nesse sentido, relatório do Grupo de Medidas Educacionais (GAME), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)¹⁷, cuja equipe de pesquisa compôs-

¹⁷ Pesquisa realizada pelo Game/FAE/UFMG, sob encomenda da Fundação Victor Civita (FVC), sobre a utilização dos resultados das avaliações externas na condução da política educacional.

se por Brooke, Cunha e Faleiros (2011) e cujo teor informa sobre os sistemas de avaliação externa, afirma que

as reformas da década de 1990 deixaram claro que os governos enxergavam a qualidade como um ingrediente necessário à modernização e ao desenvolvimento e os sistemas de avaliação como os guardiões dos esforços de melhoria. (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011, p. 16).

Sendo assim, a partir da última década do século XX, surgiram, no Brasil, vários Sistemas de Avaliação da Educação. No período entre 1990 e 1997, considerado como primeiro período da avaliação educacional, o Ministério da Educação (MEC) criou o Sistema Brasileiro de Avaliação da Educação Básica (SAEB), conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Com a expansão das políticas de avaliação externa, elas se tornaram objetos de pesquisa de vários autores. Bonamino e Souza (2012), pesquisando sobre avaliações em larga escala no Brasil e suas implicações para o currículo, classificaram a década de 1990 como período da primeira geração de políticas de avaliação. As avaliações, dessa geração, realizaram o diagnóstico e monitoramento de avanços na educação, mas a divulgação agregada dos resultados permitiu análises somente das redes como um todo. Essas autoras definiram as avaliações brasileiras de primeira geração como

aquelas cuja finalidade é acompanhar a evolução da qualidade da educação. De um modo geral, essas avaliações divulgam seus resultados na Internet, para consulta pública, ou utilizam-se da mídia ou de outras formas de disseminação, sem que os resultados da avaliação sejam devolvidos para as escolas (BONAMINO; SOUZA, 2012, p. 375).

Já o segundo momento da avaliação educacional foi um período de expansão dos Sistemas de Avaliação em diversos estados brasileiros. Nesse período surgiu a Prova Brasil, realizada censitariamente e com uma metodologia que permite a comparabilidade dos resultados, ao longo do tempo.

Esse período das avaliações brasileiras em larga escala, classificada como avaliações de segunda geração, pressupõe que a divulgação dos resultados por instituição escolar, além das divulgações dos resultados por redes e Unidades

da Federação, realizaria uma pressão sobre cada escola, exercida pelos pais, para a melhoria dos resultados:

Avaliações de segunda geração, por sua vez, contemplam, além da divulgação pública, a devolução dos resultados para as escolas, sem estabelecer consequências materiais. Nesse caso, as consequências são simbólicas e decorrem da divulgação e da apropriação das informações sobre os resultados da escola pelos pais e pela sociedade. (BONAMINO; SOUZA, 2012, p. 375).

O MEC, por intermédio das avaliações do SAEB, efetua a divulgação dos resultados nos moldes descritos pelas pesquisadoras. Atualmente, conforme informações da página oficial do INEP (INEP, 2014), o SAEB é composto por três avaliações externas em larga escala: a) Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), realizada amostralmente e recebe o nome SAEB em suas divulgações; b) Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), também conhecida por “Prova Brasil”; e c) Avaliação Nacional da Aprendizagem (ANA).

O terceiro e atual momento da avaliação educacional, surgiu a partir do ano de 2007, quando o MEC cria o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (PONTES, 2014a). O Ministério da Educação e Cultura estabelece metas para que escolas, municípios e estados desenvolvam ações para a melhoria da qualidade da educação e, ainda, para que o Brasil alcance o nível educacional dos 34 países integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹⁸.

O atual período das avaliações brasileiras em larga escala é classificado como terceira geração das avaliações. Diferencia-se do anterior pelo fato de que alguns sistemas promovem uma responsabilização mais incisiva, a partir dos resultados, com penalidades ou bônus para as instituições escolares.

As autoras afirmam que as “[...] avaliações de terceira geração são aquelas que referenciam políticas de responsabilização forte ou *high stakes*, contemplando sanções ou recompensas em decorrência dos resultados de alunos e escolas” (BONAMINO; SOUZA, 2012, p. 375, grifos no original).

¹⁸ Países membros da OCDE (Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça, Turquia) e de 5 países associados à Organização (Brasil, China, Índia, Indonésia e Rússia) (INEP, 2014).

A gestão estratégica com a definição de metas produz bons resultados e instala-se com ela uma política de responsabilização e transparência. Sendo assim, a utilização de indicadores dos resultados educacionais é uma forma de se direcionarem os esforços e prestar contas para a população, da política pública implementada e elencada como prioritária pelos agentes políticos.

Pontes (2014b), em seu texto sobre indicadores educacionais no Brasil e no mundo, esclarece:

Nesse sentido, uma visão mais completa e aprofundada da educação somente é alcançada através da obtenção e da análise de uma grande diversidade de informações, que costumam se apresentar na forma de indicadores educacionais. Esses indicadores são medidas específicas que têm por objetivo transmitir uma informação referente a uma dimensão particular e relevante da educação, expressando-se através de números que sintetizam essa dimensão. (PONTES, 2014, p. 2).

Dessa forma, a utilização das avaliações educacionais em larga escala e de seus resultados, pode ser empreendida pelos sistemas educacionais para a promoção de uma Política Pública pautada na qualidade e na equidade educacional.

Em Minas Gerais, o SIMAVE pode ser classificado como pertencente às avaliações de terceira geração, com as avaliações do PROEB e do PROALFA. Nesses dois programas, que avaliam os alunos nos finais das etapas da Educação Básica e do 3º ano dos anos iniciais da alfabetização, respectivamente, são gerados indicadores por instituição escolar, e esses são plenamente divulgados para toda a sociedade.

Utilizando os resultados gerados nesses dois programas, são propostas, para cada órgão ligado à educação e para todas as instituições escolares pertencentes à rede pública estadual, metas embasadas nos indicadores gerados pelo PROEB e PROALFA e, ainda, definidos prêmios por produtividade para cada servidor das unidades participantes, de acordo com o alcance dessas metas (MINAS GERAIS, 2013c).

Enquanto isso, o PAAE não gera nenhum indicador e nem os resultados de suas avaliações são divulgados para a comunidade escolar. Por se tratar de um instrumento de utilização interna da escola, embora faça parte de um sistema de avaliação que possua programas que gerem indicadores, esse Programa não tem esse objetivo em sua concepção.

Nesse sentido, as avaliações externas em larga escala são de fundamental importância para que os sistemas de ensino monitorem o desenvolvimento educacional e transforme-se em uma ferramenta com potencial eficiência para o planejamento de ações e estratégias, na busca de melhores resultados.

Sendo assim, a seguir, é feita a análise da efetividade do PAAE, comparando-o com o PROEB, de acordo com uma série de categorias de usos das Avaliações Educacionais Sistêmicas, pesquisadas por Brooke, Cunha e Faleiros (2011), em prática na educação brasileira.

2.3 O PAAE e o PROEB como instrumentos de monitoramento da Política Pública

Embora as avaliações brasileiras em larga escala estejam associadas à análise de programas educacionais, a pesquisa realizada por Brooke, Cunha e Faleiros (2011) revela que poucos sistemas a utilizam para essa finalidade devido ao não aproveitamento dos dados para informar a alteração ou continuidade de programas em execução. As avaliações encontradas com essa finalidade foram classificadas como apreciações informais.

As avaliações educacionais dos sistemas de ensino são melhor utilizadas com o objetivo de monitorar a evolução dos sistemas e para o replanejamento de ações. Esse fato se deve à utilização de metodologias que permitem a comparabilidade dos resultados.

Muitos sistemas utilizam indicadores que fornecem subsídios para o controle da qualidade da educação ofertada. Esses sistemas de ensino tiveram um ganho no controle da qualidade a partir do momento em que, nas avaliações externas em larga escala, passaram a utilizar uma metodologia de elaboração, de interpretação e de compreensão das informações fornecidas pelos testes, denominada de Teoria de Resposta ao Item (TRI) (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011).

Essa metodologia é utilizada em várias áreas, entre elas nas avaliações educacionais, conforme explica Moreira Junior (2010):

Nessas aplicações, a TRI tem mostrado a sua potencialidade no que diz respeito à avaliação educacional, através da construção de uma escala comparável, permitindo o acompanhamento do progresso do conhecimento adquirido pelo aluno ao longo do tempo, como tem sido feito nos países do Primeiro Mundo. A partir de então, cada vez mais institutos de educação têm aderido a TRI para as suas avaliações educacionais. (MOREIRA JUNIOR, 2010, p. 139).

A TRI foi utilizada inicialmente, no Brasil, em 1995, nas avaliações do SAEB e, desde então, é adotada em vários sistemas estaduais de avaliações. Em Minas Gerais, essa metodologia é utilizada no SIMAVE, nas avaliações do PROEB e do PROALFA.

Essa metodologia permite a comparabilidade dos resultados em vários testes aplicados, mesmo que em diferentes épocas. Um dos procedimentos adotados na TRI é a utilização de itens comuns em diferentes provas, de tal forma que os resultados possam ser confrontados e assim se possa verificar o alcance dos objetivos planejados.

Outro fator que também permite efetuar a comparabilidade em avaliações que utilizam a metodologia da TRI é o fato de que os resultados não dependem apenas da quantidade de acertos e erros dos alunos nos itens que compõem os testes. É levada também em consideração a dificuldade e a capacidade de discriminação dos itens.

A Teoria de Resposta ao Item (TRI) é, em termos gerais, uma forma de analisar e avaliar os resultados obtidos pelos alunos nos testes, levando em consideração as habilidades demonstradas e os graus de dificuldade dos itens, permitindo a comparação entre testes realizados em diferentes anos. (MINAS GERAIS, 2012c, p. 20).

Nas avaliações que utilizam a TRI, é feito um balanceamento estatístico para a composição dos testes e análises dos resultados, de tal modo que é possível perceber as turmas que desenvolveram as habilidades que foram avaliadas e realizar uma estimativa mais real da proficiência dos alunos.

No SIMAVE, especificamente no PROEB e no PROALFA, são considerados três parâmetros na composição dos instrumentos de avaliação, elaborados pelo CAEd/UFJF, que permitem a elaboração de testes de múltipla escolha e a comparabilidade entre turmas, escolas, regiões e ainda, dentre as várias edições dos dois programas.

São eles: a) Parâmetro “A” – Capacidade de discriminação de um item – tem a finalidade de evidenciar os alunos que realmente desenvolveram as habilidades avaliadas; b) Parâmetro “B” – Grau de dificuldade – os itens são distribuídos de forma equilibrada em diferentes amostras, em questões fáceis, médias ou difíceis, com base em pré-testagem; c) Parâmetro “C” – Probabilidade de acerto ao acaso (MINAS GERAIS, 2012c).

De acordo com as informações fornecidas pelo Coordenador de Instrumentos de Avaliação do CAEd, na pesquisa realizada com os responsáveis junto à instituição parceira da SEE/MG nos programas do PROEB e do PROALFA, todos os itens que compõem as avaliações do SIMAVE são pré-testados em uma população com características semelhantes àquela que irá participar de uma das avaliações sistêmicas:

Para as avaliações do PROEB, os testes são compostos por itens do Banco de Itens do CAEd, pré-testados e calibrados na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) utilizando metodologia da Teoria de Resposta ao Item (TRI). Cada item é respondido por pelo menos 500 alunos provenientes de populações com características de desempenho semelhantes às do Estado de Minas Gerais. (Colaborador CAEd-2, entrevista realizada em 25/02/2015).

A seleção dos itens que irão compor as avaliações é feita por especialistas das disciplinas a serem avaliadas, e essa escolha, além dos critérios estatísticos definidos nos três parâmetros, é também baseada na Matriz de Referência para Avaliação, que “[...] surge do CBC e contempla apenas aquelas habilidades consideradas fundamentais e possíveis de serem alocadas em testes de múltipla escolha” (Colaborador CAEd-2, entrevista realizada em 25/02/2015).

Assim, a utilização dessa metodologia credencia as avaliações externas para o monitoramento eficaz do desenvolvimento dos sistemas de ensino. A esse respeito, Klein (2003) afirma:

A TRI muda o foco de análise da prova como um todo para a análise de cada item. A TRI é um conjunto de modelos matemáticos onde a probabilidade de resposta a um item é modelada como função da proficiência (habilidade) do aluno (variável latente, não observável) e de parâmetros que expressam certas propriedades dos itens. Quanto maior a proficiência do aluno, maior a probabilidade de ele acertar o item. [...] Graças a essa propriedade, a TRI, associada a outros procedimentos estatísticos, permite comparar alunos, estimar a distribuição de proficiências da população e subpopulações e ainda a monitorar os progressos de um sistema educacional. (KLEIN, 2003, p. 127).

Sendo assim, a metodologia utilizada nas avaliações do PROEB permite a produção de indicadores capazes de evidenciar o desenvolvimento da educação nas escolas públicas de Minas Gerais. Esses indicadores fornecem subsídios para os gestores, nos diferentes níveis do sistema mineiro, das necessidades de ajustes, impulsionadores da evolução da qualidade do ensino ofertado.

Na entrevista realizada com o Coordenador de Medidas Educacionais do CAEd/UFJF, ele enfatiza a importância da utilização da TRI para se realizar a comparabilidade dos resultados. Afirma que “[...] A TRI é importante para garantir as comparações entre as aplicações do PROEB, bem como outras avaliações que se encontrem na escala do SAEB” (Colaborador CAEd-3, entrevista realizada em 30/04/2015).

Sendo assim, com essa metodologia e as diversas edições do PROEB, podemos habilitá-lo ao patamar de um sistema de avaliação já consolidado. De acordo com o Coordenador de Análises e Publicações do CAEd/UFJF, também colaborador na pesquisa realizada com os responsáveis junto à instituição parceira da SEE/MG, o PROEB influencia o processo de ensino nas instituições escolares mineiras:

Há uma consequência clara do processo de avaliação em Minas Gerais: a maior atenção que os professores, ao longo do tempo, passaram a dispensar para os resultados do PROEB. Isso, quer se queira ou não, influencia o processo de ensino nas escolas. É verdade que isso, nem sempre, ocorre de maneira virtuosa, como se espera. No entanto, se compreendidos sua importância, seus fundamentos e seus limites, os sistemas de avaliação podem ser muito importantes para o desenvolvimento do processo de ensino. (Colaborador CAEd-1, entrevistado em 23/02/2015).

Assim, podemos considerar que “[...] os resultados de avaliações como o PROEB fornecem diagnósticos sobre o desempenho estudantil em larga escala, permitindo subsidiar políticas públicas destinadas a contornar os problemas identificados” (Colaborador CAEd-1, entrevista realizada em 23/01/2015).

Enquanto o PROEB, utiliza a metodologia da TRI, o PAAE utiliza a metodologia da Teoria Clássica dos Testes (TCT). De acordo com a Diretora da Superintendência de Avaliação Educacional (SAE) da SEE/MG, colaboradora na realização deste trabalho, a TCT é utilizada nas avaliações do PAAE por se tratar de uma metodologia de uso mais tradicional pelos docentes. O que pode ser percebido pelo trecho abaixo transcrito:

Teoria Clássica, porque é a análise mais conhecida, compreendida e utilizada pelo professor, no seu dia a dia. O PAAE é uma avaliação como a que o professor utiliza no seu processo ensino aprendizagem. O PAAE oferece para o professor os itens prontos e também passíveis de questionamentos. (Colaborador SEE/MG-1, entrevista realizada em 20/02/2015).

Muito embora essa teoria seja bastante utilizada em avaliações educacionais, apresenta muitas limitações em interpretações e análises mais aprofundada sobre os resultados obtidos.

Na TCT, leva-se em consideração apenas o total de acertos no teste aplicado, sem considerar a população avaliada. Ou seja, uma parcela dos avaliandos pode acertar o item avaliado ao acaso e, assim, essa competência será considerada como desenvolvida por aquele grupo de alunos que acertaram casualmente o item ou um grupo de itens. Nesse sentido, confirma Klein (2003):

Na Teoria Clássica dos Testes, os resultados dependem do particular conjunto de questões que compõem a prova e dos indivíduos que a fizeram, ou seja, as análises e interpretações estão sempre associadas à prova como um todo e ao grupo de indivíduos. Assim, a comparação entre indivíduos ou grupos de indivíduos somente é possível quando eles são submetidos às mesmas provas ou, pelo menos, ao que se denomina de provas paralelas, quase sempre difíceis de serem construídas. (KLEIN, 2003, p. 126)

Dessa forma, a TCT possui limitações que minimizam sua utilidade no fornecimento de diagnósticos, principalmente diagnósticos comparativos de uma possível evolução no aprendizado das turmas avaliadas. Isso porque seria necessário que as populações amostradas respondessem aos mesmos itens do teste inicial, em outro período, para, assim, existir a possibilidade de realizar um comparativo eficiente e real.

Na pesquisa de campo realizada com Diretores, EEBs e Professores das escolas de Ensino Médio da SRE de Passos, foi feita uma afirmativa a esses profissionais, sobre a utilização dos resultados do PAAE para se comparar a evolução no aprendizado das turmas e alunos.

Foi feita a seguinte afirmativa: “Os resultados da 2ª Prova do PAAE, comparados com os resultados da 1ª Prova, permitem verificar se realmente houve evolução no aprendizado das turmas”.

De acordo com o modelo do questionário, utilizando a escala de Likert, os respondentes poderiam demonstrar suas opiniões entre as opções de resposta constantes na Tabela 5, que aparece na sequência deste subitem. Essa tabela apresenta o resultado apurado na pesquisa que dá origem a esta dissertação, com os três segmentos em separado e com a totalização, ao final.

Tabela 5 - Demonstrativo de respostas e Índice de Concordância. SRE de Passos. 2015

Profissional	Frequências	Opções de resposta					Soma das respostas	Índice de Concordância (IC)
		Discordo completamente	Mais discordo do que concordo	Não sei	Mais concordo do que discordo	Concordo completamente		
Diretores	FA	2	5	0	16	11	34	77%
	FR	6%	15%	0%	47%	32%	100%	
Especialistas em Educação Básica	FA	3	7	1	11	12	34	73%
	FR	9%	21%	3%	32%	35%	100%	
Professores do EM	FA	22	45	9	93	39	208	68%
	FR	11%	22%	4%	45%	19%	100%	
TOTAL	FA	27	57	10	120	62	276	70%
	FR	10%	21%	4%	43%	22%	100%	

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa com Diretores, EEBs e Professores do EM da SRE de Passos.

Observamos, pela análise dos dados da Tabela 5, que os Índices de Concordância dos colaboradores do nível regional estão acima de 65%, sendo que a maior concordância – inclusive na maioria das afirmações desta pesquisa - foi verificada no IC dos Diretores.

Apesar de esses profissionais concordarem que os resultados da 2ª prova do PAAE, comparados ao da 1ª prova, permitirem uma verificação de evolução na aprendizagem, de acordo com o já exposto anteriormente, essa possibilidade é praticamente inexistente, visto que, para que a comparabilidade possa ser real, há necessidade de que os discentes respondam às mesmas questões nas duas avaliações.

Vale lembrar que, no PAAE, é utilizada a TCT como metodologia para a formulação das avaliações e os itens não são balanceados estatisticamente, para que se possa efetuar a comparabilidade ideal dos resultados. Com isso, percebe-se um desconhecimento, por parte dos pesquisados no nível regional, acerca da eficácia das metodologias utilizadas nas avaliações.

No PAAE, conforme as informações da Diretora da SAE/SEE-MG, os itens são elaborados por especialistas das disciplinas avaliadas e classificados de acordo com a dificuldade: fácil, médio ou difícil.

A seleção dos itens para composição das avaliações é aleatória. Cada prova é contemplada com, no mínimo, um item de cada tópico do CBC de acordo com a disciplina avaliada. Nessa classificação, os itens não são classificados com base na TRI como os itens que compõem as avaliações do PROEB. No PAAE os itens são validados por universitários das disciplinas que fazem parte do programa e “[...] submetidos a processos de controle de qualidade por especialistas de cada área de conhecimento” (Colaborador SEE-MG-1, entrevista realizada em 20/02/2015).

Os itens que compõem as avaliações do PAAE e do PROEB são elaborados levando-se em consideração o CBC de cada disciplina adotado no Estado de Minas Gerais. Apesar disso, os itens elaborados para as avaliações do PROEB são pré-testados anteriormente à sua inclusão nas provas desse programa, enquanto que os do PAAE não passam por nenhuma testagem preliminarmente à sua aplicação.

Nas avaliações diagnósticas para as turmas do 1º ano do Ensino Médio são utilizados itens elaborados com base no CBC do Ensino Médio. De acordo com a Diretora da SAE/SEE-MG:

O foco dessa avaliação são os conhecimentos prévios dos alunos, com o objetivo de verificar se há tópicos/habilidades do CBC que eles já aprenderam nos anos escolares anteriores ou em suas experiências fora da escola. (Colaborador SEE-MG-1, entrevista realizada em 20/02/2015).

Sendo assim, os alunos oriundos do 9º ano do Ensino Fundamental serão submetidos na 1ª Prova do PAAE, a itens relacionados com tópicos ainda não apresentados durante sua trajetória escolar. Mesmo que os alunos, porventura, tenham tido contato com o conhecimento relacionado aos tópicos do Ensino Médio,

algumas disciplinas, tais como Química, Física e Biologia, sequer fazem parte das disciplinas curriculares da etapa anterior.

Nos questionários aplicados a nível regional, foi feita a seguinte afirmativa aos colaboradores: “A utilização de questões embasadas nos tópicos do CBC para o 1º ano do EM, na Avaliação Diagnóstica do PAAE (1ª prova) para os alunos que estão ingressando no Ensino Médio (concluintes do 9º ano do EF), permite realizar um diagnóstico útil para o planejamento didático”.

A Tabela 6, a seguir, traz as opções escolhidas pelos diretores, EEBs e professores do Ensino Médio que colaboraram na pesquisa.

Tabela 6 - Demonstrativo das opiniões dos colaboradores e Índice de Concordância. SRE de Passos. 2015

Profissional	Frequências	Opções de resposta					Soma das respostas	Índice de Concordância (IC)
		Discordo completamente	Mais discordo do que concordo	Não sei	Mais concordo do que discordo	Concordo completamente		
Diretores	FA	4	13	0	10	7	34	62%
	FR	12%	38%	0%	29%	21%	100%	
Especialistas em Educação Básica	FA	4	15	0	8	7	34	59%
	FR	12%	44%	0%	24%	21%	100%	
Professores do EM	FA	43	58	4	85	18	208	58%
	FR	21%	28%	2%	41%	9%	100%	
TOTAL	FA	51	86	4	103	32	276	58%
	FR	18%	31%	1%	37%	12%	100%	

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa com diretores, EEBs e professores do EM da SRE de Passos.

A Tabela 6 indica uma das menores concordâncias desta pesquisa às afirmações feitas. Os pesquisados no nível regional – diretores, EEBs e professores do EM – concordam, muito embora não seja uma unanimidade, com a utilização de questões embasadas no CBC do 1º ano do EM na avaliação diagnóstica aplicada aos alunos egressos do EF.

Vale ressaltar que, apesar de o IC do grupo de diretores ser o mais alto, e desconsiderando as respostas neutras (“não sei”), observa-se que a quantidade de concordantes (soma das opções “Mais concordo do que discordo” e “Concordo

plenamente”) – 17 – é exatamente igual à soma das opções dos colaboradores discordantes (“Mais discordo do que concordo” e “Discordo completamente”).

Nesse sentido, percebemos que, entre os 34 diretores, existe um mesmo percentual entre os que concordam e os que discordam. Entre as EEBs a quantidade de discordantes – 56% – é maior do que a quantidade de concordantes – 45%.

Já entre os professores de EM, o percentual de concordantes (50%) é superior aos discordantes (49%) em apenas 1 ponto percentual. Dessa forma, pode-se considerar, também, um mesmo percentual entre os docentes que concordam e os que discordam da utilização de questões embasadas nos tópicos do 1º ano do EM, na avaliação diagnóstica dos alunos recém-chegados do 9º ano do EF.

Esses resultados, por não serem consensuais, evidenciam dúvidas quanto à eficácia do instrumento utilizado e às informações geradas pelo PAAE para um diagnóstico inicial de uma etapa do ensino básico onde existem as maiores taxas de evasão na SRE de Passos¹⁹.

Nesse sentido, percebe-se que as informações fornecidas pelas avaliações externas são muito utilizadas e há necessidade de que elas possam ser comparáveis, e assim, a utilização da TRI é necessária para que essas informações sejam aproveitadas com embasamento estatístico confiável.

Sobre o uso da TRI, Brooke, Cunha e Faleiros (2011) afirmam:

Independentemente das fórmulas usadas, os indicadores estaduais têm em comum a dependência de informações produzidas por sistemas estaduais de avaliação que empregam a Teoria de Resposta ao Item – TRI. Esse detalhe permite que o índice produzido ao longo do tempo não sofra flutuações aleatórias devido a mudanças na medida, como no nível de dificuldade dos testes. Essa consistência da medida de desempenho é tão vital para o processo de monitoramento que sem a TRI dificilmente um sistema estadual poderia reivindicar esse papel. (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011, p. 80).

Sendo assim, o PROEB consegue fornecer melhores informações para o monitoramento da política educacional implementada no Estado de Minas Gerais, enquanto as informações fornecidas pelo PAAE não conseguem atingir um nível de fidedignidade para o monitoramento necessário, uma vez que não utilizam TRI. Esse

¹⁹ Fonte: MEC/INEP - Taxas de Rendimento por escola, Região Sudeste – 2011.

fato impossibilita que os resultados do PAAE consigam fornecer diagnósticos progressivos da aprendizagem escolar.

As avaliações externas também são utilizadas para o fornecimento de informações que podem ser aproveitadas no aperfeiçoamento das instituições educacionais e, nesse sentido, na análise seguinte, procurou-se demonstrar a capacidade dos programas em fornecer tais informações.

2.4 Informações para o crescimento e o aperfeiçoamento profissional e institucional

Os resultados das avaliações também fornecem subsídios e são utilizados pelos sistemas educacionais na realização de capacitações para os professores, uma vez que os resultados evidenciam dificuldades pontuais em cada instituição escolar. Dessa forma, políticas de formação continuada podem ser planejadas para a superação das dificuldades apontadas (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011).

Assim, as avaliações externas tanto fornecem subsídios para a realização de capacitações pelos sistemas educacionais e/ou instituições escolares, como também fornecem informações para que os próprios docentes possam refletir sobre seu desempenho em sala de aula.

Nesse sentido, o PAAE fornece uma oportunidade aos professores de realizarem essa reflexão, no momento em que eles também respondem à mesma avaliação que os alunos, conforme dito anteriormente.

Na pesquisa realizada com a Diretora da SAE da SEE/MG, foi-lhe solicitada uma avaliação do PAAE como instrumento para o aprimoramento do trabalho docente. Ela avaliou que:

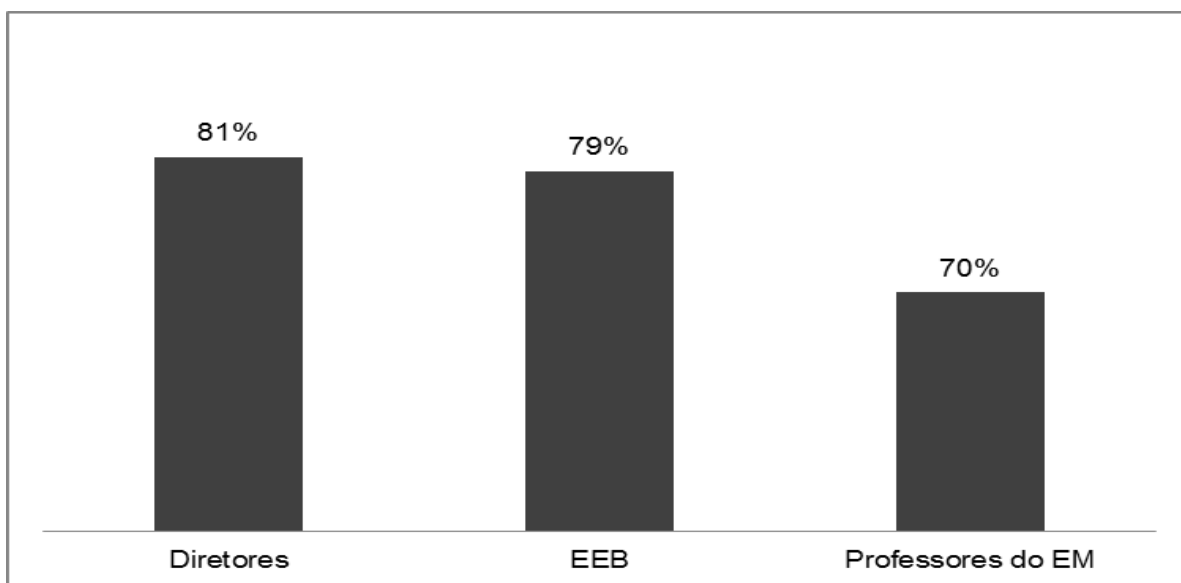
O PAAE é um programa que muito contribui para o aprimoramento do trabalho docente, uma vez que obtêm-se resultados imediatos e atualizados do desempenho escolar dos alunos, o que permite gerar relatórios estatísticos para embasar análises, diagnósticos e fundamentar as intervenções pedagógicas. Auxilia também como suporte para a sua prática pedagógica, uma vez que o professor responde a mesma prova do aluno, o que permite fazer uma autoavaliação do seu trabalho e conhecimentos. (Colaborador SEE/MG-1, entrevista realizada em 20/02/2015).

Na intenção de se verificar a opinião daqueles que executam o PAAE nas instituições escolares, na pesquisa de campo foi feita a seguinte afirmativa aos

Diretores, EEBs e Professores: “O PAAE é útil enquanto ferramenta para a autoavaliação do Professor”.

O IC – Índice de Concordância, com as opiniões de Diretores, EEBs e Professores à afirmativa é apresentada no Gráfico 6 a seguir:

Gráfico 6 - Índice de Concordância sobre a utilidade do PAAE como instrumento de autoavaliação para o Professor. SRE de Passos. 2015



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa com diretores, EEBs e professores do EM da SRE de Passos.

O Gráfico 6 informa uma concordância acima de 70% quanto à utilidade do PAAE como instrumento para autoavaliação docente. Evidencia, ainda, uma discrepância entre as opiniões de gestores e professores em mais de 10%.

Essa disparidade pode ser compreendida como uma não aceitação por parte do docente de autoavaliar-se, mesmo que a maioria dos professores afirme concordar com a utilidade do instrumento.

A avaliação, ou até mesmo a autoavaliação do desempenho docente, sem uma política de capacitação continuada que estimule o profissional a desenvolver-se e melhorar sua prática, não se traduz em benefícios para o sistema educacional.

Essa formação, por vezes, é delegada a instituições especializadas ou ainda estimulada na própria escola, através de estudos e debates com o auxílio de especialistas ou técnicos de instâncias superiores dos órgãos educacionais (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011).

Nesse sentido, no PAAE o estímulo ao desenvolvimento na própria escola é feito permitindo ao docente solicitar informações e explicações acerca de itens que compõem as avaliações do programa. A Tabela 7, que se segue, fornece as informações sobre quantidade de professores que se utilizaram desse recurso no período de 2009 a 2013 em todo o estado de Minas Gerais:

Tabela 7- Demonstrativo da quantidade de professores inscritos no PAAE e que realizaram comentários aos itens das provas. Minas Gerais. 2009 - 2013

Ano	Quantidade de professores inscritos no Programa	Quantidade de professores que comentaram	Percentual de Professores que comentaram
2009	19548	718	3,7%
2010	19342	806	4,2%
2011	19282	1057	5,5%
2012	19833	1102	5,6%
2013	19857	828	4,2%

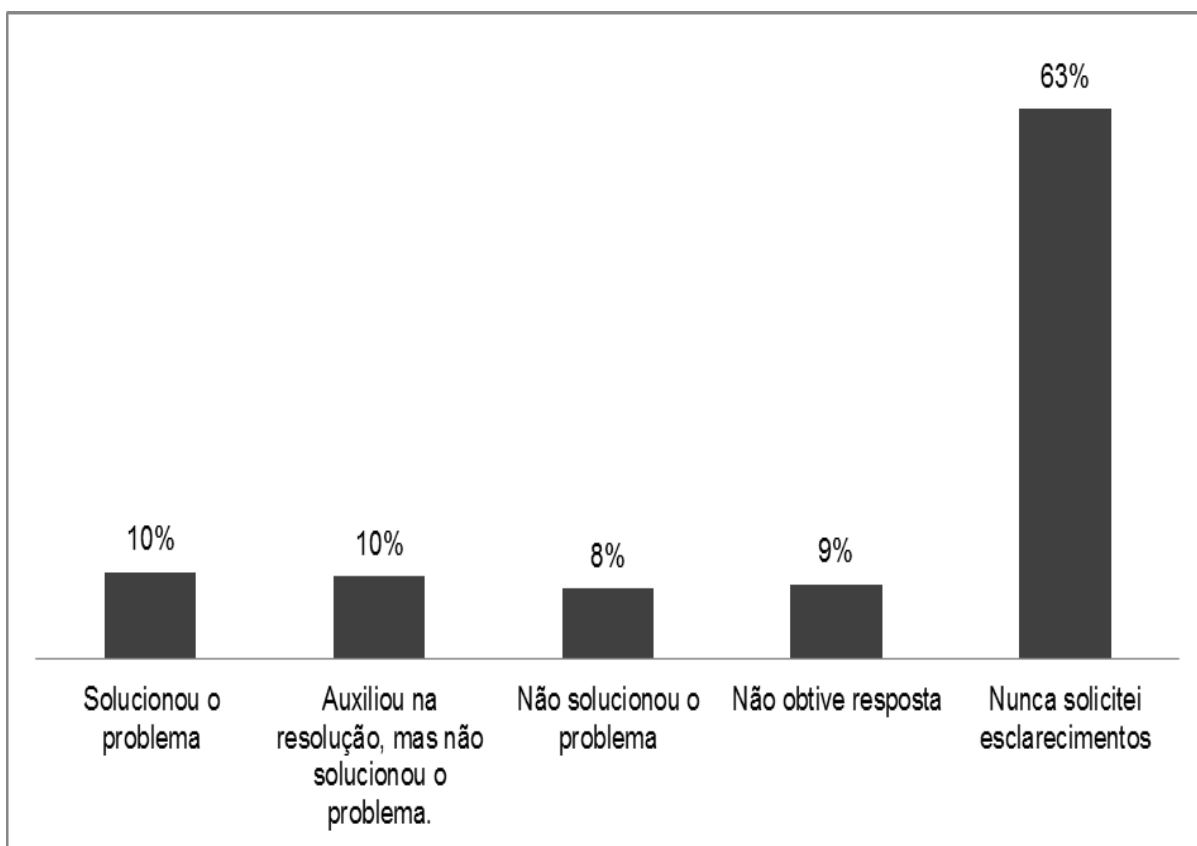
Fonte: elaboração própria, a partir de informações do Instituto Avaliar.

Observamos, pela análise da Tabela 7, que as maiores participações foram nos anos de 2011 e 2012, com mais de mil professores. Essa funcionalidade do sistema não se mostrou muito atraente para os docentes, visto que nos anos informados, o percentual de profissionais interessados em dirimir suas dúvidas ficou, em média, na casa de apenas quatro pontos percentuais.

Do ponto de vista do pesquisador, um valor baixo para uma funcionalidade que pretende ser utilizada para auxiliar na capacitação de professores. Com vistas a problematizar tal aspecto, no questionário do professor, foi feita a seguinte afirmativa: “O sistema do PAAE permite ao professor realizar/solicitar esclarecimentos sobre os itens das avaliações. Caso já tenha solicitado algum tipo de esclarecimento junto à Instituição Responsável, a resposta que obteve”.

Completando a afirmativa, foram colocadas algumas opções para que os colaboradores pudessem se posicionar. Essas opções e o consolidado das respostas são evidenciados no Gráfico 7, disposto a seguir:

Gráfico 7 - Percentual de professores que comentaram ou solicitaram esclarecimentos sobre os itens das avaliações do PAAE e os resultados/respostas obtidos. SRE Passos. 2015



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa com diretores, EEBs e professores do EM da SRE de Passos.

A utilização do sistema para sanar dúvidas sobre os itens das provas do PAAE não é unânime entre os professores do EM da SRE de Passos, conforme se observa no Gráfico 7. Enquanto 63% dos professores nunca solicitaram esclarecimentos, entre os 36% restantes que utilizaram, apenas 10% lograram êxito na solução do problema questionado.

Observa-se que 18% dos docentes que utilizaram o sistema de solução de dúvidas obtiveram resposta, mas não solucionaram o problema. E, ainda, 9% restantes dos pesquisados sequer obtiveram resposta do sistema.

Esses percentuais evidenciam uma não apropriação por parte dos professores a essa ferramenta que tem por objetivo fornecer subsídios para auxiliar na melhoria da prática docente e do ensino. Mesmo assim, também se evidencia uma possível ineficácia do sistema quando não consegue, na opinião dos docentes, solucionar as dúvidas postadas.

Apesar de não ser o objetivo do PAAE verificar o conhecimento dos professores, estes também são obrigados a resolver as avaliações e alimentar o sistema com suas respostas para que os resultados dos alunos possam ser gerados. Não existe procedimento padrão rigoroso para a resolução dos testes, sendo permitido aos docentes, inclusive, a consulta a outras fontes e a resolução fora do ambiente escolar.

Na pesquisa realizada nos documentos e no Banco de Dados fornecidos pela instituição organizadora do PAAE, percebeu-se um baixo índice de acertos por parte dos professores do EM da SRE de Passos. A Tabela 8, colocada a seguir, apresenta o percentual de acertos dos docentes, em todas as disciplinas que integram o programa na Avaliação da Aprendizagem (2ª prova), no ano de 2013.

Para facilitar a tabulação dos dados, foram criadas pelo pesquisador, quatro faixas de acertos com variação de 25 pontos percentuais entre elas. É importante ressaltar que os percentuais de acertos traduzem a média alcançada pela escola, se acaso alguma escola possua mais de um professor da mesma disciplina.

Tabela 8 - Quantidade de acertos dos professores por faixas e disciplinas. SRE de Passos. 2013

Faixa de acertos	Frequência	Arte	Biologia	Física	Geografia	História	Língua Estrangeira	Língua Portuguesa	Matemática	Química	TOTAIS
0% - 25%	FA	2	5	4	4	8	4	2	9	4	42
	FR	6%	15%	12%	12%	24%	12%	6%	27%	12%	14%
26% - 50%	FA	29	19	23	18	18	19	19	19	16	180
	FR	88%	58%	70%	55%	55%	58%	58%	58%	48%	61%
51% - 75%	FA	2	7	6	8	6	9	11	5	11	65
	FR	6%	21%	18%	24%	18%	27%	33%	15%	33%	22%
76% - 100%	FA	0	2	0	3	0	1	1	0	2	9
	FR	0%	6%	0%	9%	0%	3%	3%	0%	6%	3%
TOTAIS	FA	33	33	33	33	33	33	33	33	33	297
	FR	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados fornecidos pelo Instituto Avaliar.

Vale ressaltar que, apesar de serem 34 escolas que desenvolvem o PAAE na Regional, apresentam-se apenas os resultados de 33 escolas porque no ano de 2013, a EE Rodolfo Almeida – que realizava a avaliação na forma *online*, estava com seu laboratório de informática interditado devido à reforma e ampliação da rede física da instituição.

Observa-se, pela leitura dos dados da Tabela 8, que a maioria dos professores (61%) está com um percentual de acertos na segunda faixa – de 26% a 50% de acertos. Observa-se, ainda, que apenas 3% dos professores que participaram da resolução dessa avaliação no ano de 2013, conseguiram acertar acima de 75% de toda a prova.

Dessa forma, além das avaliações não seguirem a metodologia da TRI na sua formulação para que tivessem itens mais calibrados, esses resultados deveriam ser mais concentrados nas duas últimas faixas, uma vez que se espera do docente um conhecimento e domínio maiores do conteúdo que trabalham com os alunos nas salas de aula.

Constata-se assim, pelas análises que, mesmo sem ser uma intenção declarada do PAAE, há possíveis dificuldades dos profissionais com relação ao conhecimento do conteúdo a ser trabalhado e, nesse sentido, Brooke, Cunha e Faleiros (2011, p. 110) afirmam que “[...] O domínio insuficiente dos conteúdos deixa os gestores frustrados e indicam problemas de fundo em relação à formação inicial”.

Esses resultados evidenciam as necessidades de monitoramento mais intenso do trabalho docente pela equipe gestora das escolas e, ainda, da promoção de capacitação continuada no próprio ambiente escolar ou pelo sistema educacional, na busca de melhorias do trabalho na sala de aula.

Nesse sentido, as capacitações promovidas pelo PAAE aconteceram, na SRE de Passos, apenas no ano de 2012²⁰. Essas capacitações foram direcionadas apenas às escolas que ministram os anos finais do EF e com o objetivo de capacitar os usuários na utilização do ambiente do programa, que, naquele ano estendeu-se às instituições dessa etapa de escolarização. E assim, percebe-se que não aconteceram capacitações relacionadas aos conteúdos disciplinares do Ensino Médio.

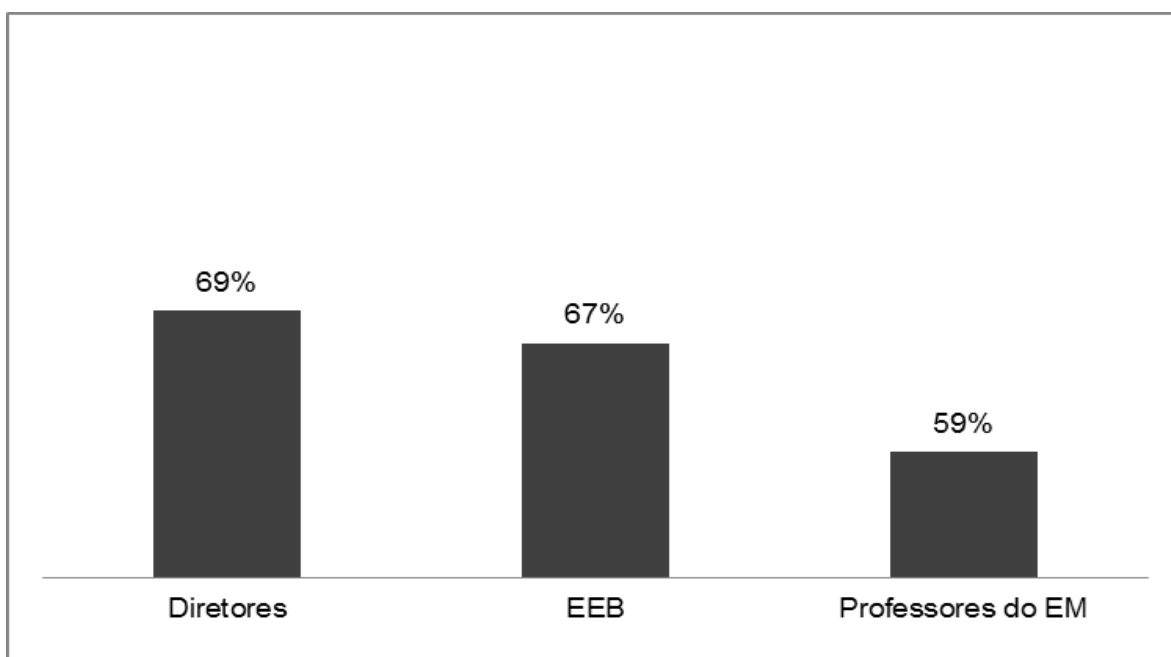
²⁰ Informação obtida na Diretoria Educacional da SRE de Passos através de listagens de frequências às capacitações acontecidas na regional.

Dessa forma, o PAAE, no seu objetivo de fornecer subsídio para a autoavaliação do professor, oferece apenas informações para que, por iniciativa própria do professor ou da escola, se promovam reflexões sobre o desempenho profissional docente.

Com relação à oportunidade de autoavaliação das instituições escolares, oferecida pelo PAAE, na pesquisa de campo com os atores do nível regional – diretores, EEBs e professores - foi analisada a seguinte afirmativa aos três segmentos de profissionais: “O PAAE é útil enquanto ferramenta para a autoavaliação da Escola”.

O Gráfico 8, disposto adiante, informa o Índice de Concordância à afirmativa realizada no questionário utilizado com os três grupos de atores que desenvolvem diretamente o PAAE em todas as escolas de EM da SRE de Passos:

Gráfico 8 - Índice de Concordância sobre a utilidade do PAAE como instrumento de autoavaliação da escola. SRE de Passos. 2015



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa com diretores, EEBs e professores do EM da SRE de Passos.

Observamos, pela leitura do Gráfico 8, que o IC não ultrapassa a casa dos 70 pontos percentuais. Enquanto a concordância entre os Diretores é exatamente igual a 69%, observa-se uma diferença de 10% em relação à concordância entre os professores.

Constata-se que não há unanimidade entre os segmentos pesquisados sobre a utilidade do PAAE como instrumento para autoavaliação da escola. Muito embora o percentual de discordância não apareça entre a maioria pesquisada, mostra-se a necessidade de outras informações para que a instituição escolar possa realizar sua autoavaliação.

Nesse sentido, uma característica em crescimento no Brasil é a utilização de pesquisas qualitativas, aplicadas através de questionários socioeconômicos, efetuadas nas avaliações sistêmicas. Essas informações são levadas em consideração nas análises dos resultados de desempenho das escolas, pois evidenciam fatores externos às instituições escolares que podem exercer influência no desempenho dos alunos (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011).

As referidas informações permitem que as escolas possam promover um aperfeiçoamento institucional através de adequações nos processos de ensino. Elas são obtidas, geralmente, nas avaliações através de questionários socioeconômicos aplicados aos alunos participantes com o objetivo de se levantar informações acerca de fatores que influenciam o processo de ensino e aprendizagem nas escolas:

Por conseguinte, além de dados e informações básicas usualmente disponíveis na escola, questionários aplicados aos alunos, aos pais, aos professores e aos diretores são instrumentos contextuais utilizados, visando a medir o efeito de práticas de ensino e condições da escola na aprendizagem, garantindo-se o controle dos efeitos de variáveis socioeconômicas do aluno e do entorno da escola (OLIVEIRA; FRANCO; SOARES, 2007, p. 157).

Em geral, estas pesquisas buscam identificar fatores intra e extraescolares que interferem no processo de ensino e aprendizagem. Fatores como a condição socioeconômica dos alunos, organização da instituição escolar, atuação do gestor, disciplina escolar dentre vários outros aspectos, são pesquisados no intuito de fornecer subsídios para as secretarias de educação e instituições escolares direcionarem ações para melhorias no processo educacional.

Em Minas Gerais, esses instrumentos são utilizados nas avaliações do PROEB desde 2008. O Quadro 7, a seguir, foi elaborado a partir de pesquisa no *site* oficial do SIMAVE e de informações da Diretora da DAVE - SEE MG:

Quadro 7 - Demonstrativo das publicações dos relatórios contextuais do SIMAVE/PROEB. Minas Gerais. 2008 - 2014

Publicação dos Resultados	Edições do PROEB						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Geral	X	X			X	X	
Escola		X	X	X	X	Divulgação em breve	Divulgação prevista para o final do ano de 2015 e início de 2016

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da pesquisa no site do SIMAVE e da DAVE – SEE/MG.

Identifica-se, pela leitura das informações do Quadro 7, que essas pesquisas iniciaram-se nas avaliações externas do PROEB a partir do ano de 2008 e aconteceu a publicação apenas do relatório geral de todas as escolas que participaram do programa naquele ano. A partir de 2009, esses relatórios passaram a ser emitidos por instituição escolar e, de acordo com informações da DAVE – SEE/MG, os resultados de 2013 serão divulgados brevemente – sem data definida e, os resultados de 2014 serão divulgados entre o final do ano de 2015 e o início do ano de 2016.

De acordo ainda com a Diretora da DAVE, questionada sobre a importância dos resultados contextuais, os resultados “[...] subsidiam as escolas e a Secretaria na compreensão dos fatores externos e internos que podem interferir no processo ensino-aprendizagem, contextualizando com o desempenho dos alunos avaliados” (Colaborador SEE-2, entrevista realizada em 11/05/2015).

Essa compreensão pode ser percebida nos relatórios emitidos e disponíveis no *site* do programa²¹. Na última edição da revista publicada e disponível no *site* institucional do SIMAVE, a pesquisa buscou traçar o perfil dos alunos e a sua percepção sobre a escola, o perfil de diretores e professores.

Foram divulgados, ainda, os Índices da Dimensão Pedagógica – IDP (atuação do professor), do Clima Escolar – ICE (ambiente escolar adequado), Índice de Relacionamento com a Comunidade – IRC (interação entre escola e famílias),

²¹ <http://www.simave.caeduff.net/>.

Índice de Autoavaliação Estudantil – IAE (autossatisfação do aluno) e o Índice Socioeconômico – ISE (condição econômica dos alunos):

Essa revista se propôs a apresentar os perfis dos protagonistas que interagem no ambiente escolar, de maneira a fornecer a todos os envolvidos e interessados pela educação insumos para que, conhecendo a realidade das redes públicas de Educação Básica de Minas Gerais, possam formular ações mais específicas e direcionadas (MINAS GERAIS, 2013d, p. 59).

Percebe-se nos gestores educacionais mineiros uma preocupação em identificar os fatores que influenciam o aprendizado dos alunos para a busca de soluções adequadas, mas os resultados de 2013 ainda são os gerais e traduzem a realidade de um Estado que possui uma grande diversidade econômica e social.

Tão importantes e necessários quanto os fatores contextuais, são os resultados que também informam sobre o aprendizado dos alunos. Muitos sistemas de avaliação externa produzem resultados que informam apenas sobre o desempenho escolar, ou seja, resultados da escola e do sistema educacional (ALVES; SOARES, 2008).

No atual modelo utilizado na maioria das avaliações externas e, entre elas, as avaliações do SIMAVE, os dados são obtidos seccionalmente, ou seja, são coletados anualmente em etapas e anos de escolaridade fixas (LEE, 2010). No PROEB, por exemplo, desde a sua implementação são avaliados os alunos matriculados no 5º e 9º anos do EF e no 3º ano do EM.

Os resultados provenientes dessas avaliações não conseguirão fornecer as informações necessárias sobre a aprendizagem dos alunos. Elas fornecerão, como dito anteriormente, as informações do desempenho da escola e, assim, não permitirão verificar o quanto cada escola consegue promover de ganho na trajetória dos alunos. Nesse sentido,

a coleta de dados seccionais mede o desempenho dos alunos em determinado momento, mas não é apropriada para medir o seu aprendizado juntamente às condições específicas em que esse aprendizado ocorreu, uma vez que não permite medir o valor agregado pelo estabelecimento de ensino, aos mesmos alunos, conforme ocorre em avaliações longitudinais (BONAMINO; OLIVEIRA, 2013, p. 39).

Dessa forma, para que os sistemas educacionais consigam informar sobre a aprendizagem dos alunos e o seu progresso faz-se necessário que as

avaliações sejam aplicadas ao mesmo grupo de alunos em anos consecutivos. Essas pesquisas longitudinais, conforme afirmam Alves e Soares (2008), também permitem inferir o quanto a escola e a política educacional implementada influenciaram no aprendizado dos alunos.

No entanto, muito embora a pesquisa longitudinal possa ser considerada como um modelo nas principais nações produtoras de pesquisas educacionais, no Brasil ela é contemporânea. Um exemplo desse modelo de avaliação foi implementado no Estado da Bahia, no período de 2011 a 2013, em turmas do Ensino Médio Regular e Profissionalizante.

O Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE) – também desenvolvido em parceria com o CAEd/UFJF através do programa Avalie Ensino Médio – realizou avaliações longitudinais, de todas as áreas do conhecimento, concomitantemente com pesquisas contextuais, aos alunos matriculados no EM. O objetivo foi produzir informações sobre o aprendizado dos discentes e para ajudar no entendimento dos fatores que interferem no processo educacional (BAHIA, 2013).

Percebe-se, assim, uma preocupação nítida do sistema educacional do Estado da Bahia em buscar os motivos que ajudam e que atrapalham o desenvolvimento educacional, conforme depoimento da Coordenadora de Avaliação da Secretaria de Educação do Estado da Bahia na publicação dos resultados do Avalie Ensino Médio. A seu ver,

a conclusão do estudo longitudinal, realizado com os estudantes que participaram do Avalie no período de 2011 a 2013, possibilitará à Secretaria da Educação compreender os fatores que contribuem ou dificultam o ambiente escolar a agregar mais conhecimento aos estudantes. Para os professores, é também importante compreender quais dificuldades os estudantes revelam ao responderem uma avaliação externa, que conhecimentos vêm acumulando durante os anos no Ensino Médio, a importância que a educação tem para eles, os esforços que os estudantes empreendem para concluir essa etapa de ensino e as dificuldades que enfrentam (BAHIA, 2013, p. 14).

Avaliações longitudinais fornecem informações importantes sobre o aprendizado dos alunos e geram o que alguns pesquisadores denominam de valor agregado. Esse valor é estipulado a partir de uma avaliação inicial ou diagnóstica e, a partir daí, através dos resultados de avaliações posteriores compara-se a evolução do aluno.

Muito embora as avaliações forneçam informações preciosas para os sistemas educacionais, incluindo as próprias escolas e os respectivos alunos, sua implementação pode ser dificultada em redes que possuam grande movimentação de alunos (LEE, 2010).

Tão importantes quanto as informações para o crescimento e aperfeiçoamento dos profissionais e das instituições escolares, os resultados das avaliações sistêmicas fornecem dados sobre a política pública educacional implementada. Nesse sentido, a seguir será realizada uma análise do PAAE e do PROEB como instrumentos para a publicidade dos seus resultados.

2.5 Publicidade dos resultados da política pública implantada

Um dos princípios que regem a administração pública é o princípio da publicidade, explícito no art. 37 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Por se tratar de educação pública, uma das necessidades do sistema educacional é a de prestar contas da política educacional implantada.

Nesse sentido, conforme afirmam Brooke, Cunha e Faleiros (2011), a divulgação dos resultados das avaliações, além de obedecer ao dispositivo constitucional, é uma forma de melhorar o interesse das famílias quanto à educação oferecida aos alunos matriculados na escola pública.

Há alguns anos, os sistemas de informações fornecidas pelos órgãos educacionais eram precários e não ofertavam as devidas informações sobre a qualidade da educação. Muitas vezes os resultados divulgados eram utilizados apenas internamente e em outras, não traduziam corretamente a realidade vivenciada em cada escola. Salvo algumas exceções, como afirmam Brooke, Cunha e Faleiros (2011), em sua maioria,

esses sistemas eram vistos pelos seus criadores exclusivamente como instrumentos internos de gestão, e não como uma oportunidade para a prestação de contas a um público com direito a informações transparentes sobre a qualidade da Educação (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011, p. 115).

Com o aprimoramento nas metodologias utilizadas nas avaliações externas, a utilização dos resultados passou a atender também ao objetivo de prestar contas à comunidade. O maior uso dos resultados educacionais provenientes

das avaliações em larga escala é para dar publicidade dos resultados para escolas. Através de Boletins ou Relatórios pedagógicos, os sistemas educacionais de avaliação informam a cada unidade sobre seu desempenho, de forma didática para que as intervenções necessárias possam ser planejadas.

Essas informações permitem uma comparação de resultados da escola ao longo dos anos e ainda permitem a comparação com os resultados da rede, como um todo, na qual está inserida. Esses informativos fornecem resultados para que cada unidade escolar possa realizar um estudo comparativo com ela mesma.

Na pesquisa efetuada por Brooke, Cunha e Faleiros (2011), foi detectada a utilização desses instrumentos para publicizar os resultados para a comunidade escolar. Tal ação, de acordo com os pesquisadores, pode ser considerada estratégica:

Essa é uma estratégia não negligenciável que busca também chamar a atenção dos pais sobre os resultados das escolas de seus filhos, ao mesmo tempo em que chama a responsabilidade dos pais e da escola para a produção desses resultados. A estratégia também pode ser eficaz, na medida em que vai além da produção escrita do material a ser divulgado, cumprindo talvez uma função mais diretiva (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011, p. 93).

Nas avaliações do SIMAVE, no PROEB e no PROALFA, os resultados são divulgados através de boletins impressos e em *site* da empresa parceira da SEE/MG no desenvolvimento dos programas citados. Já no PAAE, não há nenhuma divulgação dos resultados para a comunidade escolar.

Na pesquisa realizada com a Diretora da SAE da SEE/MG, ela afirma que uma das necessidades de aperfeiçoamento do PAAE é exatamente no sentido de “[...] produzir Boletim/PAAE com publicação semestral, com apresentação de dados do semestre anterior, a tempo de sensibilizar as escolas para intervenções pedagógicas necessárias” (Colaborador SEE/MG-1, entrevista realizada em 20/02/2015).

Sendo assim, percebe-se a necessidade de se estruturarem meios de divulgação dos resultados do PAAE, com o objetivo de se conseguir uma apropriação melhor dos mesmos e uma melhoria das práticas pelos docentes.

Nesse sentido, Luck (2009), ao falar sobre a dimensão da gestão de resultados educacionais, afirma:

O compartilhamento e disseminação dos resultados do monitoramento e avaliação com a comunidade escolar corresponde à razão de ser dessa dimensão de gestão escolar. Isso porque, de nada valerão o processo de coleta, análise e interpretação de dados se os mesmos não forem dados a conhecer pela comunidade escolar e não vierem a ser por ela incorporados de modo a melhorar as suas práticas (LUCK, 2009, p. 51).

Muito embora um dos objetivos das avaliações externas seja verificar e evidenciar os resultados do desempenho escolar para prestar contas da política pública educacional implantada, existem alguns sistemas de avaliação que fornecem resultados individuais dos alunos.

Neste trabalho, apenas para efeito informativo e sem a pretensão de analisar a eficácia dessa ação, foram pesquisados em dois sistemas avaliativos existentes no Brasil, as experiências de divulgação dos resultados individuais aos alunos e seus responsáveis.

Um desses sistemas é o SABE – Sistema de Avaliação Baiano da Educação²², já citado nesta dissertação, no qual se percebe a preocupação em motivar os alunos na participação das avaliações fornecendo-lhes um *feedback* do seu resultado na avaliação externa. Os alunos podem acessar o *site* institucional, através de *login* e senha próprios, e verificar seus resultados, podendo, inclusive, realizar comparações de seus resultados com os de sua turma, da escola e do Estado (BAHIA, 2015).

A outra experiência foi relatada na pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas (SILVA et al, 2012) sobre os usos das avaliações externas. A equipe pesquisadora detectou uma experiência diferente no tratamento de divulgação das informações dos resultados, no sistema de avaliação da rede municipal da cidade de São Paulo. A divulgação é feita diretamente aos pais dos alunos participantes:

Nessa experiência, além dos boletins com dados agregados, é elaborado um boletim do aluno, enviado por correio pela Secretaria à casa de cada aluno. Nesse boletim, estão contidos: os níveis de proficiência do aluno obtidos nos testes de leitura e matemática, a interpretação desses níveis (em Abaixo do Básico, Básico, Adequado ou Avançado), as notas do aluno na prova de produção de texto, e uma lista de habilidades que o aluno demonstra ter ao alcançar esses níveis de proficiência e notas. (SILVA et al., 2012, p. 16)

²² <http://www.avalieba.caedufff.net/>.

Além dessas informações os pais ou responsáveis são orientados, em caso de dúvidas, a procurarem o responsável pedagógico na escola para os esclarecimentos necessários, assim como, algumas orientações gerais são impressas, tais como: acompanhar o dever de casa e comparecer às reuniões de Pais (SILVA et al., 2012).

Dessa forma, através desses exemplos, podemos verificar que existem sistemas educacionais que vão além da disponibilização dos resultados em páginas oficiais ou do encaminhamento, para as instituições escolares, de boletins impressos dos resultados gerais.

Essa ação, de acordo com Vianna (2003), contribui para incentivar os alunos a participarem mais ativamente na resolução das avaliações, tendo em vista que falta motivação para os discentes participarem de uma prova que, muito provavelmente, nem sequer conhecerão os resultados do desempenho escolar da instituição.

Posto isso, percebe-se que as informações fornecidas pelos resultados das avaliações externas são importantes para a divulgação das ações desenvolvidas e, assim, torna-se fundamental que as análises desses resultados sejam efetuadas – principalmente nas instituições escolares – para que, além da conscientização sobre a realidade em que se encontram, sejam planejadas ações na busca de melhorias da qualidade do ensino.

Nesse sentido, o Coordenador de Análises e Publicações do CAEd/UFJF fala da necessidade de melhoria na apropriação dos resultados pelos sistemas educacionais e escolas, ao fazer a seguinte afirmação:

Outro ponto que carece de ajuste, e essa não é uma peculiaridade do Proeb, é, como já foi referido anteriormente, a forma como os resultados são interpretados e utilizados nas unidades escolares (ou como não são utilizados). Todo sistema de avaliação tem que lidar com essa apropriação. Os resultados ainda precisam ser mais bem entendidos para que revelem todo seu potencial modificador de práticas pedagógicas e de gestão (Colaborador CAEd-1, entrevista realizada em 23/02/2015).

Compreende-se, assim, que tão necessário quanto avaliar, é a necessidade de empreender esforços para que os resultados gerados se transformem em planos e ações, tanto na esfera da gestão educacional quanto na esfera da gestão escolar para que possam ser traduzidos em benefícios para os usuários do sistema público educacional.

Dessa forma, um passo importante para a promoção de melhorias é a definição de prioridades embasadas nos resultados educacionais. Essa é mais uma das formas de utilização dos resultados das avaliações sistêmicas elencadas por Brooke, Cunha e Faleiros (2011), que será apresentada a seguir, na continuidade da análise de eficácia do PAAE.

2.6 Definição de prioridades

No Brasil, conforme os pesquisadores Brooke, Cunha e Faleiros (2011), a utilização dos resultados das avaliações educacionais para alocação de recursos ainda não é unanimidade entre os sistemas educacionais. A alocação de recursos existentes, de acordo com os resultados das avaliações, se refere à transferência de recursos financeiros para as instituições que se destacaram nas avaliações. Em alguns casos, a transferência se efetua para aquelas escolas que obtiveram resultados insatisfatórios.

Outra forma existente, de alocação de recursos, é a que promove a distribuição de subsídios para unidades escolares mais carentes de recursos, situadas em regiões com baixo nível socioeconômico, na tentativa de que, melhorando as condições de infraestrutura das escolas, elas possam obter melhores resultados.

Esta é uma política que visa promover a equidade vertical, ou seja, destinar mais recursos para quem necessita de melhores condições. Nesse sentido, afirma Brooke (2012):

Mesmo após a equalização das condições ou das oportunidades de estudo, os alunos não começam do mesmo lugar por conta de diferenças anteriores à escola. Nesse caso, alocar diferentes níveis de recursos para crianças em situações diferentes pode ser considerado justo (BROOKE, 2012, p. 395).

Apesar das avaliações oportunizarem um diagnóstico para a diminuição das diferenças existentes, em Minas Gerais, atualmente, se desconhece a utilização dos resultados das avaliações do SIMAVE para a distribuição dos recursos.

Nesse quesito de definição de prioridades, os resultados das avaliações são mais utilizados para que a SEE defina as prioridades de projetos para suprir as dificuldades encontradas. A utilização desses resultados é incentivada para que as

instituições escolares possam definir estratégias e ações para a melhoria nos processos de ensino.

Sobre a utilização dos resultados do PROEB para priorização de ações, o Coordenador de análises e publicações do CAEd/UFJF afirma:

Os resultados de avaliações como o PROEB fornecem diagnósticos sobre o desempenho estudantil em larga escala, permitindo subsidiar políticas públicas destinadas a contornar os problemas identificados. Nesse sentido, o PROEB pode ser pensado como uma ferramenta da gestão da rede educacional. Como seu enfoque é na rede, e não nos alunos, tomados individualmente, as informações oriundas do PROEB podem ser muito úteis para, traçando um panorama geral da rede, permitir que decisões sejam tomadas no âmbito de todo o estado, incluindo, também, unidades escolares, especificamente (Colaborador CAEd-1, entrevista realizada em 23/02/2015).

Mesmo que o PROEB seja uma avaliação do desempenho escolar, sua metodologia permite uma análise histórica dos resultados por escola, SRE, Município, Rede e Estado. Esse fato permite que cada unidade escolar, além da comparabilidade em relação aos demais níveis, faça também uma análise de sua evolução e possa corrigir eventuais distorções no processo de ensino.

Na pesquisa realizada, buscou-se verificar se o PAAE, que tem na sua concepção o objetivo de oferecer subsídios para intervenções pedagógicas, consegue fornecer as informações necessárias para as definições de prioridades nas devidas intervenções pedagógicas.

Sobre a importância do PAAE para a fundamentação de intervenções pedagógicas, a Diretora da SAE relata:

É de suma importância para o processo ensino aprendizagem. Com base no diagnóstico, diretores, professores e especialistas planejam e executam ações e atividades, tendo em vista o sequenciamento curricular, a evolução das aprendizagens, os atendimentos específicos a alunos e turmas e a capacitação docente (Colaborador SEE/MG-1, entrevista realizada em 20/02/2015).

Percebe-se, na fala da gestora da SEE/MG, que uma das ênfases do programa é que as instituições escolares promovam atendimento específico a alunos e turmas.

Para os atores no nível regional, a fim de se verificarem as opiniões sobre o fornecimento, pelo PAAE, de subsídios para as intervenções, foi feita a seguinte

afirmativa: “O PAAE é útil enquanto instrumento para a fundamentação de intervenções pedagógicas”.

Assim como em outras questões da pesquisa efetuada nas escolas de EM da SRE de Passos, essa afirmativa foi feita para diretores, EEBs e professores. A tabela 9, apresentada a seguir, traz os resultados das opiniões dos colaboradores participantes e o Índice de Concordância à afirmativa efetuada.

Tabela 9 - Demonstrativo das respostas sobre a utilidade do PAAE como instrumento para a fundamentação de intervenções pedagógicas. SRE de Passos. 2015

Profissional	Frequências	Opções de resposta					Soma das respostas	Índice de Concordância (IC)
		Discordo completamente	Mais discordo do que concordo	Não sei	Mais concordo do que discordo	Concordo completamente		
Diretores	FA	1	3	0	19	11	34	81%
	FR	3%	9%	0%	56%	32%	100%	
Especialistas em Educação Básica	FA	2	5	0	15	12	34	78%
	FR	6%	15%	0%	44%	35%	100%	
Professores do EM	FA	16	55	2	82	53	208	70%
	FR	8%	26%	1%	39%	25%	100%	
TOTAL	FA	19	63	2	116	76	276	72%
	FR	7%	23%	1%	42%	28%	100%	

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa com diretores, EEBs e professores do EM da SRE de Passos.

Verificam-se, pela análise da Tabela 9, Índices de Concordância acima de 70% quanto à utilidade do PAAE como instrumento para a fundamentação de intervenções pedagógicas. Entretanto, percebe-se, como em outras análises desta pesquisa, uma falta de sintonia entre os profissionais que colaboraram com suas opiniões sobre o programa.

Esse desencontro de opiniões pode ser observado que é menor entre os membros da equipe gestora – diretores e EEBs – e maior entre os gestores e os docentes, em mais de 10 pontos percentuais. Esses resultados, apesar de conterem altos índices de concordâncias, colocam em dúvida se realmente o PAAE possui essa utilidade afirmada nas respostas, uma vez que a concordância é menor entre

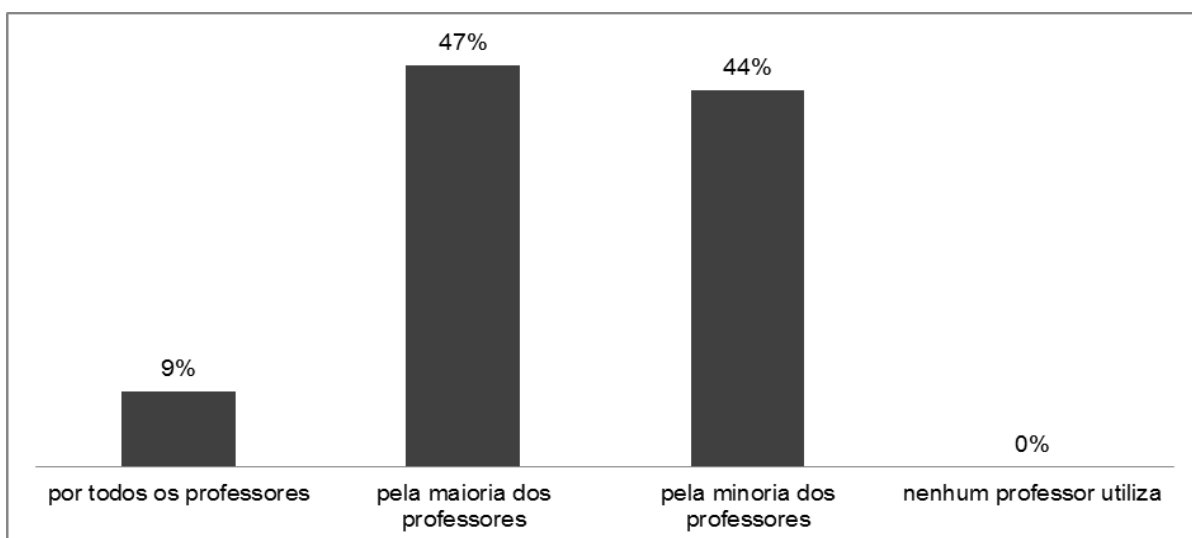
os professores que realizam, ou deveriam realizar, diretamente as intervenções pedagógicas em sala de aula.

Para a verificação da utilização dos resultados do PAAE na fundamentação de intervenções pedagógicas, na pesquisa realizada com os EEBs de todas as escolas de EM, esses profissionais foram questionados sobre a utilização dos resultados do PAAE, na priorização de atividades para a aprendizagem dos tópicos/habilidades que ainda não foram dominados.

Essa pergunta foi direcionada apenas para os EEBs porque eles são os responsáveis, em cada escola, pelas orientações e supervisão dos planejamentos didáticos dos professores.

Os resultados desse questionamento são apresentados no Gráfico 9, a seguir, com os percentuais de utilização de acordo com a percepção de todos os EEBs que trabalham com o PAAE nas escolas de Ensino Médio da SRE de Passos.

Gráfico 9 - Percentual de utilização dos resultados do PAAE na priorização de atividades. SRE de Passos. 2015



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa com diretores, EEBs e professores do EM da SRE de Passos.

O Gráfico 9 traduz a percepção do EEB de que a maioria dos docentes (47%), e não a totalidade, utilizam os resultados do programa para priorizar as atividades de sala de aula. Considerando que a opção “minoridade dos professores” recebeu um percentual de 44% das respostas, conclui-se que essa ferramenta não é uma unanimidade no quesito utilização para se elencarem as atividades necessárias.

Para a priorização de atividades, há necessidade de realização de diagnósticos coerentes e que auxiliem no planejamento de estratégias que irão promover a melhoria desejada. A longevidade do PROEB, aliada à sua potencialidade de estabelecer comparações, permite a realização de diagnósticos mais conclusivos sobre o desempenho da rede pública mineira.

Apesar de fornecer resultados de desempenho do sistema, existe a possibilidade de realizar diagnósticos em cada unidade escolar, como afirma o Coordenador de Análises e Publicações do CAEd/UFJF, quando questionado, na pesquisa de campo, sobre o PROEB como instrumento de fundamentação de intervenções pedagógicas:

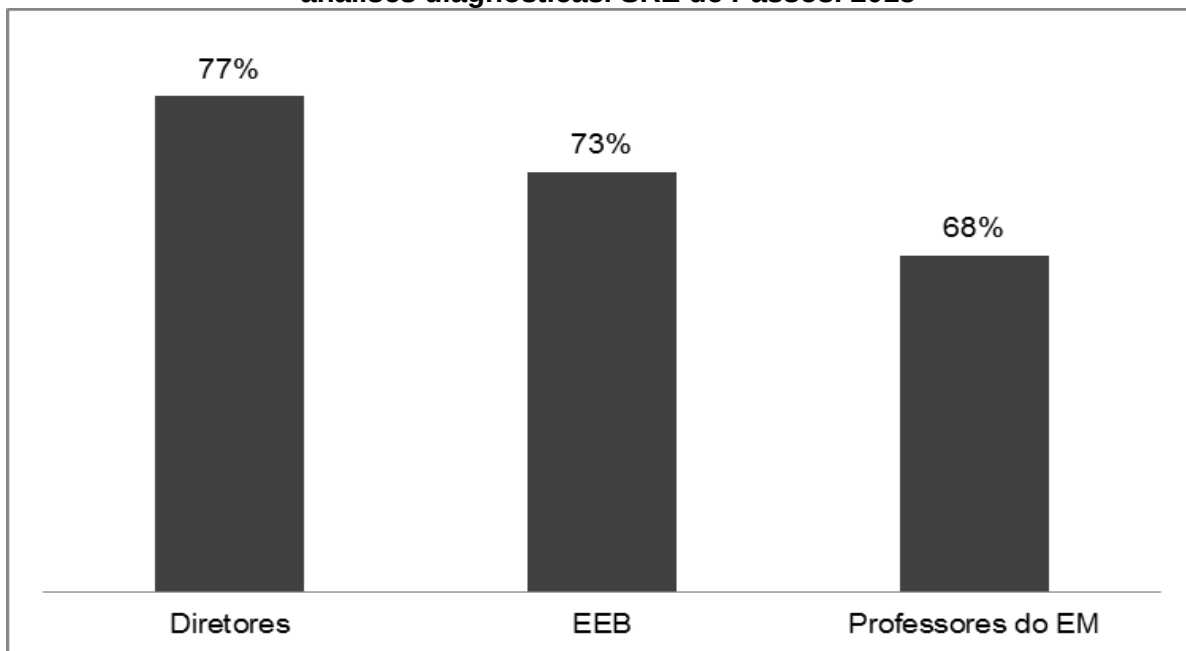
O foco do PROEB é o estabelecimento de diagnósticos tendo em vista a rede de ensino como um todo. Por isso, ele é qualificado como um sistema de avaliação em larga escala. No entanto, isso não quer dizer que ele não possa oferecer diagnósticos importantes para o estabelecimento de uma análise em cada unidade escolar. Para que isso seja possível, entretanto, é necessário que os atores escolares, com destaque para gestores e professores, sejam capazes de compreender o que os resultados querem dizer, conhecendo seus limites e suas potencialidades. Muito tem sido feito nesse sentido, mas as ações de capacitação ainda apresentam efeitos limitados (Colaborador CAEd-1, entrevistado em 23/02/2015).

Dessa forma, as capacitações sobre apropriação de resultados pelas equipes gestoras e pelos professores carecem de uma atenção maior, como já afirmado anteriormente, para que as análises possam produzir ações concretas de melhorias.

Na pesquisa de campo junto às escolas de EM da SRE de Passos, buscou-se verificar a potencialidade do PAAE na geração de informações para os diagnósticos necessários. Foi feita a seguinte afirmativa para os três grupos de atores das 34 escolas de EM da Regional: “O PAAE é útil enquanto instrumento para o embasamento de análises diagnósticas”.

O Gráfico 10, a seguir, traz o índice de concordâncias de Diretores, EEBs e Professores do EM sobre a utilidade do PAAE no embasamento de análises diagnósticas.

Gráfico 10 - Índice de concordâncias sobre a utilidade do PAAE no embasamento de análises diagnósticas. SRE de Passos. 2015



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa com diretores, EEBs e professores do EM da SRE de Passos.

Percebe-se, pela análise do Gráfico 10, mais uma discrepância de opiniões entre os atores do nível regional quanto à utilidade do PAAE. Apesar de os índices de concordância serem praticamente superiores a 68% nos três segmentos, o menor índice fica exatamente com a equipe docente, que trabalha e necessita diretamente dos resultados para corroborar as percepções diárias vivenciadas na sala de aula.

Na busca de se aprofundar a análise sobre a utilidade do PAAE, os colaboradores do nível regional foram solicitados a opinarem sobre o período de realização das avaliações do PAAE. Na pesquisa de campo, foi feita a seguinte afirmativa no questionário direcionado para Diretores, EEBs e Professores do EM: “O período de realização da Avaliação Diagnóstica (1ª Prova) do PAAE para o Ensino Médio é adequado”.

A Tabela 10, a seguir, traz o Índice de Concordância e as respostas dos colaboradores com as frequências absoluta e relativa dos três grupos de profissionais pesquisados no nível regional sobre o período de realização da Avaliação Diagnóstica do PAAE.

Tabela 10 - Índice de Concordância e as respostas dos colaboradores sobre o período de realização da Avaliação Diagnóstica do PAEE. SRE de Passos. 2015

Profissional	Frequências	Opções de resposta					Soma das respostas	Índice de Concordância (IC)
		Discordo completamente	Mais discordo do que concordo	Não sei	Mais concordo do que discordo	Concordo completamente		
Diretores	FA	8	12	1	8	5	34	54%
	FR	24%	35%	3%	24%	15%	100%	
Especialistas em Educação Básica	FA	10	11	1	5	7	34	53%
	FR	29%	32%	3%	15%	21%	100%	
Professores do EM	FA	60	47	10	60	31	208	56%
	FR	29%	23%	5%	29%	15%	100%	
TOTAL	FA	78	70	12	73	43	276	55%
	FR	28%	25%	4%	26%	16%	100%	

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa com diretores, EEBs e professores do EM da SRE de Passos.

Observa-se na Tabela 10 que os IC dos profissionais pesquisados são quase iguais, considerando-se que há uma diferença de 3 pontos percentuais entre a maior concordância – professores, com 56% - e a menor concordância – EEBs, com 53%.

Mas, analisando as frequências absoluta e relativa constantes na Tabela 10 e considerando que as respostas à opção “não sei” são neutras, a soma das respostas concordantes dos Professores de EM, por exemplo, (“mais concordo do que discordo” e “concordo completamente”) tem como resultado os valores 91 e 44% nas frequências absoluta e relativa, respectivamente.

Esses valores são inferiores se comparados com os resultados da soma das respostas discordantes dos Professores de EM (“discordo completamente” e “mais discordo do que concordo”) que resultam em 107 na frequência absoluta e 52% na frequência relativa.

Essa análise acontece também no segmento dos diretores e dos EEBs e consequentemente no total das respostas dos três segmentos. Dessa forma pode-se

concluir que a época de realização da Avaliação Diagnóstica do PAAE é inadequada para se realizar um diagnóstico inicial dos alunos.

Outra possibilidade existente na definição de prioridade é o monitoramento do currículo implantado nos sistemas educacionais. Em Minas Gerais, como já informado anteriormente, o currículo das escolas estaduais é o determinado pela Resolução SEE/MG nº 666, de 7 de abril de 2005, que implantou os CBC – Conteúdos Básicos Comuns.

Quanto ao currículo, os sistemas de avaliação mostram a necessidade de se estabelecer um currículo oficial mínimo para desenvolvimento nas escolas. Embora já adotados em alguns estados, a implantação desse currículo é necessária para que se possa estabelecer um “[...] diálogo com o professor a respeito daquilo que está sendo cobrado pelo sistema de avaliação” (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011, p. 107).

Dessa forma, a matriz de referência do PROEB “[...] surge do CBC e contempla apenas aquelas habilidades consideradas fundamentais e possíveis de serem alocadas em testes de múltipla escolha” (Colaborador CAEd-2, entrevista realizada em 25/02/2015).

Já no PAAE, de acordo com a Diretora da SAE/SEE-MG, os itens que compõem as avaliações do programa são elaborados de acordo com os tópicos dos CBC (Colaborador SEE/MG-1, entrevista realizada em 20/02/2015).

Assim sendo, um ponto a ser observado é que, nas avaliações do PROEB são avaliadas apenas as disciplinas Matemática e Língua Portuguesa enquanto no PAAE, são avaliadas nove disciplinas - Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Física, Química, Biologia, Matemática, História, Geografia e Artes.

Embora em nenhum dos dois programas – PROEB e PAAE – seja explícita em seus objetivos a realização do monitoramento do currículo, de seus resultados, podem-se inferir, superficialmente – do ponto de vista do pesquisador –, avaliações sobre o cumprimento dos CBC. Superficialmente, porque, nas avaliações dos dois programas, as habilidades verificadas não abrangem a totalidade de habilidades constantes das orientações curriculares mineiras.

Isto posto, na pesquisa de campo realizada no nível regional, buscou-se verificar a utilidade do PAAE como instrumento para o monitoramento da aplicação dos CBC. Foi feita a seguinte afirmativa aos gestores escolares – Diretores e EEBs:

“O PAAE é útil como ferramenta na gestão curricular para monitorar a aplicação do CBC”.

A Tabela 11, a seguir, traz as respostas dos colaboradores do nível regional demonstrando as concordâncias e discordâncias de acordo com as opções de resposta e o Índice de Concordância geral à afirmativa efetuada no questionário utilizado na pesquisa.

Tabela 11 - Índice de Concordância e respostas quanto à utilidade do PAAE no monitoramento do CBC. SRE de Passos. 2015

Profissional	Frequências	Opções de resposta					Soma das respostas	Índice de Concordância (IC)
		Discordo completamente	Mais discordo do que concordo	Não sei	Mais concordo do que discordo	Concordo completamente		
Diretores	FA	1	9	0	11	13	34	75%
	FR	3%	26%	0%	32%	38%	100%	
Especialistas em Educação Básica	FA	2	7	1	12	12	34	75%
	FR	6%	21%	3%	35%	35%	100%	
TOTAL	FA	3	16	1	23	25	68	75%
	FR	4%	24%	1%	34%	37%	100%	

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa com diretores e EEBs das escolas de EM da SRE de Passos.

Na leitura da Tabela 11, observa-se um índice de concordância praticamente idêntico entre diretores e EEBs quanto à utilidade do PAAE para o monitoramento dos CBC, enquanto apenas 1 EEB dentre os 34 pesquisados não soube informar sobre a eficácia da ferramenta oferecida pelo PAAE.

Ainda sobre o monitoramento dos CBC através do PAAE, foi feita no bloco 2 dos questionários – sobre a utilização do programa – do Diretor e do EEB um questionamento sobre a utilização dos resultados do PAAE para monitorar o desenvolvimento dos tópicos/habilidades do CBC.

A Tabela 12, a seguir, traz as respostas das equipes gestoras de todas as escolas de EM da SRE de Passos ao questionamento mencionado, assim como, a

frequência absoluta (FA) e a frequência relativa (FR) das opções assinaladas pelos diretores e EEBs.

Tabela 12 - Demonstrativo das respostas sobre a utilização dos resultados do PAAE para monitoramento do CBC. SRE de Passos. 2015

Profissional	Frequências	Opções de resposta			TOTAL
		de todas as disciplinas	de algumas disciplinas	Não utiliza	
Diretores	FA	19	9	6	34
	FR	56%	26%	18%	100%
Especialistas em Educação Básica	FA	22	8	4	34
	FR	65%	24%	12%	100%
TOTAL	FA	41	17	10	68
	FR	60%	25%	15%	100%

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa com Diretores e EEBs das escolas de EM da SRE de Passos.

Ao se analisar a Tabela 12, verifica-se uma discordância nas respostas efetuadas pelos membros da equipe gestora das escolas de EM da SRE de Passos. Observa-se que, no total, 60% dos gestores afirmam utilizar os resultados do PAAE no monitoramento da execução dos CBC de todas as disciplinas.

Confrontando os resultados levantados na Tabela 11 – sobre a utilidade – e na Tabela 12 – sobre a utilização dos resultados no monitoramento dos CBC –, essa discrepância aumenta mais ainda. Enquanto 75% dos gestores afirmam que o PAAE é um instrumento útil para o monitoramento dos CBC, apenas 60% afirmam utilizar essa ferramenta.

Esses resultados evidenciam, além da baixa utilização dessa ferramenta, que o PAAE pretende oferecer, uma falta de sintonia existente entre Diretores e EEBs quanto ao monitoramento dos CBC. Sintonia que necessita ser aprimorada para que as orientações curriculares possam ser implementadas na sua totalidade.

Essa falta de sintonia, nas instituições escolares, também pode ser verificada na utilização das ferramentas que o PAAE se dispõe a fornecer para as escolas participantes do programa. A seguir, será efetuada uma análise de algumas

dessas ferramentas disponibilizadas para os gestores e docentes das instituições de EM.

2.7 Utilização das ferramentas disponibilizadas pelo PAAE

O PAAE, em sua concepção, propõe-se a disponibilizar ferramentas para auxiliar o trabalho do professor em sala de aula, objetivando embasar a realização de diagnósticos e subsídios para intervenções pedagógicas.

Uma dessas ferramentas é a disponibilização do Banco de Itens, no período entre a Avaliação Diagnóstica (1ª prova) e a Avaliação da Aprendizagem Escolar (2ª prova), para a geração de Avaliações Contínuas.

Na segunda etapa da pesquisa realizada com os atores no nível regional foi perguntado aos Diretores, EEBs e Professores sobre a utilização, pelos docentes, do Banco de Itens do sistema para a geração de provas das Avaliações Contínuas.

O Quadro 8, a seguir, traz as respostas desses três grupos de atores sobre a utilização dessa ferramenta pelos professores do EM da regional.

Quadro 8 - Demonstrativo da utilização do Banco de Itens para geração das Avaliações Contínuas. SRE de Passos. 2015.

Opções	Diretor		EEB		Professor	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Sempre utilizaram	1	3%	3	9%	18	9%
Utilizaram algumas vezes	32	94%	28	82%	99	47%
Conhecem e nunca utilizaram	0	0%	1	3%	58	28%
Conhecem essa possibilidade, mas não a acham viável	1	3%	1	3%	12	6%
Desconhecem essa possibilidade.	0	0%	1	3%	21	10%
Totais	34	100%	34	100%	208	100%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa com diretores, EEBs e professores do EM da SRE de Passos.

Quanto à utilização do Banco de Itens para geração das Avaliações Contínuas, verifica-se no quadro 8, que as maiores frequências estão localizadas na opção “utilizaram algumas vezes” (47%). Observa-se que os três segmentos de profissionais que participaram da pesquisa, apontam que a geração dessa avaliação, entre a 1ª e a 2ª prova do PAAE, aconteceram poucas vezes.

Observa-se, também, que entre os professores, 28% conhecem a possibilidade, mas nunca a utilizaram e, ainda, que apenas 9% sempre utilizaram essa ferramenta que o PAAE oferece para os docentes do EM.

Levando-se em consideração que 40% dos professores que colaboraram nesta pesquisa, conforme indicação feita anteriormente no Gráfico 5 – qualificação dos participantes –, participaram das últimas 7 edições do programa desde sua abertura para todas as escolas, pode-se concluir que os profissionais que estão em sala de aula não aprovam a utilização do Banco de Itens para a geração das avaliações no formato estabelecido.

No corrente ano, a SEE/MG, através do Ofício Circular SI/SAE/DAAP nº 06/2015, comunicou a todas as escolas estaduais e SREs que colocou à disposição de todos os professores de EF e EM, o Banco de Itens para a geração de avaliações pelos próprios docentes, em qualquer época do ano. Os professores de todas as disciplinas, que possuírem cadastro no sistema do PAAE poderão gerar provas com até 15 questões e a aplicação se dará apenas na forma impressa.

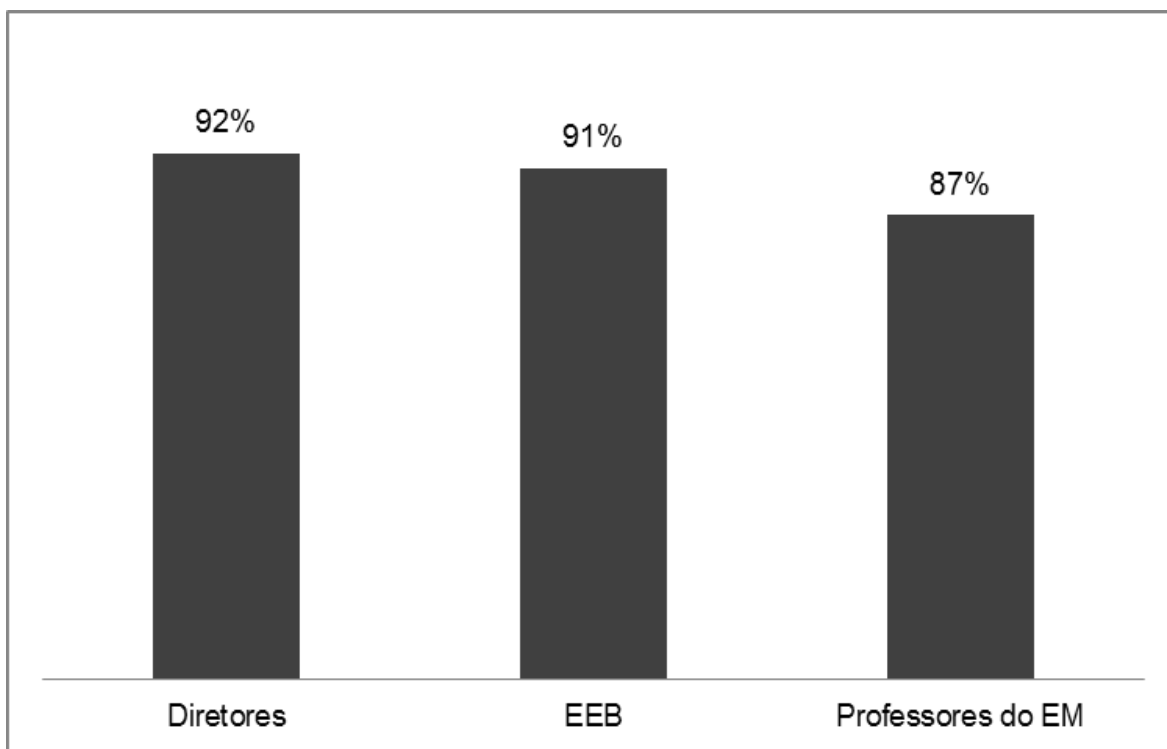
O professor poderá escolher os tópicos do CBC que farão parte da prova, assim como, também, poderá escolher o nível de dificuldade das questões. Se, acaso, o docente desejar gerar o mapa de resultados e gráficos de desempenho da prova gerada, deverá alimentar o sistema com as respostas dos alunos.

De acordo com as orientações repassadas para todas as escolas estaduais de Minas Gerais, será disponibilizado um formulário para que o docente avalie a nova sistemática do PAAE.

Na realização da pesquisa de campo, iniciada anteriormente à emissão do Ofício com as novas orientações, na tentativa de se verificar a opinião daqueles que implementam o programa no nível escolar, foi apresentada para os Diretores, EEBs e Professores a seguinte afirmativa: “A abertura do Banco de Itens do PAAE, em qualquer época do ano letivo, seria útil para servir de suporte ao professor no desenvolvimento das atividades de sala de aula”.

O Gráfico 11, a seguir, traz o Índice de Concordância dos colaboradores acerca da afirmação citada:

Gráfico 11 - Índice de Concordância sobre a abertura do Banco de Itens do PAAE. SRE de Passos. 2015



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa com Diretores, EEBs e Professores do EM da SRE de Passos.

Na interpretação do Gráfico 11, identificam-se altos índices de concordância sobre a abertura do Banco de Itens do PAAE para utilização pelos professores em qualquer época do ano. O maior índice – Diretores com 92% de concordância, supera a menor concordância – Professores do EM com 87%, em 5 pontos percentuais.

Apesar de o IC dos professores ser o menor entre os pesquisados, esse percentual é considerável, levando-se em conta que entre os 208 pesquisados, apenas 13% dos docentes opinaram pela discordância ou não souberam opinar sobre a disponibilização do Banco de Itens.

O resultado dessa pesquisa corrobora a medida tomada pelo Órgão Central da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, contudo, como se pretende neste estudo, o ideal é que se realizasse um diagnóstico preliminar para que a modificação do PAAE fosse subsidiada por dados.

2.8 Considerações para o Plano de Intervenção

Neste capítulo, objetivou-se analisar a eficácia do PAAE como uma ferramenta de uso interno das escolas, na realização de diagnósticos, de monitoramento do currículo e de fornecimento de subsídios para as intervenções pedagógicas necessárias, nas escolas estaduais de Ensino Médio da SRE de Passos.

Inicialmente, as análises efetuadas sobre a eficácia do programa foram embasadas em entrevistas realizadas com profissionais da SEE/MG e do CAEd/UFJF – instituição responsável pela execução do SIMAVE/PROEB, todos com experiência na área de gestão e avaliação da educação pública.

Na análise efetuada, também foi feita uma comparação com outro programa de avaliação educacional – o PROEB, também integrante do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública. Ele foi escolhido porque, além de pertencer ao mesmo sistema, utiliza uma metodologia diferente do PAAE.

Nessa comparação percebeu-se que a utilização da metodologia da Teoria da Resposta ao Item – TRI, no desenvolvimento do PROEB, permite algumas possibilidades de utilização dos resultados que não são possíveis no PAAE, que utiliza no seu desenvolvimento a Teoria Clássica dos Testes – TCT.

Na TRI, utilizam-se cálculos estatísticos para a escolha dos itens que irão compor as provas, o que permite uma elaboração de avaliações balanceadas e também a comparabilidade com resultados anteriores e, inclusive, com resultados de outros programas que porventura utilizem a mesma matriz de referência, como é o caso do SAEB.

No PAAE, essa comparabilidade não é possível pois os itens que compõem as avaliações não são balanceados e os critérios de elaboração são baseados em questões de nível fácil, moderado e difícil. A comparabilidade de itens não balanceados é possível desde que eles sejam repetidos nas avaliações e isso não acontece no programa.

Dessa forma, o PAAE não consegue atingir plenamente seus objetivos de realização de diagnósticos e de oferta de subsídios para as intervenções pedagógicas e para as melhorias da prática docente. Apesar de, na pesquisa de campo realizada com os atores do nível regional, os resultados terem apontado para

uma concordância com as utilidades previstas no programa, na prática não se percebeu a utilização das ferramentas oferecidas para as escolas de EM.

Outro ponto evidenciado na pesquisa de campo com diretores, EEBs e professores das 34 escolas de EM da SRE de Passos foram as divergências entre as opiniões sobre a utilidade do PAAE. As diferenças entre as opiniões dos gestores e docentes reforçam a ideia de que, na prática da sala de aula, as ferramentas que o programa se propõe a oferecer não são utilizadas.

Nesse sentido, a pesquisa de campo revelou uma concordância significativa quanto à utilidade do PAAE para o monitoramento do cumprimento dos CBC pelos docentes. Mas essa ferramenta não é utilizada pela equipe gestora, no monitoramento das nove disciplinas que participam das avaliações do programa.

No PROEB, esse monitoramento é feito somente através dos resultados das disciplinas Língua Portuguesa e Matemática dos alunos matriculados no 5º e 9º anos do EF e no 3º ano do EM. As avaliações nesses anos de escolarização resultam em informações apenas sobre os finais de cada etapa e não oferecem informações sobre o desempenho durante essas etapas, ou seja, não informam resultados entre o 6º e o 8º ano do EF, ou ainda, entre o 9º ano do EF e o 2º ano do EM.

Além desses anos de escolarização sem informações sobre o desempenho, percebe-se a necessidade de gerar informações sobre outras disciplinas que compõem o currículo escolar, tais como as integrantes das áreas das Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

Nas pesquisas encontradas em artigos de pesquisadores do assunto para os embasamentos deste trabalho, pode-se entender a importância de informações sobre os resultados da aprendizagem, importantes para as unidades escolares, uma vez que elas traduzem o quanto cada escola, e conseqüentemente cada sistema, conseguiu influenciar no aprendizado dos alunos.

Tão importante quanto as informações sobre o desempenho e a aprendizagem, são as geradas nos relatórios contextuais existentes nas avaliações do PROEB. Elas fornecem ideias sobre fatores externos que influenciam o processo de ensino nas instituições escolares.

Merece destaque, ainda, a necessidade de melhor apropriação dos resultados educacionais, apontada na pesquisa realizada com os atores regionais –

diretores, EEBs e professores do EM. Além de gerar as informações, deve-se utilizá-las para a promoção de melhorias nas instituições escolares.

Quanto ao objetivo do PAAE, de fornecer informações para a melhoria da prática docente e do ensino, o programa não se mostrou eficaz tendo em vista que as ferramentas disponibilizadas, quando acessadas, não forneceram, aos docentes pesquisados na SRE de Passos, o retorno satisfatório para sanar as dúvidas surgidas.

Uma última consideração se faz necessária no sentido de esclarecer que este trabalho sustentado pela pesquisa de campo no nível regional, antecederam as mudanças ocorridas no PAAE no corrente ano, comunicadas via ofício circular, sem nenhuma justificativa ou consulta aos gestores e professores.

Este trabalho teve a pretensão de verificar, inicialmente, a opinião dos atores que desenvolvem o programa nas escolas para, depois, propor as modificações no PAAE, entendidas como necessárias.

Diante dessas considerações, no próximo capítulo deste trabalho será apresentado o Plano de Ação Educacional (PAE) com sugestões de ações para adequações nos programas do SIMAVE – PROEB e PAAE, visando ao aumento de informações para a ampliação de diagnósticos do sistema educacional mineiro.

III. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

A utilização de resultados educacionais na elaboração de políticas públicas educacionais já é uma *práxis* adotada pelas secretarias de educação da União e de várias Unidades Federativas.

O Ministério da Educação valoriza tanto essa prática que, no atual Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, para o alcance da sétima meta – fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades –, foi elaborada uma estratégia de fortalecimento dos sistemas de avaliação:

7.32) fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade. (BRASIL, 2014, p. 8)

Nesse sentido, percebe-se a preocupação do MEC em auxiliar o desenvolvimento e o fortalecimento dos sistemas de avaliação educacional para as orientações acerca da política educacional a ser desenvolvida.

Neste último capítulo, faz-se, inicialmente, uma retomada das principais análises efetuadas sobre o PAAE e o PROEB, programas de avaliação integrantes do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE, para posteriormente serem apresentadas possíveis alterações na tentativa de sugerir melhorias nos programas avaliados.

As conclusões apresentadas foram embasadas em pesquisas com os principais atores que desenvolvem esses programas em Minas Gerais. Foram entrevistados os responsáveis diretos no Órgão Central da Educação no Estado pelo desenvolvimento do SIMAVE, assim como colaboradores da instituição parceira da SEE/MG no desenvolvimento do PROEB.

Embasaram ainda as conclusões apresentadas, uma pesquisa realizada em todas as escolas que ministram o EM na SRE de Passos. Nessas 34 escolas foram questionados diretores, EEBs e professores do EM, que desenvolvem diretamente o PAAE em suas escolas.

Finalizando, serão apresentadas as considerações finais deste trabalho, que acrescentou muitos conhecimentos e experiências ao pesquisador e irá auxiliar, com certeza, no seu desenvolvimento profissional.

3.1 Retomada do caso e análise

Nesta pesquisa buscou-se analisar a eficácia do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE). Esse programa tem como proposta oferecer ferramentas para uso interno das escolas na gestão curricular e pedagógica, de que a escola pode apropriar-se.

Ele integra o SIMAVE e tem os seguintes objetivos na sua concepção: a) realizar diagnósticos progressivos da aprendizagem escolar em relação aos tópicos/habilidades dos Conteúdos Básicos Comuns (CBC); b) gerar informações para a autoavaliação do professor e da escola; c) oferecer subsídios para intervenções pedagógicas que promovam a melhoria da aprendizagem, da prática docente e do ensino (MINAS GERAIS, 2013a).

Além da análise dessa eficácia foi efetuada uma comparação com outro programa de avaliação que também integra o SIMAVE – o PROEB, já consolidado no Estado de Minas Gerais e um dos mais antigos programas de avaliação existente no Brasil (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011). Foi escolhido por utilizar uma metodologia diferente da utilizada no PAAE.

As análises foram feitas a partir de pesquisas em documentos orientadores dos programas, entrevistas com gestores da SEE/MG responsáveis pela operacionalização das avaliações sistêmicas em Minas Gerais e entrevistas com especialistas em avaliação sistêmica do CAEd/UFJF – instituição responsável pelo PROEB.

Para realizar a análise sobre o PAAE, buscou-se, através da metodologia de *survey* e do instrumento questionário, pesquisar nas 34 instituições de EM da SRE de Passos entre diretores, EEBs e professores do EM que desenvolvem diretamente o programa nas escolas.

As análises efetuadas permitiram concluir que o PAAE não consegue, através da metodologia da TCT, fornecer informações necessárias para as intervenções pedagógicas. Além disso, concluiu-se que os usuários do programa

nas escolas demonstraram uma concordância com a sua utilidade, mas não empregam suas potencialidades para os diagnósticos necessários.

Quanto à intenção de auxiliar o docente na melhoria de sua prática, as ferramentas disponibilizadas não são utilizadas pelos professores do EM da SRE de Passos e não forneceram um *feedback* eficaz para aquela minoria que fez uso da opção de consulta para sanar dúvidas sobre os itens das provas do PAAE, conforme ficou evidenciado na pesquisa.

Com relação ao monitoramento do desenvolvimento dos tópicos dos CBC, da mesma forma anteriormente relatada, os gestores das escolas de EM da Regional de Passos afirmaram concordar com a utilidade do PAAE para esse monitoramento, mas na pesquisa realizada ficou identificada também a não utilização dessa ferramenta.

Nesta pesquisa, buscou-se reforçar a importância dos resultados de desempenho escolar aliados às informações dos fatores contextuais que interferem no processo de ensino e aprendizagem e a importância dos resultados da aprendizagem e de uma melhor apropriação dos resultados das avaliações por parte dos gestores e professores.

Nesse sentido, a seguir será apresentada a importância das intervenções propostas para as adequações nos programas do SIMAVE – PROEB e PAAE – visando à ampliação das informações acerca do desenvolvimento educacional no Estado de Minas Gerais.

3.2 Relevância da intervenção

Este plano propõe ajustes e ampliações nos programas do SIMAVE – PAAE e PROEB – visando a geração de subsídios para a gestão educacional e escolar no Estado de Minas Gerais.

A disponibilização de questões do Banco de Itens do PAAE para todos os professores em qualquer época do ano letivo e a ampliação do PROEB para mais séries/anos e a inclusão de outras disciplinas a serem avaliadas, fornecerão mais informações sobre o sistema educacional, visando garantir o direito de aprendizagem de todos os alunos matriculados na rede pública estadual mineira.

O aumento das informações, como afirmam Bonamino e Oliveira (2013), é importante

para obter evidências que informem os formuladores de política educacional sobre fatores que influenciam o aprendizado dos alunos e que devem, portanto, ser priorizados nos investimentos relativos aos sistemas de ensino (BONAMINO; OLIVEIRA, 2013, p. 35).

Assim, avaliações longitudinais conseguem informar com mais exatidão sobre a aprendizagem dos alunos e, através de seus resultados, é possível verificar o quanto cada escola, e também a política educacional implementada, contribuem para o desenvolvimento dos alunos. (BONAMINO; OLIVEIRA, 2013).

A implantação da avaliação longitudinal no Ensino Médio mineiro será capaz de auxiliar na formulação de estratégias que, inclusive, poderão contribuir para o alcance das metas estipuladas no Plano Nacional de Educação (PNE).

Uma das metas do PNE prevê a universalização do EM e um aumento o da taxa Líquida de Matrículas, ou seja, ampliar as matrículas dos jovens de 15 a 17 anos de idade nessa etapa da escolarização. Nesse sentido, as informações de uma avaliação longitudinal poderiam contribuir para detectar possíveis causas dos índices de evasão e repetência.

Além do mais, com as informações levantadas sobre o desempenho escolar e da aprendizagem dos alunos, planos de melhoria podem ser elaborados – inclusive nas próprias instituições – para as modificações no processo de ensino visando ao aumento da qualidade da educação ofertada.

Outrossim, os resultados do desempenho escolar e da aprendizagem, devem ser amplamente divulgados para toda a sociedade, não somente para atender ao disposto na Constituição Federal e na LDB, mas também como forma de motivar os alunos à participação das avaliações externas.

Nesse sentido, Vianna (2003), ao refletir sobre alguns problemas das avaliações externas, afirma:

Ao pensarmos nos problemas da avaliação, não nos podemos esquecer de que, assim como a motivação é fundamental para a aprendizagem, da mesma forma a motivação dos estudantes é importante para os trabalhos da avaliação. (VIANNA, 2003, p. 46).

Dessa forma, o aluno poderia se sentir motivado na realização das avaliações sabendo que vai receber o seu resultado, e, ainda, seria uma forma de ampliar a comunicação com as famílias dos discentes. Através da abertura desse

canal de comunicação direta, podem ser criadas estratégias de ampliação da participação dos pais e responsáveis no processo de escolarização dos alunos.

Assim como a divulgação dos resultados é uma necessidade, uma melhor apropriação dos resultados, em todos os níveis do sistema educacional - principalmente nas escolas - é outra necessidade, que se faz premente. Nesse sentido, Soligo (2010, p. 7) fala da urgência de formação de docentes e técnicos em avaliação externa. Afirmar, ainda, que “[...] não basta informar sobre a avaliação, faz-se necessário formar opiniões e indivíduos capacitados para problematizar o processo e os resultados”.

Visando ao aumento da qualidade do processo de ensino, a disponibilização do Banco de Itens do PAAE para utilização pelos professores do EF e EM, em qualquer época do ano letivo, é uma oportunidade de oferecer questões elaboradas por especialistas, que acrescentaria qualidade em atividades didáticas e avaliativas na sala de aula.

Além desse aumento de qualidade, a disponibilização dos itens para uso dos docentes, de acordo com a necessidade e interesse dos mesmos, na pesquisa de campo realizada no nível regional, foi a afirmativa que obteve o maior índice de concordância por parte dos questionados.

Assim sendo, a seguir, será apresentado o Plano de Intervenção em linhas gerais e a dimensão de seu alcance. Espera-se que as propostas efetuadas consigam proporcionar informações que serão traduzidas em programas e ações para a melhoria da qualidade do ensino ofertado.

3.3 Plano de Intervenção e a dimensão das propostas

As propostas de intervenção deste PAE – Plano de Ação Educacional – serão apresentadas inicialmente, em linhas gerais, através do Quadro 8 – a seguir, e detalhadas posteriormente. As propostas foram efetuadas a partir dos principais problemas identificados na pesquisa deste trabalho.

Quadro 9 - Principais problemas identificados e propostas de intervenção

PROBLEMA IDENTIFICADO	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO
Ineficácia do PAAE para o fornecimento de diagnósticos para intervenções pedagógicas, autoavaliação do Professor e da Escola e monitoramento do currículo.	- Extinção das avaliações do PAAE e liberação do Banco de Itens do sistema para uso do professor, em qualquer época do ano. Dessa forma, propõe-se uma alteração dos objetivos do PAAE.
Incapacidade da geração de resultados da aprendizagem e de se medir o efeito que as escolas provocam no aprendizado dos alunos.	- Implantação de avaliações longitudinais aos alunos matriculados nos anos finais do EF e no EM.
Falta de comunicação dos resultados individuais dos alunos.	- Emissão de Boletins Informativos Individualizados dos resultados nas avaliações externas do SIMAVE, após a implantação de avaliações longitudinais.
Falta de informações sobre o desempenho escolar entre o 5º e o 9º ano do EF e entre o 9º ano do EF e o 3º ano do EM.	- Implantação de avaliações externas no 7º ano do EF, no 1º e 2º anos do EM.
Falta de informações sobre o desempenho escolar das demais áreas do conhecimento.	- Implantação de avaliações externas alternadas em Ciências da Natureza e Ciências Humanas no 7º e 9º anos do EF e nos três anos do EM.
Necessidade de melhoria do processo de apropriação dos resultados das avaliações externas.	- Elaboração e realização de cursos sobre apropriação de resultados para gestores escolares – Diretores e EEBs, Professores, Analistas Educacionais e Inspetores Escolares das SREs.

Fonte: elaboração própria, a partir das análises e conclusões da pesquisa efetuada.

O que se propõe, neste PAE, basicamente, são alterações e ampliações nos programas de avaliação do SIMAVE – PAAE e PROEB. Dessa maneira, as propostas apresentadas neste trabalho são direcionadas a toda a rede pública do Estado de Minas Gerais. Nessa amplitude, será possível expandir os diagnósticos sobre o desempenho escolar e sobre a aprendizagem dos alunos.

Além da ampliação dos diagnósticos com as disciplinas já existentes no PROEB, a extensão do programa para outras disciplinas servirá para monitorar o currículo escolar em sua totalidade. Assim, as informações geradas poderão orientar o desenvolvimento das disciplinas das áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza, contribuindo para o desenvolvimento de praticamente todos os componentes curriculares.

Outro ganho poderá ser obtido com a implantação de avaliações externas no 7º ano do EF, considerado em Minas Gerais, como o último ano do Ciclo Intermediário. Essa divisão é estabelecida pela Resolução SEE/MG nº 2197, de 26/10/2012, que traz em seu artigo 28:

O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;

II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;

III - Ciclo Intermediário, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 6º e 7º ano;

IV - Ciclo da Consolidação, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 8º e 9º ano. (MINAS GERAIS, 2012d, p. 6).

Dessa forma, com a implantação de avaliação do 7º ano²³, haverá informações ao final de cada ciclo do EF. Vale lembrar que já acontecem, ao final do Ciclo da Alfabetização (3º ano do EF) as avaliações do PROALFA e, ao final do Ciclo Complementar (5º ano do EF) e do Ciclo da Consolidação (9º ano do EF) as avaliações do PROEB.

Com a implantação dessa proposta, as informações serão geradas praticamente a cada dois anos pelos resultados das avaliações do PROEB e, as correções necessárias seriam detectadas mais rapidamente fornecendo subsídios para implementar ações de melhorias em menor espaço de tempo.

Esse mesmo ganho poderá ser aferido com a implantação das avaliações em todos os anos do EM. Essa etapa que, como já mencionado anteriormente, é o período da escolarização com as piores taxas de rendimento escolar.

E finalmente, com a ampliação da divulgação dos resultados aos familiares dos alunos, a abertura de mais um canal de comunicação com os pais ou responsáveis pelos discentes da rede pública mineira, pode proporcionar, além da divulgação e prestação de contas, uma melhoria na relação família e escola.

Com essa gama de ampliações dos resultados educacionais e de aprendizagem, obviamente a melhoria da apropriação dos resultados é necessária e, os cursos propostos neste trabalho poderão melhorar a eficiência da gestão

²³ Em 08 de Julho de 2015, a SEE/MG anunciou em seu site oficial, a implementação dessa ação em todas as escolas participantes do PROEB. Esta alteração, prevista anteriormente neste trabalho, demonstra que o órgão máximo da Educação Mineira está adotando exatamente, uma medida detectada e prevista neste PAE como necessária para o aprimoramento do SIMAVE e de seus programas.

escolar e educacional, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade da educação pública em Minas Gerais.

A Secretaria de Estado de Educação, através da Subsecretaria de Informações Educacionais, poderá realizar estudo de viabilidade das propostas de intervenção deste estudo e, observando as exigências legais existentes para efetivação de gastos, através de legislação própria e de orientações, implementaria as propostas para todas as escolas públicas de Minas Gerais.

Os recursos para a execução dessas ações poderão ser buscados junto ao Governo Federal que, como já dito anteriormente, tem a pretensão de fomentar os sistemas estaduais de avaliações para subsidiar as tomadas de decisões sobre a política pública educacional a ser implementada.

A seguir, o Quadro 10 apresenta as ações propostas detalhadas de acordo com as análises efetuadas neste estudo de caso. Vale salientar que são seis ações propostas que, se implementadas, proporcionarão maiores subsídios para formulação de políticas educacionais que abrangerão todo o território mineiro.

Quadro 10 - Detalhamento das propostas de intervenção do PAE

Ação	Objetivo	Como	Custo	Responsável	Prazo
- Extinção das avaliações do PAAE e liberação do Banco de Itens do sistema para uso do professor em qualquer época do ano.	Disponibilizar questões de todas as disciplinas para utilização pelo professor em qualquer época do ano letivo.	- Adaptação no atual sistema do PAAE.	Custeadado pelo Estado de MG com aporte financeiro oriundo da Lei Orçamentária Anual de 2015 - Lei 21695 de 09/04/15.	SEE / SAE	2015
- Implantação de avaliações longitudinais aos alunos matriculados nos anos finais do EF e no EM.	- Gerar resultados de aprendizagem dos alunos. - Efetuar a medição do efeito que as escolas provocam no aprendizado dos alunos.	Adaptação e ampliação do PROEB.	Custeadado pelo Estado de MG com aporte financeiro oriundo do PAR (Plano de Ações Articuladas) do MEC, conforme estratégia 7.32 do PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014).	SEE / SAE	Implantação gradativa a partir de 2016.
- Emissão de Boletins Informativos Individualizados dos resultados nas avaliações externas do SIMAVE, após a implantação de avaliações longitudinais.	- Divulgar os resultados individuais dos alunos nas avaliações sistêmicas - Ampliar o canal de comunicação com as famílias dos alunos.	Adaptação no PROEB e geração de boletins impressos com os resultados individuais dos alunos.	Custeadado pelo Estado de MG com aporte financeiro oriundo do PAR (Plano de Ações Articuladas) do MEC, conforme estratégia 7.32 do PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014).	SEE / SAE	2016

Ação	Objetivo	Como	Custo	Responsável	Prazo
- Implantação de avaliações externas no 7º ano do EF, no 1º e 2º ano do EM.	Ampliar as informações sobre o desempenho escolar no EF e EM.	Adaptação e ampliação do PROEB.	Custeado pelo Estado de MG com aporte financeiro oriundo do PAR (Plano de Ações Articuladas) do MEC, conforme estratégia 7.32 do PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014).	SEE / SAE	2016
- Implantação de avaliações externas alternadas em Ciências da Natureza e Ciências Humanas nos 7º e 9º ano do EF e nos três anos do EM.	Ampliar informações sobre o desempenho escolar das áreas de Ciências Humanas e de Ciências da Natureza.	Adaptação e ampliação do PROEB.	Custeado pelo Estado de MG com aporte financeiro oriundo do PAR (Plano de Ações Articuladas) do MEC, conforme estratégia 7.32 do PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014).	SEE / SAE	2016
- Elaboração e repasse de cursos sobre apropriação de resultados para gestores escolares – Diretores e EEBs, Professores, Analistas Educacionais e Inspectores Escolares das SREs.	Melhorar o processo de apropriação dos resultados das avaliações externas.	Elaboração e repasse de cursos, palestras, seminários e encontros nas SRE's sobre apropriação de resultados. Aquisição de vagas em cursos de especialização <i>latu e strictu sensu</i> na área de gestão escolar/educacional para gestores escolares, Analistas Educacionais e Inspectores Escolares.	Custeado pelo Estado de MG com aporte financeiro oriundo do PAR (Plano de Ações Articuladas) do MEC, conforme estratégia 7.32 do PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014).	SEE / SAE	2016

Fonte: elaboração própria a partir do PAE proposto.

As ações apresentadas no Quadro 10, direcionadas para toda a rede pública mineira, têm por objetivo propor alterações e ampliações nos programas de avaliação do SIMAVE – PAAE e PROEB.

Nesse sentido, a primeira ação proposta propõe uma mudança do caráter diagnóstico do PAAE, devido à inadequação da metodologia utilizada no PAAE para essa finalidade e deixará o programa como ferramenta auxiliar das ações pedagógicas para todos os professores do Ensino Fundamental e Médio.

A abertura do Banco de Itens do PAAE poderá ocorrer durante todo o período letivo, de tal forma que os docentes possam usufruir dos itens para promoverem o enriquecimento das atividades pedagógicas a serem desenvolvidas com os alunos. Nesse sentido, a alimentação desse Banco de Itens, com novas questões, deverá ocorrer sistematicamente, através das sugestões dos próprios docentes que utilizam o sistema, bem como através de profissionais especialistas de cada disciplina, contratados para essa finalidade.

O monitoramento da qualidade dos itens utilizados poderá ser efetuado através de pesquisa de opinião com os usuários do Banco de Itens durante todo o período letivo, assim como o monitoramento da utilização do programa deverá ser mensalmente realizado para que se possa verificar a utilização dos itens pelos docentes no enriquecimento das atividades didáticas nas escolas.

Nesse sentido, as equipes pedagógicas das SREs poderão realizar o monitoramento da utilização do Banco de Itens e promover seu aproveitamento através de visitas *in loco* às escolas estaduais.

As avaliações longitudinais, propostas na segunda ação deste PAE, poderá acontecer gradativamente nos anos finais do EF e no EM. Pode-se iniciar com os alunos matriculados no 6º ano do EF e no 1º ano do EM, com registro dos resultados individuais dos discentes em um banco de dados criado para essa finalidade.

O banco de dados existente no SIMADE poderia ser aproveitado para o cadastro e registro dos resultados dos alunos, tendo em vista que nas avaliações existentes do PROEB, os dados desse programa são utilizados e as provas já são impressas com os nomes dos alunos matriculados na rede estadual.

Outra possibilidade existente na utilização desse banco de dados seria o acompanhamento e monitoramento de alunos que, por acaso, se transferirem de escola, pois cada um possui identificador único no Estado de Minas Gerais.

Na próxima etapa, no ano letivo seguinte ao início dessa ação, as avaliações seriam aplicadas também aos alunos que realizaram as avaliações no ano anterior, ou seja, aos alunos matriculados no 7º ano do EF e no 2º ano do EM. E assim, sucessivamente, em quatro edições do PROEB para os alunos do EF e em três edições para os alunos do EM.

Com a implantação dessa ação, os alunos do 6º ano seriam acompanhados até o final do Ensino Fundamental podendo ainda esse acompanhamento se estender aos mesmos alunos por mais três edições até o final do Ensino Médio. E os alunos do 1º ano do EM que iniciaram esse acompanhamento teriam monitorados seu desenvolvimento escolar até a conclusão da última etapa da Educação Básica.

Dessa forma, seria possível monitorar a aprendizagem de cada aluno e o efeito que cada escola provoca no desenvolvimento dos discentes durante toda uma etapa de escolarização. A partir dessa primeira experiência, pode-se estudar a viabilidade de extensão desta ação para outras turmas.

Os dados gerados nesse monitoramento longitudinal irão produzir também informações muito valiosas, para os gestores educacionais na formulação de políticas educacionais e na destinação de recursos para programas direcionados ao desenvolvimento dos processos de ensino (BONAMINO, 2013).

Para a realização da terceira ação proposta, que é a emissão de Boletins Informativos Individualizados dos resultados nas avaliações externas do SIMAVE, após a implantação de avaliações longitudinais, também se aproveitaria o mesmo banco de dados do SIMADE, citado anteriormente. Podem-se utilizar os dados cadastrais existentes e os resultados inseridos nas avaliações longitudinais para a emissão de boletins individuais.

Esses boletins podem ser emitidos em formato eletrônico, contendo informações sobre o rendimento dos alunos nas avaliações do PROEB. Senhas de acesso e login podem ser criadas e enviadas para que cada pai ou responsável possa acessar os resultados dos alunos. Deverá ser disponibilizado em cada

instituição escolar o acesso para aquelas famílias que não conseguirem acessar os resultados de seus filhos.

Essas informações deverão ser disponibilizadas também para as equipes pedagógicas das escolas participantes. As análises e interpretação das informações pelos EEBs e professores poderão gerar o planejamento de ações de recuperação da aprendizagem visando ao desenvolvimento de todos os alunos matriculados em cada instituição escolar.

A quarta ação proposta, realizada neste PAE, tem por objetivo aumentar as informações para a realização de diagnósticos necessários para a implementação de políticas visando à melhoria na qualidade da educação mineira. Com a implantação das avaliações do PROEB no 7º ano do EF, as informações passarão a ser fornecidas para o sistema educacional e principalmente para as escolas, a cada dois anos de escolarização, levando-se em consideração que os alunos já são avaliados no 5º e 9º anos do EF.

Em relação ao EM, a implantação de avaliações no 1º e 2º anos também irá fornecer informações importantes, uma vez que os resultados dos alunos são fornecidos apenas ao final desta etapa de escolarização. Dessa forma, poderão ser obtidos subsídios durante o período em que os alunos ainda estejam cursando o Ensino Médio.

Essa ação permitirá que se faça correções no decorrer desta etapa auxiliando no planejamento escolar e das políticas públicas voltadas para a permanência e o sucesso dos alunos até a conclusão do Ensino Médio.

Não há necessidade de que o desenvolvimento desta ação aconteça gradativamente, uma vez que já se possuem as informações quantitativas de turmas e alunos a serem avaliados. Faz-se necessária a contratação de empresa especializada para a realização das avaliações e consolidação dos resultados nos anos de escolarização propostos.

A realização da penúltima ação deste PAE tem por objetivo a implantação de avaliações sistêmicas nas áreas de Ciências Humanas e de Ciências da Natureza nas séries finais do EF e no EM. Essa ação irá aumentar a gama de importantes informações sobre o desenvolvimento do currículo na maioria dos conteúdos integrantes da Base Nacional Comum, previstos na LDB.

A aplicação dessas avaliações poderá acontecer de forma alternativa com as avaliações do PROEB nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática. Dessa forma, em um ano aconteceriam as avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática em todos os anos/séries participantes do programa e no ano letivo seguinte se realizariam as avaliações nas disciplinas de Ciências (EF), História e Geografia (EF e EM), Física, Química e Biologia (EM).

O Quadro 11, a seguir, traz a distribuição das disciplinas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio que participarão das avaliações do PROEB através da implementação da ação proposta neste PAE.

Quadro 11 - Distribuição das disciplinas avaliadas no PROEB – Ensino Fundamental e Ensino Médio

Períodos de aplicação	Ensino Fundamental					Ensino Médio						
	Língua Portuguesa	Matemática	Ciências	História	Geografia	Língua Portuguesa	Matemática	História	Geografia	Física	Química	Biologia
Anos pares	x	x				x	x					
Anos ímpares			x	x	x			x	x	x	x	x

Fonte: elaboração própria a partir do PAE proposto.

Podemos observar, na análise do Quadro 11, que as avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática acontecerão no PROEB em anos pares. Essa escolha se deve ao fato de que as mesmas disciplinas são avaliadas pelo SAEB/Prova Brasil, em anos ímpares e, dessa forma, seriam monitoradas todos os anos.

E assim, como os dois sistemas – PROEB e SAEB – utilizam a mesma matriz de referência, as informações sobre os desempenhos nessas disciplinas poderão ser aproveitadas anualmente para o planejamento de ações necessárias.

A última proposta apresentada tem por objetivo melhorar a apropriação dos resultados das avaliações externas, tendo em vista que, se implementadas as

ações anteriores, será disponibilizada uma gama de informações muito grande, úteis para o sistema de ensino e para todas as unidades escolares.

Nesse sentido, a devida apropriação de resultados poderá ser discutida e instruída através de cursos e palestras, presencialmente ou através da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) disponíveis. Seminários e encontros com especialistas na área de gestão e avaliação da educação poderão ser programados regionalmente nas cidades sedes das SRE's em todo o Estado de Minas Gerais.

Além dessas ações, estratégias para uma devida apropriação e utilização de todos os resultados das avaliações externas devem ser esquematizadas para que todos os professores e as equipes gestoras das escolas possam, além da devida divulgação dos resultados, planejar ações de desenvolvimento do processo de ensino embasadas nas informações desses resultados.

E, finalizando esta ação, a aquisição de vagas em cursos de especialização *lato* e *stricto* sensu na área de gestão e/ou avaliação para Diretores e Inspetores Escolares e para Analistas Educacionais do Órgão Central da SEE e das Regionais, irá contribuir para a melhoria dos processos de gestão educacional e escolar em todo o território mineiro.

3.4 Avaliação e monitoramento da proposta

O monitoramento das propostas de intervenção apresentadas deverá ser feito periodicamente, com o objetivo de realizar os ajustes necessários e avaliar a eficácia das mesmas.

O Quadro 12, a seguir, apresenta as ações de monitoramento, responsáveis e o prazo de realização para cada Proposta de Intervenção realizada neste Plano de Ação Educacional.

Quadro 12 - Monitoramento da implementação das Propostas de Intervenção

Proposta de intervenção	Monitoramento	Responsável	Prazo
- Extinção das avaliações do PAAE e liberação do Banco de Itens do sistema para uso do professor em qualquer época do ano.	Levantar a quantidade de usuários e provas geradas do Banco de Itens por disciplina, escola e SRE.	SEE / SAE	Mensalmente, a partir de outubro/2015.
- Implantação de avaliações longitudinais aos alunos matriculados nos anos finais do EF e no EM.	Realizar reuniões de verificação das etapas de implantação das avaliações longitudinais.	SEE / SAE	Trimestralmente, a partir de outubro/2015.
	Supervisionar a aplicação das avaliações longitudinais.	SEE / SAE	Anualmente, a partir de 2016.
	Monitorar e verificar os resultados das avaliações longitudinais.	SEE / SAE	Anualmente, a partir de 2016.
- Emissão de Boletins Informativos Individualizados dos resultados nas avaliações externas do SIMAVE, após a implantação de avaliações longitudinais.	Realizar reuniões de verificação das etapas de implantação dos Boletins Informativos Individualizados.	SEE / SAE	Trimestralmente, a partir de outubro/2015.
	Realizar pesquisa de satisfação do público-alvo, com relação aos Boletins Informativos Individualizados.	SEE / SAE	Anualmente, a partir de 2016.
- Implantação de avaliações externas no 7º ano do EF, no 1º e 2º ano do EM.	Realizar reuniões de verificação das etapas de implantação das avaliações no 7º ano do EF, no 1º e 2º anos do EM.	SEE / SAE	Trimestralmente, a partir de outubro/2015.
	Supervisionar a aplicação das avaliações no 7º ano do EF, no 1º e 2º ano do EM.	SEE / SAE	Anualmente, a partir de 2016.
	Monitorar e verificar os resultados das avaliações no 7º ano do EF, no 1º e 2º anos do EM.	SEE / SAE	Anualmente, a partir de 2016.

Proposta de intervenção	Monitoramento	Responsável	Prazo
- Implantação de avaliações externas alternadas em Ciências da Natureza e Ciências Humanas nos 7º e 9º ano do EF e nos três anos do EM.	Realizar reuniões de verificação das etapas de implantação das avaliações longitudinais.	SEE / SAE	Trimestralmente, a partir de outubro/2015.
	Supervisionar a aplicação das avaliações de Ciências da Natureza e Ciências Humanas.	SEE / SAE	Anualmente, a partir de 2016.
	Monitorar e verificar os resultados das avaliações de Ciências da Natureza e Ciências Humanas.	SEE / SAE	Anualmente, a partir de 2016.
- Elaboração e realização de cursos para gestores escolares – Diretores e EEBs, Professores, Analistas Educacionais e Inspetores Escolares das SREs, sobre apropriação de resultados.	Realizar reuniões de verificação das etapas de elaboração e realização dos cursos propostos.	SEE / SAE	Trimestralmente, a partir de outubro/2015.
	Supervisionar a realização dos cursos propostos.	SEE / SAE	Anualmente, a partir de 2016

Fonte: elaboração própria a partir do PAE proposto.

Dessa forma, o monitoramento das ações propostas é fundamental para a avaliação dos impactos gerados e para que os ajustes necessários possam acontecer visando o sucesso na implementação das propostas deste PAE e ao aprimoramento do SIMAVE/PROEB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para elaboração, monitoramento e avaliação dos resultados de uma política educacional há necessidade de dados embasados em instrumentos confiáveis, que consigam traduzir a verdadeira realidade.

Esta pesquisa teve por objetivo analisar se o PAAE, como Política Pública de Avaliação, consegue, efetivamente, ser uma ferramenta de uso interno das escolas, na realização de diagnósticos e monitoramento do currículo e de fornecimento de subsídios para as intervenções pedagógicas necessárias, no processo ensino e aprendizagem na rede estadual de nível Médio da SRE de Passos.

Na pesquisa realizada com os atores do âmbito regional, pode-se perceber a ineficácia do PAAE para fornecer informações e auxiliar na melhoria das práticas em sala de aula. O programa mostrou-se ainda ineficaz como ferramenta para auxiliar a equipe gestora no monitoramento pedagógico, claramente evidenciado pela não utilização da ferramenta para este fim.

Nas entrevistas com os técnicos e gestores especialistas em avaliações externas, percebeu-se a necessidade da utilização, nestas avaliações, de instrumentos elaborados utilizando-se de uma metodologia que consiga traduzir confiabilidade aos dados fornecidos.

Assim, comparando os dois programas do SIMAVE, percebeu-se que a metodologia da TRI – utilizada no PROEB – mostrou-se mais eficiente do que a TCT – utilizada no PAAE – no fornecimento de subsídios para o gerenciamento pedagógico e curricular.

Nas pesquisas realizadas, comparando-se PAAE e PROEB, foi possível, nas análises efetuadas, vislumbrar as necessidades e possibilidades de ampliação das informações. Necessidade de melhorar a ampla divulgação e apropriação dos resultados e possibilidade de dilatar as informações para o planejamento e desenvolvimento de ações, visando à melhoria da qualidade da educação.

Nesse sentido, Gimenes, Santos e Mariano (2013) defendem uma avaliação que consiga promover o direito de aprendizagem de todos os alunos:

Portanto, há que se defender uma avaliação que possa atingir seu objetivo principal, ou seja, permitir que os alunos tenham materializado o direito de conhecer, interpretar e dialogar com o mundo que o cerca. Enfim, a avaliação deve ser compreendida como instrumento comprometido com a regulação e acompanhamento do trabalho pedagógico cujo objetivo é a garantia da aprendizagem de todos e de cada um. (GIMENES; SANTOS; MARIANO, 2013, p. 49).

Dessa forma, a ampliação para mais séries/anos e a inclusão de outras disciplinas a serem avaliadas, podem ser traduzidas em maiores e melhores informações para que o direito das crianças e adolescentes a uma aprendizagem de qualidade possa ser realmente efetivado.

Nesse sentido, este trabalho tem sua importância demonstrando a inutilidade de um programa que emprega uma metodologia inadequada para o que se propõe e consome uma quantidade de recursos e de tempo preciosos, que podem ser melhor aproveitados em outras demandas existentes nas instituições escolares.

Nas análises realizadas, pode-se verificar, através das referências bibliográficas de vários pesquisadores, a relevância de informações sobre a aprendizagem dos alunos que conseguem traduzir o efeito causado pela escola na vida dos alunos.

Dessa forma, como afirma Luck (2009, p. 43), “[...] Monitoramento e avaliação são duas faces de uma mesma moeda que representa o cuidado e o interesse por determinar a qualidade efetiva do trabalho realizado”.

E, assim, as sugestões apresentadas neste trabalho pretendem auxiliar na melhoria do processo de avaliação do SIMAVE, um sistema já consolidado, que pode ser ampliado para aprimorar as políticas educacionais que se utilizam de suas informações.

A ampliação de informações sugerida nas ações deste PAE irá auxiliar as escolas no monitoramento da aprendizagem de seus alunos, tanto quanto fornecer subsídios para os gestores educacionais no planejamento de políticas de incentivo para as instituições escolares que conseguirem agregar valor ao conhecimento dos discentes.

O aumento das informações será muito útil na gestão educacional do sistema mineiro. O monitoramento das políticas educacionais implementadas será

facilitado pela realização das avaliações em menor espaço de tempo e o aumento das disciplinas avaliadas trará informações mais amplas acerca de, praticamente, todo o currículo adotado em Minas Gerais.

A pouca quantidade de informações sobre avaliações longitudinais existentes, devido à sua baixa utilização no momento atual, dificultaram a realização de análises e a proposição de ações mais detalhadas sobre essa modalidade avaliativa. Dessa forma, a implementação das ações de avaliações longitudinais propostas neste PAE irão contribuir para o desenvolvimento e ampliação de estudos mais aprofundados sobre o tema.

Na realização deste trabalho, o que se ampliou, também, foi a percepção do pesquisador sobre as políticas educacionais e sua gestão. Principalmente as políticas voltadas para as avaliações em larga escala.

As aprendizagens adquiridas durante esses anos de estudos contribuíram e irão apoiar o desenvolvimento pessoal e principalmente profissional do pesquisador.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES. José Francisco. O efeito das escolas no aprendizado dos alunos: um estudo com dados longitudinais no Ensino Fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 527-544, set./dez. 2008.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (ALMG). **Apresenta informações sobre o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado**. 2014. Disponível em: http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/pmdi/o_que_e.html. Acesso em: 09 out. 2014.

AVALIAR. Instituto. Associados. **Apresenta informações sobre os associados do Instituto Avaliar**. Disponível em: <http://www.institutoavaliar.org.br/associados.asp>. Acesso em: 17 abr. 2015.

BAHIA. Secretaria da Educação. **AVALIE ENSINO MÉDIO – 2013**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd, v. 2 (jan./dez. 2013), Juiz de Fora, 2013 – Anual.

_____. Sistema de Avaliação Baiano da Educação. **Apresenta informações produzidas pelo Sistema de Avaliação Baiano da Educação - Sabe**. 2015. Disponível em: <http://www.avalieba.caedufjf.net/>. Acesso em: 05 mai. 2015

BANCO DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS E GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (BDMG). **Do Choque de Gestão à Gestão para a Cidadania - 10 Anos de Desenvolvimento em Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: http://www.planejamento.mg.gov.br/images/documentos/Livro_de_Minas_VF.pdf. Acesso em: 12 abr. 2014.

BONAMINO, Alicia Maria Catalano de; OLIVEIRA, Lúcia Helena Gazólis de. Artigo: Estudos longitudinais e pesquisa na educação básica. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 19, n. 38, p. 33-50, jan./abr. 2013.

BONAMINO, Alicia Maria Catalano de; SOUZA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. São Paulo, FE/USP, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 de set. 2014.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 26 mai. 2015.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de Almeida; FALEIROS, Matheus. **A avaliação externa como Instrumento da Gestão Educacional nos Estados**. Fundação Vitor Civita. 2011. Disponível em: http://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2013/07/avaliacao_externa.pdf. Acesso em: 13 set. 2014.

BROOKE, Nigel. (Org.) **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GRUPO DE AVALIAÇÃO E MEDIDAS EDUCACIONAIS (GAME). Avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. **Relatório Final**. UFMG. Fundação Victor Civita. Agosto, 2011.

GIMENES, Olíria Mendes; SANTOS, Anderson Oramisio; MARIANO, Sangelita Miranda Franco. Avaliações externas e seus desdobramentos: olhares sobre o contexto educativo. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação Uberaba**, v. 1, n.1, p. 38-50, 2013.

INEP. **Ações Internacionais**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/o-que-e>. Acesso em: 14 set. 2012.

_____. **Características do SAEB**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>. Acesso em: 14 set. 2012.

KLEIN, Ruben. Utilização da Teoria de Resposta ao Item no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). **ENSAIO**, n. 40, v.11, p.283-296, jul./set. 2003

LEE, Valerie. Dados longitudinais em educação: um componente essencial da abordagem de valor agregado no que se refere à avaliação de desempenho escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 531-542, set./dez. 2010.

LUCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**: edição compacta. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATTOS, Lúcia; MATTOS, Thácyá Alves Faria; SIMÕES, Maria Inez Barroso. PAAE: Uma Política que articula Avaliação e Currículo para a melhoria da Educação Básica. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4; CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 7, 2014. **Anais eletrônicos...** Porto: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto Portugal, 2014. Coparticipação, pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae). Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT1/GT1_Comunicacao/LuciaMattos_GT1_integral.pdf. Acesso em: 11 set. 2014.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. Lei Delegada nº 180. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. **Assembleia Legislativa de Minas Gerais**. 2011a. Disponível em: http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova_min.html?tipo=LDL&num=180&comp=&ano=2011&texto=consolidado. Acesso em: 01 abr. 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Acordo de Resultados – 2ª Etapa**. 2013c. Disponível em: http://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/Acordo_resultados/julho2013/Minuta_Acordo_2%20Etapa%202013.vf.pdf. Acesso em: 17 abr. 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Decreto nº 45849. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação. **Magistra**, Belo Horizonte, 2011b. Disponível em: <http://magistra.educacao.mg.gov.br/images/stories/editais/decreto-no-45849-de-27-de-dezembro-de-2011.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Guia de elaboração e revisão de questões de múltipla escolha**. Belo Horizonte: Instituto Avaliar. 2012b. Disponível em: http://paae.institutoavaliar.org.br/sistema_ava_v2/banco_objetos/guia.pdf. Acesso em: 11 jan. 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Institucional**. Apresenta informações sobre a SEE/MG. 2014a. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/sobre/servicos-18/missao-e-valores>. Acesso em: 17 abr. 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Manual do PAAE Maria Inez Barros Simões... [et al.]**. Belo Horizonte: Instituto Avaliar, 2013a. Disponível em: http://paae.institutoavaliar.org.br/sistema_ava_v2/default.aspx?id_objeto=323389&id_pai=23967&area=atributo. Acesso em 10 jan. 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **PDP 2005**. Módulo 5: Avaliação da Aprendizagem Escolar. Belo Horizonte, 2005a. 35 p.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **PDP 2005**. Módulo 2: O Planejamento do Ensino. Belo Horizonte, 2005b. 34 p.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **PROEB / PROALFA – 2013 – Revista Contextual** / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd.v. 4 (jan./dez. 2013), Juiz de Fora, 2013d – Anual.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SEE nº 104**. Institui o Programa de Avaliação da Educação Básica. Belo Horizonte, 2000.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE nº 2197 de 26 de Outubro de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. **Minas Gerais**, Poder Executivo, Belo Horizonte, MG, 27 out. 2012d. Disponível em: http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BD79D0911-31B5-44F6-908F-98F77FEFE621%7D_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%202164.pdf. Acesso em 27 mai de 2015.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Revista do Sistema de Avaliação 2013 - Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd, v. 3 (jan./dez. 2013), Juiz de Fora, 2013b – Anual. Disponível em: <http://www.simave.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/07/SIMAVE-RS-MR-AMOSTRAL-WEB2.pdf>. Acesso em: 09 set. 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **SIMAVE – 2012 – Revista Pedagógica – Matemática – 5º Ano do Ensino Fundamental**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. V.1 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora, 2012c – Anual.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **SIMAVE/PROEB – 2009** / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd.v. 1 (jan/dez. 2009), Juiz de Fora, 2009 – Anual. Disponível em: http://www.simave.caedufjf.net/wp-content/uploads/2012/06/BOLETIM_VOL1_PROEB_AE_2009.pdf. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Apresenta informações sobre a Rede de Educação e Desenvolvimento Humano**. 2014b. Disponível em: http://www.planejamento.mg.gov.br/images/documentos/portifolio_estrategico/3%20_rede_educ_desenvolv_humano.pdf. Acesso em: 09 set. 2014.

_____. **Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação, 2012a. 21 slides, cor. Acompanha texto. Disponível em: http://paae.institutoavaliar.org.br/sistema_ava_v2/default.aspx?id_objeto=960326&id_pai=578748&area=atributo. Acesso em: 21 jan. 2015.

MOREIRA JUNIOR, Fernando de Jesus. Aplicações da Teoria da Resposta ao Item (TRI) no Brasil. **Revista Brasileira de Biometria**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 137-170, 2010.

OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de; FRANCO, Creso; SOARES, Tufi Machado. Projeto Geres / 2005: Novos indicadores para construção e interpretação da escala de proficiência. **REICE - Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 5, n. 2e, 2007.

PONTES, Luís Antônio Fajardo. **Avaliação e Indicadores Educacionais: Avaliação Externa no Brasil**. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGP -CAEd/UFJF). Juiz de Fora, 2014a. Disponível em: <http://www.ppgp2013.caedufjf.net/course/view?id=124&topic=8>. Acesso em: 05 ago. 2014.

_____. **Indicadores Educacionais no Brasil e no Mundo: as Diversas Faces da Educação**. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGP-CAEd/UFJF). Juiz de Fora, 2014b. Disponível em: <http://www.ppgp2013.caedufjf.net/course/view.php?id=124&topic=1>. Acesso em: 21 mar. 2014.

SARTES, Laisa Marcorela Andreoli; SOUZA-FORMIGONI, Maria Lucia Oliveira de. Avanços na psicometria: da Teoria Clássica dos Testes à Teoria de Resposta ao Item. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722013000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2015.

SILVA, Vandrê Gomes da *et al.* (Coord). Relatório: **Uso da Avaliação Externa por Equipes Gestoras e Profissionais Docentes**: um Estudo em Quatro Redes de Ensino Público. Fundação Carlos Chagas. 2012. Disponível em: http://www.fundacaoitausocial.org.br/_arquivosstaticos/FIS/pdf/pesquisa_fis_fcc.pdf. Acesso em: 06 mai. 2015.

SIMÕES, Maria Inez Barroso. **O Programa de intervenção pedagógica do Estado de Minas Gerais – PIP**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em <http://www.mestrado.caedufjf.net/o-programa-de-intervencao-pedagogica-do-estado-de-minas-gerais-pip>. Acesso em: 01 ago. 2014.

SOARES, Carlos Renato. **Sistemas de Avaliações em Larga Escala na Perspectiva Histórico-Cultural: o caso do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE**. Dissertação apresentada no Mestrado Profissional em Educação Matemática da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Dissertacao-Carlos-Renato.pdf>. Acesso em 10 jan. 2014

SOLIGO, Valdecir. Possibilidades e Desafios das Avaliações em Larga Escala da Educação Básica na Gestão Escolar. **Revista Eletrônica Política e Gestão Educacional**, n. 9, 2º Semestre 2010. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/1_Possibilidades_e_Desafios_Valdecir_Soligo.pdf. Acesso em: 01 mai 2015.

VIANNA, Heraldo Marelim. Avaliações Nacionais em Larga Escala: análises e propostas. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 27, jan./jun. 2003.

APÊNDICES

A – Questionário encaminhando para a Diretora da SAE**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL - MESTRADO EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (PPGP/CAED/UFJF)**

Mestrando: Émerson Marques Queiroz – Turma 2013 – Convênio SEE/MG

Orientadora: Prof.^a Dr^a Lina Kátia Mesquita de Oliveira

QUESTIONÁRIO

Prezado (a) Gestor (a),

Inicialmente agradecemos sua participação em nossa pesquisa. Sua contribuição será fundamental para que obtenhamos um panorama sobre o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE) nas escolas pertencentes à SRE de Passos.

É importante esclarecermos que a análise dos dados obtidos neste levantamento terá finalidade exclusivamente acadêmica, cujo objetivo é o de analisar a Política Pública de Avaliação implementada e propor alterações e/ou melhorias no Programa.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Órgão: _____

Cargo/Função: _____

1. Qual (is) o(s) objetivo(s) do PAAE?
2. Qual sua avaliação sobre o PAAE como instrumento para o embasamento de análises diagnósticas?
3. Qual sua avaliação o PAAE como instrumento para a fundamentação de intervenções pedagógicas?
4. Qual sua avaliação o PAAE como instrumento para o aprimoramento do trabalho docente?

5. Como é feita a elaboração dos itens que compõem as avaliações do PAAE?
6. Como é feita a classificação dos itens?
7. Como é feita a seleção dos itens que compõem as avaliações? Quem faz essa seleção?
8. Os itens são pré-testados anteriormente a aplicação das avaliações?
9. Na elaboração das avaliações, qual teoria é utilizada: TRI – Teoria de Resposta ao Item, TCT - Teoria Clássica dos Testes ou outra? Por quê?
10. Quantos itens compõem cada avaliação do PAAE? Houve alterações nessa quantidade durante os anos anteriores?
11. Existe uma matriz de referência que orienta a elaboração das avaliações? Se positivo pode ser enviada uma cópia?
12. Na Avaliação Diagnóstica (1ª Prova), do 1º ano do Ensino Médio, são avaliados os Tópicos constantes do CBC do 9º Ano do Ensino Fundamental? Por quê?
13. Em sua opinião, o PAAE tem contribuído para o desenvolvimento do processo de ensino nas escolas? Justifique sua resposta.
14. Qual (is) a(s) maior (es) dificuldade(s) da SEE/MG encontradas na execução do PAAE?
15. Faça uma breve avaliação do PAAE, ressaltando os pontos positivos e aqueles que carecem de ajustes.
16. Pontos positivos.

17. Sugestões para o aperfeiçoamento do PAAE:

18. Outros comentários (se desejar)

B – Questionário encaminhando para a Diretora da DAVE**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL - MESTRADO EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (PPGP/CAED/UFJF)**

Mestrando: Émerson Marques Queiroz – Turma 2013 – Convênio SEE/MG

Orientadora: Prof.^a Dr^a Lina Kátia Mesquita de Oliveira

QUESTIONÁRIO

Prezado (a) Gestor (a),

Inicialmente agradecemos sua participação em nossa pesquisa. Sua contribuição será fundamental para que obtenhamos um panorama sobre o Programa de Avaliação da Educação Básica (Proeb).

É importante esclarecermos que a análise dos dados obtidos neste levantamento terá finalidade exclusivamente acadêmica, cujo objetivo é o de comparar a metodologia utilizada no PROEB com a metodologia utilizada no PAAE - Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Órgão: _____

Cargo/Função: _____

ESCLARECIMENTOS:

Estou finalizando meu texto de dissertação e necessito de mais algumas informações, se possível.

Preciso descrever um pouco quando aconteceram as pesquisas e publicações de fatores contextuais.

Pesquisei no site do SIMAVE e encontrei algumas publicações eletrônicas disponíveis.

PERGUNTAS:

a) Nas avaliações do PROEB, em todos os anos há pesquisas socioeconômicas e de fatores contextuais?

b) As publicações dos Relatórios Contextuais aconteceram conforme a tabela abaixo?

Publicação dos Resultados	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Geral	x	x			x	X	
Escola		x	x	x	x		

c) Nos anos em que não aconteceu a publicação dos resultados por escola (2008 e 2013) o principal motivo foi redução de custo? Qual o motivo?

d) Vai haver publicação/divulgação dos resultados de 2014? Se acaso aconteceu a pesquisa.

e) Em sua opinião, qual a importância desses resultados para a SEE e Escolas?

C – Questionário encaminhando para o Coordenador de Análises e Publicações do CAEd/UFJF

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL - MESTRADO EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (PPGP/CAED/UFJF)**

Mestrando: Émerson Marques Queiroz – Turma 2013 – Convênio SEE/MG

Orientadora: Prof.^a Dr^a Lina Kátia Mesquita de Oliveira

QUESTIONÁRIO

Prezado (a) Professor (a),

Inicialmente agradecemos sua participação em nossa pesquisa. Sua contribuição será fundamental para que obtenhamos um panorama sobre o Programa de Avaliação da Educação Básica (Proeb).

É importante esclarecermos que a análise dos dados obtidos neste levantamento terá finalidade exclusivamente acadêmica, cujo objetivo é o de comparar a metodologia utilizada no PROEB com a metodologia utilizada no PAAE - Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Órgão: _____

Cargo/Função: _____

1. Qual (is) o(s) objetivo(s) do Proeb?
2. Qual sua avaliação sobre o Proeb como instrumento para o embasamento de análises diagnósticas?
3. Qual sua avaliação o Proeb como instrumento para a fundamentação de intervenções pedagógicas?

4. Qual sua avaliação o Proeb como instrumento para o aprimoramento do trabalho docente?
5. Em sua opinião, o Proeb tem contribuído para o desenvolvimento do processo de ensino nas escolas? Justifique sua resposta.
6. Faça uma breve avaliação do Proeb, ressaltando os pontos positivos e aqueles que carecem de ajustes.
7. Outros comentários (se desejar)

D – Questionário encaminhando para o Coordenador de Instrumentos de Avaliação do CAEd/UFJF

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL - MESTRADO EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (PPGP/CAED/UFJF)**

Mestrando: Émerson Marques Queiroz – Turma 2013 – Convênio SEE/MG

Orientadora: Prof.^a Dr^a Lina Kátia Mesquita de Oliveira

QUESTIONÁRIO

Prezado (a) Professor (a),

Inicialmente agradecemos sua participação em nossa pesquisa. Sua contribuição será fundamental para que obtenhamos um panorama sobre o Programa de Avaliação da Educação Básica (Proeb).

É importante esclarecermos que a análise dos dados obtidos neste levantamento terá finalidade exclusivamente acadêmica, cujo objetivo é o de comparar a metodologia utilizada no PROEB com a metodologia utilizada no PAAE - Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Órgão: _____

Cargo/Função: _____

1. Qual (is) o(s) objetivo(s) do Proeb?
2. Como é feita a elaboração dos itens que compõem as avaliações do Proeb?
3. Como é feita a classificação dos itens?

4. Como é feita a seleção dos itens que compõem as avaliações? Quem faz essa seleção?
5. Os itens são pré-testados anteriormente a aplicação das avaliações?
6. Existe uma matriz de referência que orienta a elaboração das avaliações? Se positivo pode ser enviada uma cópia?
7. Em sua opinião, o Proeb tem contribuído para o desenvolvimento do processo de ensino nas escolas? Justifique sua resposta.
8. Faça uma breve avaliação do Proeb, ressaltando os pontos positivos e aqueles que carecem de ajustes.
9. Outros comentários (se desejar)

E – Questionário encaminhando para o Coordenador de Medidas Educacionais do CAEd/UFJF

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL - MESTRADO EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (PPGP/CAED/UFJF)**

Mestrando: Émerson Marques Queiroz – Turma 2013 – Convênio SEE/MG

Orientadora: Prof.^a Dr^a Lina Kátia Mesquita de Oliveira

QUESTIONÁRIO

Prezado (a) Professor (a),

Inicialmente agradecemos sua participação em nossa pesquisa. Sua contribuição será fundamental para que obtenhamos um panorama sobre o Programa de Avaliação da Educação Básica (Proeb).

É importante esclarecermos que a análise dos dados obtidos neste levantamento terá finalidade exclusivamente acadêmica, cujo objetivo é o de comparar a metodologia utilizada no PROEB com a metodologia utilizada no PAAE - Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Órgão: _____

Cargo/Função: _____

1. Qual (is) o(s) objetivo(s) do Proeb?
2. Na elaboração das avaliações do Proeb, qual teoria é utilizada: TRI – Teoria de Resposta ao Item, TCT – Teoria Clássica dos Testes ou outra? Por quê?
3. Quantos itens compõem cada avaliação do Proeb? Houve alterações nessa quantidade durante os anos anteriores?

4. Faça uma breve avaliação do Proeb, ressaltando os pontos positivos e aqueles que carecem de ajustes.
5. Outros comentários (se desejar)

F– Questionário encaminhando para Diretores das Escolas de EM da SRE de Passos

QUESTIONÁRIO SOBRE O PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR (PAAE) PARA O ENSINO MÉDIO

Prezado (a) Diretor (a),

Inicialmente agradecemos sua participação em nossa pesquisa. Sua contribuição será fundamental para que obtenhamos um panorama sobre o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE) – Ensino Médio, nas escolas pertencentes à SRE de Passos.

É importante esclarecermos que a análise dos dados obtidos neste levantamento terá finalidade exclusivamente acadêmica, cujo objetivo é o de analisar a Política Pública de Avaliação implementada e propor alterações e/ou melhorias no Programa.

O questionário contém perguntas que consideram a percepção do entrevistado sobre o Programa avaliado. Os dados coletados serão organizados, analisados e servirão como objeto de estudo para a dissertação de mestrado no PPGP – Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Esclarecemos ainda que, a identidade do participante será totalmente preservada em sigilo.

Desde já, nosso sincero muito obrigado pela contribuição!

Instrução: Em todas as questões assinale apenas uma alternativa de acordo com sua opinião:

Questão	Afirmativas	Discordo completamente	Mais discordo do que concordo	Não sei	Mais concordo do que discordo	Concordo completamente
1	O PAAE é útil enquanto instrumento para o embasamento de análises diagnósticas.					
2	O PAAE é útil enquanto instrumento para a fundamentação de intervenções pedagógicas.					
3	O PAAE é útil enquanto instrumento para o aprimoramento do trabalho em sala de aula.					
4	O PAAE é útil enquanto ferramenta para a autoavaliação do Professor.					
5	O PAAE é útil enquanto ferramenta para a autoavaliação da Escola.					
6	O PAAE é útil como ferramenta na gestão curricular para monitorar a aplicação do CBC.					
7	O PAAE é útil na disponibilização de diagnósticos sobre o aprendizado dos alunos.					
8	O período de realização da Avaliação Diagnóstica (1ª Prova) do PAAE para o Ensino Médio é adequado.					

9	O período de realização da Avaliação da Aprendizagem (2ª Prova) do PAAE para o Ensino Médio é adequado.					
----------	---	--	--	--	--	--

Questão	Afirmativas	Discordo completamente	Mais discordo do que concordo	Não sei	Mais concordo do que discordo	Concordo completamente
10	Os resultados da 2ª Prova do PAAE comparados com os resultados da 1ª Prova permitem verificar se realmente houve evolução no aprendizado das turmas					
11	A utilização de questões embasadas nos tópicos do CBC para o 1º ano do EM, na Avaliação Diagnóstica do PAAE (1ª prova) para os alunos que estão ingressando no Ensino Médio (concluintes do 9º ano do EF), permite realizar um diagnóstico útil para o planejamento didático.					
12	A abertura do Banco de Itens do PAAE, em qualquer época do ano letivo, seria útil para servir de suporte ao professor no desenvolvimento das atividades de sala de aula.					

Questão 13

Os professores que trabalham na escola na qual você atua como gestor, utilizam o banco de itens do sistema para a geração de provas das Avaliações Contínuas?

- () Todos os professores utilizaram todos os anos
- () Alguns professores utilizaram algumas vezes

- ☐ Os professores conhecem essa possibilidade, mas nunca utilizaram
- ☐ Os professores conhecem essa possibilidade, mas não a acham viável
- ☐ Os professores desconhecem essa possibilidade.

Questão 14

A equipe gestora utiliza os resultados do PAAE para monitorar o desenvolvimento dos tópicos/habilidades dos Conteúdos Básicos Comuns (CBC)?

- ☐ de todas as disciplinas ☐ de algumas disciplinas ☐ Não utiliza

Questão 15

O sistema do PAAE fornece vários relatórios e gráficos que pretendem sintetizar os resultados e auxiliá-los no gerenciamento das avaliações. São eles:

- Gráficos de alunos da escola por turma, disciplina e tópicos;
- Gráficos de alunos por escola e por tópicos da SRE;
- Gráficos de alunos por escola e por tópicos do Estado de Minas Gerais;
- Mapa de resultados por turma da escola e
- Relatório de resultado geral da escola
- Resultado de aplicação por professor e turma
- Resultados dos alunos
- Resultado geral por turno
- Relatório Gabaritos (Professores) não inseridos - Ensino Médio
- Relatório de Resultados (Alunos) não inseridos - Ensino Médio
- Relatório Gabaritos inseridos - Ensino Fundamental
- Relatório de Resultados não inseridos - Ensino Fundamental
- Relatório de Conclusão das Provas On-line

Como você se considera em relação aos gráficos e relatórios do PAAE:

- ☐ Conheço todos e os utilizo
- ☐ Conheço todos e não os utilizo
- ☐ Conheço todos e utilizo alguns
- ☐ Conheço apenas alguns e os utilizo
- ☐ Conheço apenas alguns e não os utilizo

☐ Não conheço nenhum

Concluindo, gostaríamos de fazer algumas perguntas que permitam melhor caracterizar o grupo de pessoas com as quais participaram nesta pesquisa.

Questão 16

Sua idade:

- ☐ até 24 anos ☐ de 25 a 34 anos ☐ de 35 a 44 anos
☐ de 45 a 54 anos ☐ mais de 55 anos

Questão 17

Tempo na gestão escolar(Direção e/ou Supervisão Escolar):

- ☐ até 5 anos ☐ de 6 a 14 anos ☐ de 15 a 24 anos
☐ mais de 25 anos

Questão 18

Tempo na gestão da escola atual (Direção e/ou Supervisão Escolar):

- ☐ até 4 anos ☐ de 5 a 8 anos ☐ de 9 a 12 anos
☐ mais de 13 anos

Questão 19

Escolaridade:

- ☐ Superior ☐ Pós graduação ☐ Mestrado ☐ Doutorado

G– Questionário encaminhando para os EEBs das Escolas de EM da SRE de Passos

QUESTIONÁRIO SOBRE O PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR (PAAE) PARA O ENSINO MÉDIO

Prezado (a) Especialista (a),

Inicialmente agradecemos sua participação em nossa pesquisa. Sua contribuição será fundamental para que obtenhamos um panorama sobre o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE) – Ensino Médio, nas escolas pertencentes à SRE de Passos.

É importante esclarecermos que a análise dos dados obtidos neste levantamento terá finalidade exclusivamente acadêmica, cujo objetivo é o de analisar a Política Pública de Avaliação implementada e propor alterações e/ou melhorias no Programa.

O questionário contém perguntas que consideram a percepção do entrevistado sobre o Programa avaliado. Os dados coletados serão organizados, analisados e servirão como objeto de estudo para a dissertação de mestrado no PPGP – Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Esclarecemos ainda que, a identidade do participante será totalmente preservada em sigilo.

Desde já, nosso sincero muito obrigado pela contribuição!

Instrução: Em todas as questões assinale apenas uma alternativa de acordo com sua opinião:

Questão	Afirmativas	Discordo completamente	Mais discordo do que concordo	Não sei	Mais concordo do que discordo	Concordo completamente
1	O PAAE é útil enquanto instrumento para o embasamento de análises diagnósticas.					
2	O PAAE é útil enquanto instrumento para a fundamentação de intervenções pedagógicas.					
3	O PAAE é útil enquanto instrumento para o aprimoramento do trabalho em sala de aula.					
4	O PAAE é útil enquanto ferramenta para a autoavaliação do Professor.					
5	O PAAE é útil enquanto ferramenta para a autoavaliação da Escola.					
6	O PAAE é útil como ferramenta na gestão curricular para monitorar a aplicação do CBC.					
7	O PAAE é útil na disponibilização de diagnósticos sobre o aprendizado dos alunos.					
8	O período de realização da Avaliação Diagnóstica (1ª Prova) do PAAE para o Ensino Médio é adequado.					

9	O período de realização da Avaliação da Aprendizagem (2ª Prova) do PAAE para o Ensino Médio é adequado.					
----------	---	--	--	--	--	--

Questão	Afirmativas	Discordo completamente	Mais discordo do que concordo	Não sei	Mais concordo do que discordo	Concordo completamente
10	Os resultados da 2ª Prova do PAAE comparados com os resultados da 1ª Prova permitem verificar se realmente houve evolução no aprendizado das turmas					
11	A utilização de questões embasadas nos tópicos do CBC para o 1º ano do EM, na Avaliação Diagnóstica do PAAE (1ª prova) para os alunos que estão ingressando no Ensino Médio (concluintes do 9º ano do EF), permite realizar um diagnóstico útil para o planejamento didático.					
12	A abertura do Banco de Itens do PAAE, em qualquer época do ano letivo, seria útil para servir de suporte ao professor no desenvolvimento das atividades de sala de aula.					

Questão 13

Os resultados do PAAE, nesta escola, são utilizados para planejar e desenvolver atividades didáticas voltadas para os conteúdos/habilidades do CBC?

- () Por todos os professores () Pela maioria dos professores
 () Pela minoria dos professores () Nenhum professor utiliza

Questão 14

Os resultados do PAAE, nesta escola, são utilizados na priorização de atividades para a aprendizagem dos tópicos/habilidades que ainda não foram aprendidos?

- () Por todos os professores () Pela maioria dos professores
() Pela minoria dos professores () Nenhum professor utiliza

Questão 15

Os professores que trabalham na escola na qual você atua como especialista, utilizam o banco de itens do sistema para a geração de provas das Avaliações Contínuas?

- () Todos os professores utilizaram todos os anos
() Alguns professores utilizaram algumas vezes
() Os professores conhecem essa possibilidade, mas nunca utilizaram
() Os professores conhecem essa possibilidade, mas não a acham viável
() Os professores desconhecem essa possibilidade.

Questão 16

A equipe gestora utiliza os resultados do PAAE para monitorar o desenvolvimento dos tópicos/habilidades dos Conteúdos Básicos Comuns (CBC)?

- () de todas as disciplinas () de algumas disciplinas () Não utiliza

Questão 17

O sistema do PAAE fornece vários relatórios e gráficos que pretendem sintetizar os resultados e auxiliá-los no gerenciamento das avaliações. São eles:

- Gráficos de alunos da escola por turma, disciplina e tópicos;
- Gráficos de alunos por escola e por tópicos da SRE;
- Gráficos de alunos por escola e por tópicos do Estado de Minas Gerais;
- Mapa de resultados por turma da escola e
- Relatório de resultado geral da escola
- Resultado de aplicação por professor e turma
- Resultados dos alunos
- Resultado geral por turno

- Relatório Gabaritos (Professores) não inseridos - Ensino Médio
- Relatório de Resultados (Alunos) não inseridos - Ensino Médio
- Relatório Gabaritos inseridos - Ensino Fundamental
- Relatório de Resultados não inseridos - Ensino Fundamental
- Relatório de Conclusão das Provas On-line

Como você se considera em relação aos gráficos e relatórios do PAAE:

- ☐ Conheço todos e os utilizo
- ☐ Conheço todos e não os utilizo
- ☐ Conheço todos e utilizo alguns
- ☐ Conheço apenas alguns e os utilizo
- ☐ Conheço apenas alguns e não os utilizo
- ☐ Não conheço nenhum

Concluindo, gostaríamos de fazer algumas perguntas que permitam melhor caracterizar o grupo de pessoas com as quais participaram nesta pesquisa.

Questão 18

Sua idade:

- ☐ até 24 anos ☐ de 25 a 34 anos ☐ de 35 a 44 anos
- ☐ de 45 a 54 anos ☐ mais de 55 anos

Questão 19

Tempo na Supervisão Escolar:

- ☐ até 5 anos ☐ de 6 a 14 anos ☐ de 15 a 24 anos
- ☐ mais de 25 anos

Questão 20

Tempo na Supervisão Escolar da escola atual:

- ☐ até 5 anos ☐ de 6 a 10 anos ☐ de 11 a 15 anos
- ☐ de 16 a 20 anos ☐ mais de 21 anos

Questão 21

Escolaridade:

☐ Superior

☐ Pós graduação

☐ Mestrado

☐ Doutorado

H – Questionário encaminhando para os Professores de EM da SRE de Passos**QUESTIONÁRIO SOBRE O PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR (PAAE) PARA O ENSINO MÉDIO**

Prezado (a) Professor (a),

Inicialmente agradecemos sua participação em nossa pesquisa. Sua contribuição será fundamental para que obtenhamos um panorama sobre o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE) – Ensino Médio, nas escolas pertencentes à SRE de Passos.

É importante esclarecermos que a análise dos dados obtidos neste levantamento terá finalidade exclusivamente acadêmica, cujo objetivo é o de analisar a Política Pública de Avaliação implementada e propor alterações e/ou melhorias no Programa.

O questionário contém perguntas que consideram a percepção do entrevistado sobre o Programa avaliado. Os dados coletados serão organizados, analisados e servirão como objeto de estudo para a dissertação de mestrado no PPGP – Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Esclarecemos ainda que, a identidade do participante será totalmente preservada em sigilo.

Desde já, nosso sincero muito obrigado pela contribuição!

Instrução: Em todas as questões assinale apenas uma alternativa de acordo com sua opinião:

Questão	Afirmativas	Discordo completamente	Mais discordo do que concordo	Não sei	Mais concordo do que discordo	Concordo completamente
1	O PAAE é útil enquanto instrumento para o embasamento de análises diagnósticas.					
2	O PAAE é útil enquanto instrumento para a fundamentação de intervenções pedagógicas.					
3	O PAAE é útil enquanto instrumento para o aprimoramento do trabalho em sala de aula.					
4	O PAAE é útil enquanto ferramenta para a autoavaliação do Professor.					
5	O PAAE é útil enquanto ferramenta para a autoavaliação da Escola.					
6	O PAAE é útil como ferramenta para auxiliar no planejamento e desenvolvimento de atividades didáticas adequadas aos conteúdos/habilidades do CBC.					
7	O PAAE é útil na disponibilização de diagnósticos sobre o aprendizado dos alunos.					
8	O período de realização da Avaliação Diagnóstica (1ª Prova) do PAAE para o Ensino Médio é adequado.					

Questão	Afirmativas	Discordo completamente	Mais discordo do que concordo	Não sei	Mais concordo do que discordo	Concordo completamente
9	O período de realização da Avaliação da Aprendizagem (2ª Prova) do PAAE para o Ensino Médio é adequado.					
10	Os resultados da 2ª Prova do PAAE comparados com os resultados da 1ª Prova permitem verificar se realmente houve evolução no aprendizado das turmas					
11	A utilização de questões embasadas nos tópicos do CBC para o 1º ano do EM, na Avaliação Diagnóstica do PAAE (1ª prova) para os alunos que estão ingressando no Ensino Médio (concluintes do 9º ano do EF), permite realizar um diagnóstico útil para o planejamento didático.					
12	As avaliações do PAAE obedecem ao critério de classificação de uma questão de cada tópico do CBC da disciplina, com dificuldade distribuída da seguinte forma: 50% de questões fáceis, 40% de questões de dificuldade média e 10% de questões difíceis.					
13	A abertura do Banco de Itens do PAAE, em qualquer época do ano letivo, seria útil para servir de suporte ao professor no desenvolvimento das atividades de sala de aula.					

Questão 14

Você já utilizou o banco de itens do sistema para a geração de provas das Avaliações Contínuas?

- ☐ Sempre utilizo
- ☐ Já utilizei algumas vezes
- ☐ Conheço essa possibilidade, mas nunca utilizei
- ☐ Conheço essa possibilidade, mas não a acho viável
- ☐ Desconheço essa possibilidade.

Questão 15

O sistema do PAAE fornece vários relatórios e gráficos que pretendem sintetizar os resultados e auxiliá-los no gerenciamento das avaliações. São eles:

- Gráficos de alunos da escola por turma, disciplina e tópicos;
- Gráficos de alunos por escola e por tópicos da SRE;
- Gráficos de alunos por escola e por tópicos do Estado de Minas Gerais;
- Mapa de resultados por turma da escola e
- Relatório de resultado geral da escola

Como você se considera em relação aos gráficos e relatórios do PAAE:

- ☐ Conheço todos e os utilizo
- ☐ Conheço todos e não os utilizo
- ☐ Conheço todos e utilizo alguns
- ☐ Conheço apenas alguns e os utilizo
- ☐ Conheço apenas alguns e não os utilizo
- ☐ Não conheço nenhum

Questão 16

O sistema do PAAE permite ao professor realizar/solicitar esclarecimentos sobre os itens das avaliações. Caso já tenha solicitado algum tipo de esclarecimento junto à Instituição responsável, a resposta que obteve:

- ☐ Solucionou o problema
- ☐ Auxiliou na resolução, mas não solucionou o problema.
- ☐ Não solucionou o problema
- ☐ Não obtive resposta
- ☐ Nunca solicitei esclarecimentos

Questão 17

O PAAE foi criado em 2006 e estendido para todas as escolas estaduais no ano de 2008. Em quais edições você participou das avaliações do programa?

☐ 2008 ☐ 2009 ☐ 2010 ☐ 2011 ☐ 2012 ☐ 2013 ☐ 2014

Concluindo, gostaríamos de fazer algumas perguntas que permitam melhor caracterizar o grupo de pessoas com as quais participaram nesta pesquisa.

Questão 18

Sua idade:

- ☐ até 24 anos ☐ de 25 a 34 anos ☐ de 35 a 44 anos
- ☐ de 45 a 54 anos ☐ mais de 55 anos

Questão 19

Tempo de magistério em sala de aula:

- ☐ até 5 anos ☐ de 6 a 14 anos ☐ de 15 a 24 anos
- ☐ mais de 25 anos

Questão 20**Tempo no magistério da escola atual:**

- ☐ até 4 anos ☐ de 5 a 8 anos ☐ de 9 a 12 anos
☐ mais de 13 anos

Questão 21**Escolaridade:**

- ☐ Superior ☐ Pós graduação ☐ Mestrado ☐ Doutorado

Questão 22**Disciplina em que atua:**

- ☐ Língua Portuguesa
☐ Língua Inglesa
☐ Física
☐ Química
☐ Biologia
☐ Matemática
☐ História
☐ Geografia
☐ Artes